



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E  
INOVAÇÃO

Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica - Curso de Mestrado  
Linha de Pesquisa: Psicopatologia Fundamental e Psicanálise

RAFAEL MATIAS DA SILVA

**O que é ser pai hoje?**  
**Reflexões sobre as mudanças da paternidade**

RECIFE, 2023

RAFAEL MATIAS DA SILVA

**O que é ser pai hoje?  
Reflexões sobre as mudanças da paternidade**

Dissertação de mestrado de RAFAEL MATIAS DA SILVA, da Linha de Pesquisa Psicopatologia Fundamental e Psicanálise, sob orientação da Profa. Edilene Queiroz, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco.

RECIFE, 2023

RAFAEL MATIAS DA SILVA

## O que é ser pai hoje? Reflexões sobre as mudanças da paternidade

S586q Silva, Rafael Matia da.  
O que é ser pai hoje? : reflexões sobre as mudanças da  
paternidade / Rafael Matias da Silva, 2023.  
104 f.

Orientadora: Edilene Queiroz.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.  
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Mestrado em  
Psicologia Clínica, 2023.

1. Psicanálise. 2. Paternidade. 3. Masculinidade. 4. Feminismo.  
5. Figura paterna - Aspectos psicológicos. I. Título.

CDU 159.964.2

Pollyanna Alves - CRB4/1002

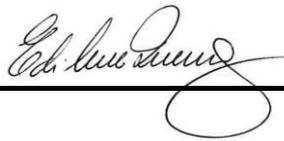
Recife, 10 de abril de 2023

RAFAEL MATIAS DA SILVA

**O que é ser pai hoje?**

**Reflexões sobre as mudanças da paternidade**

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof: Dr. Edilene Queiroz – (UNICAP) Orientadora



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Consuelo Passos (UNICAP) – Examinadora  
Interna



Documento assinado digitalmente

IVO DE ANDRADE LIMA FILHO

Data: 10/04/2024 18:12:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Ivo Andrade Lima Filho (UFPE) – Examinador Externo

**RECIFE – PE**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por serem minha base forte, minhas fontes de amor, de coragem, de admiração e meus maiores incentivadores. Ao meu pai, por ser pai e mestre na vida, por ser diferente de mim e ao mesmo tempo minha cópia fiel, meu pai de segurança e de amor. Meu pai serviu como modelo de afeto, que inspirou esta pesquisa, que ao mesmo tempo não teve pai, e cresceu sem a importância de sua presença, mas que mesmo assim pôde ser tão afetuoso, bondoso, carinhoso e amigo; que por ser de outra época se mostra tão atual, um homem a frente do seu tempo. À minha mãe, meu anjo, minha amiga, meu ouvido, meu porto seguro, aquela que sempre acreditou em mim e que é motivo de muito orgulho. Ao meu marido, por toda força, incentivo e pelos auxílios que me dava sempre que precisava dele. À toda minha família pelo respeito à diversidade, ao contato com o diferente, com os encontros sempre tão carregados de sorrisos e abraços. Vocês são os donos do meu mais profundo amor!

À minha turma do mestrado. Foi muito bom conhecer cada um de vocês e compartilhar, a cada mês que passava e a cada prazo que se esgotava, as angústias de ser mestrando. Hoje sabemos, mais do que nunca, o prazer que envolve toda essa formação e, mais ainda, o quanto é bom poder contar com um amigo ao lado.

Ao desejo que me orienta com tanta força e me trouxe até aqui para que mais uma etapa importante da minha vida fosse concluída. Mesmo considerando a possibilidade da desistência, o meu desejo seguiu firme.

Aos guias e à espiritualidade que me rege, me amparando nos momentos em que eu mais preciso, me nutrindo de esperança em cada passo dado. Ao espaço da minha análise, que se fez presente na escuta atenta. Eu não sei o que seria de mim sem a liberdade das palavras que gritam e pulsam tão forte dentro de mim.

À Edilene Queiroz, minha professora e orientadora, obrigado por ter me aceitado e

por ter acolhido minhas sugestões e inexperiências. Nunca irei esquecer daquele primeiro contato que deu início a uma longa jornada. Levarei comigo, aonde eu for, todos os ensinamentos e conselhos que me concedeste. Gratidão sempre!

À minha criança do passado que sonhou com tudo isso aos seus 8 /10 anos de idade, eu queria te dizer que eu estou chegando em todos os lugares que você sonhou pra nós.

## RESUMO

Esta dissertação investiga os sentidos da paternidade e como as mudanças sociais, históricas, políticas e econômicas interferem no papel do homem-pai, provocando mudanças nas suas funções e imagens. A escolha por esse tema surgiu da necessidade de compreender melhor as configurações do ser pai hoje e parece entrar em conflito com a forma tradicional de exercer a paternidade, na qual se revelava um pai distante emocionalmente, provedor e ditador da lei em casa. O objetivo geral desta pesquisa é: refletir o que é ser pai hoje, identificando as mudanças da paternidade. Nosso estudo utiliza uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como do tipo exploratória. Para tanto, fizemos levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, nos debruçando sobre os estudos de gênero e sobre paternidade, no âmbito da Psicologia e das Ciências Humanas e dos estudos de gênero, no sentido de identificar as mudanças ocorridas na nossa sociedade. Portanto, nossa coleta de dados se classifica como bibliográfica, fazendo levantamento de trabalhos que tratam da temática da paternidade. O método utilizado nesta pesquisa é o hipotético-dedutivo, uma vez que partimos de uma pergunta surgida de uma problemática social ao qual buscamos responder nos baseando em teorias e autores já consagradas pelas ciências. As análises desta pesquisa nos mostraram que, nos últimos anos, intensificaram-se os estudos sobre paternidade, principalmente a partir da década de 1980. Consideramos as modificações no âmbito familiar, por compreender que a família também vem mudando, sobretudo nos últimos séculos. Com o declínio do patriarcado, o homem-pai se viu diante de várias transformações, e teve que assistir à queda do seu poder, perdendo a sua função como provedor e porta-voz da lei. O movimento feminista e o movimento LGBTQ+ contribuíram para que o papel e lugar do homem-pai passasse por grande mudança ao perceber o crescimento da participação ativa da mulher no espaço público e privado. Compreendemos a pluralidades de ser pai e as múltiplas formas de família, mas nesta pesquisa iremos focar na formação da família heteronormativa. A conclusão é de que a paternidade, antes marcada pela presença de um pai provedor, frio e distante, que detinha o poder sobre os membros da sua família, passa por um processo de transição no qual é exigido deste homem-pai novas práticas de cuidado dentro do núcleo familiar. Ainda, compreendemos a paternidade deve ser lida como plural, multifacetada e se interrelaciona com vários outros fenômenos sociais, como família, gênero, avanço da tecnologia, contexto político-econômico e cultural e subjetividades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paternidade. Psicanálise. Masculinidade. Feminismo.

## **ABSTRACT**

This research investigates the meanings of fatherhood and how social, historical, political, and economic changes interfere in the role of the man-father, causing changes in his functions and images. The choice for this theme arose from the need to better understand the configurations of being a father today, since fatherhood is still little explored in Psychology studies and seems to conflict with the traditional way of exercising fatherhood, in which a distant father is revealed emotionally, provider and dictator of the law at home. In the meantime, the general objective of this research is: to reflect what it is to be a father today, identifying the changes of fatherhood. Our study uses a qualitative approach, characterized as exploratory. For that, we carried out a bibliographical survey on the subject in question, focusing on gender studies and paternity, within the scope of Psychology and Human Sciences and gender studies, to identify the changes that have occurred in our society. Therefore, our data collection is classified as bibliographical, surveying works that deal with the theme of fatherhood. The method used in this research is hypothetical-deductive, since we start from a question arising from a social problem to which we seek to answer based on theories and authors already consecrated by the sciences. The analyzes of this research showed us that, in recent years, studies on paternity have intensified, mainly from the 1980s onwards. We consider changes in the family scope, understanding that the family has also been changing, especially in recent centuries. With the decline of patriarchy, the man-father was faced with several transformations, and had to watch his power fall, losing his role as provider and spokesman of the law. The feminist movement and the LGBT+ movement contributed to the role and place of the father- man undergoing a major change when realizing the growth of women's active participation in the public and private space. The conclusion is that fatherhood, previously marked by the presence of a provider father, cold and distant, who held power over his family members, goes through a transition process in which new care practices are required of this man-father within the family nucleus. Furthermore, we understand that fatherhood should be read as plural, multifaceted and interrelated with several other social phenomena, such as family, gender, technological advances, political-economic and cultural context, and subjectivities.

**KEYWORDS:** Fatherhood. Psychoanalysis. Masculinity. Feminism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
<b>2 O PATRIARCADO E O FEMINISMO .....</b>	<b>17</b>
<b>3 A PATERNIDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES .....</b>	<b>44</b>
<b>3.1 A emancipação feminina .....</b>	<b>68</b>
<b>3.2 Paternidade e masculinidade.....</b>	<b>80</b>
<b>3.3 A nova identidade do pai nas responsabilidades familiares .....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Desde o início da minha graduação em Psicologia, centro os meus estudos na temática de gênero e sexualidade. Dentre eles, um especial me chamou bastante atenção para aprofundar a investigação na dissertação: as mudanças da transformação do homem-pai. Diante de tantas reflexões dos motivos pelos quais eu desejava pesquisar a respeito do tema, observei que a minha relação com o meu pai tinha camadas comportamentais, afetivas e discursivas em relação à maioria da vivência dos meus amigos, na época de minha infância. O meu pai fugia daquele padrão imposto pelo homem-pai presente na casa dos meus amigos e alguns familiares, uma vez que ele era afetivo, participativo nos serviços domésticos e nem um pouco autoritário, ou seja, ele era um pai gentil, amoroso, prestativo e pouco machista.

Foi a partir dessa experiência que as leituras referentes às mudanças na relação da transformação da paternidade me captaram. Deparei-me com dois estudos que conseguiam explorar as ideias que eu desejava circular: *PATERNIDADE: um estudo psicanalítico sobre pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro* (PRADO, 2014); e *A NEGOCIAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE MASCULINIDADES E PATERNIDADES EM CONTEXTOS POPULARES DE FLORIANÓPOLIS* (BEIRAS, 2007). Essas duas pesquisas serviram de inspiração, tendo como norteadores alguns pontos pelos quais seria indispensável transitar acerca das mudanças e transformações da paternidade ao longo dos anos. Também em outras atividades profissionais que realizo como professor de graduação e psicólogo clínico escutando homens, compreendia que a paternidade era pouco explorada, ou, quando descrita, aparecia com frequência um pai frio, distante e autoritário, quando esses pacientes tinham idades entre 35 e 40 anos; enquanto pacientes mais novos apresentavam um pai “completamente novo”.

Reportagens em jornais, revistas e páginas nas redes sociais falavam sobre paternidade e masculinidades, com o intuito de conscientizar esses homens-pais, sempre com temas referentes à participação ativa e proximal para com a família. Os padrões anteriores de paternidade e masculinidade não conseguiam mais dar conta e/ou não eram aceitáveis para a grande maioria dos membros familiares.

Diante de todos esses contextos que demonstram a atualidade desse tema

da paternidade, interresei-me em explorá-lo ainda mais, considerando a minha trajetória nos estudos de gênero e sexualidade e masculinidades. Estava mais que na hora de adentrar um novo estudo que dialoga diretamente com os até então produzidos durante minha graduação e especialização.

A temática da paternidade e da masculinidade tem adquirido visibilidade na literatura científica brasileira nos últimos anos. No que se refere à paternidade, há diversas pesquisas (LEWIS & O'BRIEN, 1987, TRINDADE, 1991; LAMB, 1996; LYRA, 1998; LYRA & MEDRADO, 1999, 2000; TONELI et al., 2006a, 2006b), procurando compreender a interação entre pais e filhos no ambiente familiar, analisando os seus sentidos, práticas e configurações. Foi no final da década de 1980 que trabalhos sobre masculinidades ganharam alcance e enfoque maior.

Considerando a relevância dessa temática na atualidade, temos como objetivo geral desta pesquisa: Refletir o que é ser pai hoje, identificando as mudanças na paternidade. Como objetivos específicos estabelecemos: 1) Problematizar a questão da paternidade dentro do sistema patriarcal, que impõe regras, normas e leis a serem seguidas pelos homens através das padronizações heteronormativas; 2) Refletir os aspectos culturais que promoveram mudanças no lugar/papel do pai; 3) Identificar a influência de movimentos sociais, como movimentos feministas e LGBTQIA+, que abriram fissuras nos modos de atuação da masculinidade.

O primeiro capítulo desta dissertação é destinado à *Metodologia*, em que traçamos o perfil metodológico da nossa pesquisa. O método de pesquisa utilizado foi o levantamento bibliográfico, por compreender que, revisando outras fontes científicas sobre o tema escolhido, podemos encontrar respostas para as perguntas aqui feitas sobre as mudanças que incidem sobre a paternidade. Podemos observar a pluralidade de ser pai e a expansão de novas configurações familiares, mas nesta pesquisa daremos foco a formação de famílias heteronormativas.

No segundo capítulo desta dissertação, intitulado *O patriarcado e o feminismo*, descrevemos os efeitos e a criação do patriarcado ao longo dos anos, notando que a sua força e engrenagem foram sendo desenvolvidas e aprimoradas para explorar as mulheres no âmbito do trabalho, da reprodução sexual e de seus serviços domésticos. Nesta análise, percebemos também que a masculinidade e os seus padrões heteronormativos passaram a ser questionados com o advento do movimento feminista a partir da década de 1960 nos Estados Unidos, período no qual as mulheres foram às ruas lutar por direitos igualitários para combater qualquer forma

de opressão sobre elas. Aliado ao movimento feminista, na mesma década, o movimento LGBTQ+ participou ativamente na luta por direitos civis e sociais, contestando o modelo de masculinidade, antes o único aceitável.

No terceiro capítulo, *A paternidade e suas transformações*, nos debruçamos sobre os sentidos da paternidade e as transformações ocorridas no papel de pai na atualidade, devido às mudanças nas configurações familiares e nas funções dos membros da família. Portanto, analisamos as transformações da paternidade e elencamos os diversos tipos de paternidade encontrados e descritos nos estudos aos quais o tivemos acesso.

Por fim, nas *Considerações finais*, desta dissertação, apresentamos um panorama do que foi observado durante a análise à qual nos propomos nesta pesquisa, sinalizando as conclusões acerca dos objetivos alcançados (ou não) e por quê. Ainda, aproveitamos esse capítulo para indicar possíveis caminhos de investigação para esse objeto de estudo tão relevante e complexo, que é a mudança da paternidade na contemporaneidade.

## 1 METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa, uma vez que nossos objetivos são pautados na análise e na interpretação mais aprofundada das questões que cercam a paternidade nos dias atuais. Gil (1994, p. 207) afirma que, nesse tipo de abordagem, “existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números”, o que atende bem à necessidade do trabalho que aqui se apresenta.

A nossa pesquisa é do tipo exploratória, porque se propõe a fazer o levantamento bibliográfico sobre o tema da paternidade, na perspectiva dos estudos de gênero, tanto para embasamento teórico quanto para fins de análise, tendo como fio demonstrar os novos sentidos dados à paternidade na atualidade e os diversos papéis do homem-pai surgidos na sociedade contemporânea, o que é feito através de levantamento e estudo de documentos referentes ao problema em questão. Iremos focar na formação da família heteronormativa, apesar de analisar a pluralidade de ser pai e a expansão de novas modalidades de configurações familiares.

De acordo com Motta-Roth e Hendges (2010), a pesquisa do tipo exploratória abrange “a literatura sobre o assunto, os documentos de arquivos públicos/particulares, a imprensa escrita, as fontes estatísticas, as correspondências, as fotos e gravações em áudio e vídeo de pessoas envolvidas na questão” (p. 119). A coleta de dados se classifica como bibliográfica, por se debruçar sobre estudos atuais sobre a paternidade e papéis de gênero, tanto em autores consagrados, como Amâncio (1994), Ariès (1986), Badinter (1985), Beauvoir (1980), Bourdieu (2012; 2011), quanto em pesquisadores atuais, como BALANCHO (2001), BAUER (2001), BEIRAS (2007), FARIA (2003), FELZENSZEWALB (2003), entre outros, buscando responder nossa pergunta inicial, que dá título a esta dissertação, a saber, “O que é ser pai hoje?”, surgida a partir da leitura das dissertações de Prado (2014) e Beiras (2007).

O método utilizado nesta pesquisa é o método hipotético-dedutivo, tendo em vista que este trabalho surge de questionamentos (hipóteses) formulados a partir da leitura de autores que tratam da temática da paternidade e busca se fundamentar em teorias cientificamente aceitas e consolidadas para responder às perguntas por nós aqui formuladas e, assim, chegar a uma conclusão sobre o objeto de estudo

selecionado.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o método hipotético-dedutivo nasce de perguntas feitas em torno de um objeto ou fenômeno, observando-se o que é relevante ou não para o estudo, com o intuito de demonstrar empiricamente a validade de tal hipótese. Assim sendo, a pesquisa deve partir sempre da formulação de um problema e “Esta seleção exige uma hipótese, conjectura e/ou suposição, que servirá de guia ao pesquisador.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 97).

Portanto, a partir da pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, que compõe a fundamentação teórica desta dissertação, apresentada nos capítulos 2, 3 e 4 a seguir, objetivamos discutir como a desconstrução/reconstrução dos papéis de gênero e a luta de grupos sociais minoritários, como o movimento feminista e o movimento LGBTQ+, ocasionaram mudanças nos sentidos da paternidade e no papel do homem-pai na sociedade atual.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2019, p. 183) discorrem que

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais [...]. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Como a literatura tem nos indicado, a sociedade contemporânea passa por mudanças que apontam para a reconstrução das relações de gênero e da vida familiar, reconstruções essas que tiveram a participação do movimento feminista no seu alicerce de luta por um sistema mais igualitário (THERBORN, 2014; ARAÚJO; SCALON, 2005; WALL; ABOIM; CUNHA, 2010) e causaram mudanças na paternidade (NOLASCO, 1993; FREITAS et al. 2009; UNBEHAUM, 1998). Assim, nosso interesse de investigação foi averiguar com profundidade tal processo de mudança e como e por que ele ocorre/ocorreu.

Essas tendências, que são muitas vezes contraditórias e se orientam por outras clivagens sociais, tais como classe, renda, culturas de socialização, podem e são experienciadas em processos macro e microssociológicos, com interações concretas entre famílias, casais, mulheres e homens. Buscando um melhor entendimento dessas experiências, as percepções, as razões e os significados de

atitudes ainda pouco usuais nas dinâmicas sociais de papéis de gênero, que são novas e estão em constante transformação, procuramos compreender as mudanças no papel do homem-pai na atualidade.

Esse pai, que participa da divisão equitativa do trabalho doméstico, do cuidado dos filhos, com uma relação mais próxima e afetiva com seus entes familiares e com posições menos autoritárias é um pai que reconhece a importância da participação no desenvolvimento emocional e comportamental da criança, conforme buscamos demonstrar no presente estudo. Os resultados do nosso levantamento bibliográfico sobre o tema, remontando a história dos papéis de gênero desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, estão apresentados nos capítulos a seguir.

## 2 O PATRIARCADO E O FEMINISMO

Se desejamos compreender as mudanças que apontam para o surgimento de um pai diferente, consideramos ser necessário retomar a história do patriarcado. Ela indica o ponto de partida para entendermos as transformações ocorridas no que chamamos de família e os papéis que os membros familiares vêm assumindo nesse núcleo tão complexo.

O patriarcado é uma criação histórica, formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos até ser concluído, apesar de não ter alcançado o seu término, por observarmos que até os dias atuais o sistema patriarcal segue produzindo novas formas de atuação, práticas e manifestações. Isso significa dizer que esse fenômeno está se atualizando a cada momento.

A unidade básica de sua organização foi a família patriarcal, que ditava e expressava as regras e os valores da comunidade, sendo estes impostos para toda a sociedade. As definições de gênero tiveram um papel indispensável na formação do Estado, pois o gênero foi criado, definido e estabelecido para garanti-lo, e homens e mulheres deveriam seguir as normas, regras e leis impostas aos seus respectivos gêneros, o que auxiliava num controle social dos corpos.

O desempenho e os comportamentos considerados adequados aos sexos eram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais. De forma mais significativa, eram manifestados em metáforas primordiais, presentes nos discursos e comportamentos dos cidadãos da época, que passaram a se tornar parte da construção social e do sistema explicativo.

A sexualidade das mulheres, que consiste de suas capacidades e seus serviços reprodutivos e sexuais, foi modificada ainda antes da criação da civilização ocidental. Com o desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico, fomentou-se a “troca de mulheres” intertribal, não apenas para reduzir os conflitos travados a partir das alianças de consolidação do casamento, mas também porque foi pensado para uma sociedade com mais mulheres que poderiam produzir mais filhos. Atendendo às necessidades econômicas das sociedades de caçadores-coletores, os agricultores poderiam utilizar o trabalho infantil visando ao aumento da produção e acúmulo de excedentes (LERNER, 1920/ 2019).

Os homens possuíam direitos sobre as mulheres, e as mulheres não tinham direito algum sobre os homens. As mulheres estavam no lugar de recursos adquiridos

pelos homens, uma vez que elas eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias. Elas foram dominadas ou compradas para escravidão, tendo os seus serviços sexuais como parte da mão de obra, assim como seus filhos também eram propriedades de seus senhores. Em toda sociedade, primeiramente as mulheres das tribos a serem conquistadas eram escravizadas, e os homens eram mortos. Somente depois que eles aprenderam a escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que aprenderam a escravizar outros homens desses grupos e, em seguida, escravizavam grupos subordinados de suas próprias sociedades (LERNER, 1920/2019).

Portanto, a escravidão de mulheres, aliada ao racismo e ao machismo, encabeçou a formação de classes e a opressão. Todavia, as diferenças de classes tiveram o seu início marcadas e constituídas em termos de relações patriarcais. A classe não é um constructo separado do gênero. A classe é expressa em termos relacionados ao gênero, que tanto homens quanto mulheres devem seguir.

Várias das fontes de controle sobre as práticas de gênero são ainda invisíveis. Gênero, assim como raça e classe social, são categorias verbais socialmente construídas, sendo transmitidas de geração em geração por meio das práticas culturais. Essas práticas influenciam fortemente comportamentos que exercem controle sobre a manutenção dessas práticas culturais, ou seja, esses comportamentos são adquiridos pelos indivíduos e mantidos de diversas formas, a depender do gênero do indivíduo (RUIZ, 1998).

No segundo milênio a.C., em sociedades mesopotâmicas, as filhas de famílias pobres eram vendidas para casamento e prostituição. O intuito dessa “comercialização” era fornecer auxílio econômico para suas famílias. Neste aspecto, as filhas de homens pobres tinham seu valor de noiva definido pelo dote, que seria pago pela família do noivo à família da noiva, o que permitia à família da noiva garantir casamentos mais vantajosos financeiramente para os seus filhos. Nessa comercialização, a posição econômica da família melhorava. Caso o marido ou pai não conseguisse arcar com a dívida, sua esposa e seu filho serviam como garantia, estando os mesmos sujeitos à escravidão por dívida ao credor (LERNER, 1920/2019).

O produto desse comércio de mulheres, isto é, o dote da noiva, seu preço de venda e filhos estavam sob o controle dos homens, o que pode ser representado como os primeiros casos de acúmulo de propriedade privada, pois quanto mais mulheres e crianças na família, mais possibilidade de adquirir bens e riqueza. A

escravização de mulheres de tribos conquistadas terminou servindo como um símbolo de status para os nobres e guerreiros, o que permitiu que conquistadores ganhassem riquezas tangíveis por meio da venda e até negociação de produtos de trabalho escravo, além dos frutos de sua reprodução, a saber, os filhos de escravos.

Segundo Lévi-Strauss (2000), a troca de mulheres fala sobre a reificação das mulheres, que teve como consequência a exploração dos seus corpos, seu serviços de trabalho, entre outros. Mas não são as mulheres reificadas e comercializadas, mas a sua sexualidade e a sua capacidade reprodutiva. Essa distinção se faz necessária. As mulheres, não importando o seu poder de ação e escolha na mesma proporção que os homens dos seus grupos, conservaram o seu poder, mesmo que com frequência limitada.

Mas elas sempre, até os dias atuais, têm vivido em estado relativamente maior de falta de liberdade em relação aos homens. A sua sexualidade, um aspecto do seu corpo, também era controlado por outros, pois elas não só estavam em desvantagem, como tinham uma restrição de maneira muito particular em termos psicológicos. Para as mulheres, como para os homens de grupos oprimidos e subordinados, a história nos mostra a luta por emancipação e liberdade devido à necessidade. O que a história nos revela é que para as mulheres a luta contra formas de opressão e dominação era diferente da dos homens e sempre foi mais atrasada (LERNER, 1920/2019). No quesito dos papéis atribuídos a homens e mulheres, o gênero foi sendo definido a partir de toda uma lógica social, que deveria ser cumpridos.

A mulher teve como seu primeiro papel social definido pelo gênero ser trocada em transações de casamento. Já o papel de gênero exercido pelo homem foi ser aquele que executava a troca ou que podia definir os termos das trocas.

Beauvoir (1949/1970) introduz o conceito de sexo e gênero, alegando que o sexo é definido a nível orgânico pelas diferenças fisio-anatômicas entre fêmea e macho, e o gênero seria construído ao nível social pelos papéis sociais e estereótipos de feminilidade e masculinidade, que vão definindo socialmente a distinção entre homem e mulher.

As mulheres também tiveram como estabelecimento do papel de gênero o de esposa substituta, o qual se tornou estabelecido e institucionalizado para mulheres de grupos de elite, no qual os homens podiam comprar outras mulheres quando a primeira não conseguia satisfazer as necessidades sexuais e reprodutivas do homem.

Esses papéis que eram oferecidos a elas consideravam tamanho poder e privilégios, por depender de sua associação com os homens da elite, e baseavam-se no desempenho satisfatório oferecido aos mesmos, serviços esses sexuais e reprodutivos. Caso as mulheres não alcançassem a demanda a elas imposta, logo eram substituídas, o que gerava a perda de todos os seus privilégios e status (LERNER, 1920/ 2019).

O papel definido pelo gênero para guerreiros deu aos homens a chance de adquirir poder sobre homens e mulheres de tribos conquistadas. A conquista induzida pela guerra já diferenciava os vencedores daqueles de raça, etnia ou simples diferença tribal. A origem dessa “diferença” serviu como uma marca de distinção entre conquistados e conquistadores, sendo a primeira diferença clara e observável entre os gêneros. Segundo Lerner (2019), os homens haviam aprendido como podiam exercer poder sobre as pessoas diferentes deles na primitiva troca de mulheres, e, assim, foram adquirindo conhecimento necessário para seguir elevando essa diferença de qualquer tipo, para um critério de dominação.

Podemos observar uma diferença presente na escravidão e na dominação de classe que tomou formas distintas para homens e mulheres escravizados: os homens tinham sua força de trabalho explorada, enquanto as mulheres eram sempre exploradas como trabalhadoras, fornecedoras de serviços sexuais e reprodutivos. Para as mulheres, a exploração sexual é a própria marca de exploração de classe. (LERNER, 1920/2019).

A marginalização feminina de postos de trabalho revela que elas têm a sua força de trabalho explorada, pois mesmo assumindo cargo de poder, continuam recebendo menos que os homens. Vale compartilhar que o centro de tomadas de decisões e a composição de violência sexual ser significativamente maior com mulheres ilustram uma desigualdade política e social entre os gêneros, e denota a primazia do poder masculino, sendo de notório prejuízo para as mulheres (SAFFIOTI, 2004).

Dessa forma, fica evidente que essa organização reflete uma “estrutura de poder” que sempre garantiu aos homens a primazia masculina, concentrando sobre eles mais poder em detrimento das mulheres (SAFFIOTI, 2004).

Contudo, os seus serviços sexuais e reprodutivos sempre foram oferecidos a homens de classes elevadas, que lhe davam o direito a propriedades e direitos legais. Vale salientar a complexidade dos níveis de dependência e liberdade das

mulheres quando comparados com os de seu irmão, mostrando que estes tinham na vida oportunidades que as suas irmãs não conseguiam ter (LERNER, 1920/2019).

Saffioti (2004) utiliza o termo “estrutura” com o intuito de descrever como as relações sociais entre homens e mulheres estão organizadas. É importante considerar que a autora não utiliza o termo “estrutura de poder”, visando a apresentar como as relações entre homens e mulheres estão desniveladas em termos de acesso ao poder. Assim, de um lado a estrutura de poder garante aos homens privilégios, enquanto do outro as mulheres não tinham acesso a tais privilégios e se situavam em posição de subalternidades dentro dessa estrutura.

Saffioti (2004) segue afirmando que, para o patriarcado, o regime de dominação-exploração sintetiza o seu regime de “dominação-exploração” das mulheres pelos homens. Então, o patriarcado não tem a pretensão da generalidade ou da neutralidade, já que ele deixa explícito o vetor da dominação-exploração, tratando da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina (SAFFIOTI, 2004).

Para os homens, a classe foi e é baseada em suas relações com os meios de produção, uma vez que os que detinham os meios de produção podiam dominar os outros que não os detinham. Os donos de meios de produção tinham vantagens na aquisição de mercadorias e serviços sexuais femininos, tanto de mulheres da própria classe quanto das mulheres de classes subordinadas. Na Antiga Mesopotâmia e Antiguidade Clássica, assim como em sociedades escravocratas, homens dominantes que adquiriam como propriedades os produtos da função reprodutiva de mulheres subordinadas usariam esses filhos como trabalhadores, e as mulheres da classe dominante, a classe mediana por meio de seus vínculos sexuais, seriam um meio de produção e de recursos. As mulheres ditas respeitáveis ganham acesso à classe por meio do pai e do marido, mas caso elas viessem a quebrar as regras sexuais consideradas como não respeitáveis, seriam marcadas, tendo o seu status social rebaixado.

Outro ponto seria que as mulheres que se abstêm de serviços heterossexuais (mulheres solteiras, lésbicas e freiras) estavam conectadas aos homens dominantes de sua família de origem, e era através deles que elas recebiam recursos. Em alguns períodos históricos, conventos e outros enclaves foram criados para mulheres solteiras, espaços fechados nos quais elas podiam desempenhar sua função, mantendo, assim, a respeitabilidade. Mesmo assim, as mulheres solteiras continuavam sendo marginalizadas, dependentes de proteção de parentes homens.

O grupo de mulheres independentes e autossuficientes existentes na sociedade é pequeno, sem falar que no geral elas estão bastante vulneráveis no que diz respeito ao desastre econômico (LERNER, 1920/2019). A opressão e a exploração econômica transforma a sexualidade feminina em mercadoria e na apropriação pelos homens da força de trabalho das mulheres e de seu poder reprodutivo como aquisição econômica direta de recursos e pessoas.

A definição do patriarcado como “estrutura de poder” situa que as mulheres estão muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. A análise do patriarcado aponta que a estrutura descrita da forma como se dá a organização social nas relações entre homens e mulheres é substancialmente baseada no poder. Não há como analisar a operação sexista/machista e o patriarcado sem considerar os efeitos que o poder produz dentro da relação hierárquica existente entre os homens e as mulheres (SAFFIOTI, 2004).

No Estado arcaico no Antigo Oriente Próximo que emergiu no segundo milênio a.C. a partir das raízes idênticas da dominância sexual dos homens sobre as mulheres, e sobre outros homens também que seguiam sendo explorados, a formação do Estado e a forma como foi organizado se deu de modo que a dependência de homens chefes de família do rei ou da burguesia do Estado fosse compensada por sua dominância sobre a própria família.

Esses chefes de família passavam a distribuir os recursos da sociedade a suas famílias, assim como o Estado distribuía os recursos da sociedade a eles. O controle desses chefes de família sobre os seus familiares e filhos menores era tão importante para a existência do Estado quanto o controle do rei sobre os seus soldados. As Leis criadas pela Mesopotâmia refletem em especial a regulamentação da sexualidade feminina (LERNER, 1920/2019).

As mulheres possuem menos poder que o seu companheiro simplesmente por ser mulher. Fica claro que essa desigualdade de poder passa a ser estabelecida na relação entre eles quando as regras começam a ser ditadas sobre os seus corpos, sexualidade e comportamentos. O que caracteriza o patriarcado, nas relações de gênero, é que a desigualdade sempre foi caracterizada para manter os homens com mais privilégios. Desse modo, o poder continua centrado nos homens (SAFFIOTI, 2004/2015).

Ainda de acordo com Saffioti (2004), as pessoas vivem em sociedade. Então, para analisar o patriarcado, não basta descrever as relações individuais nas

quais os homens são detentores de mais poder que as mulheres. Faz-se necessário descrever as condições sociais que mantêm o funcionamento dessa estrutura de poder. Por esse motivo, estamos contando essa história para compreender como o funcionamento e o aperfeiçoamento do patriarcado se firmou com a contribuição do Estado, das classes e do gênero masculino.

No segundo milênio a.C, o controle sobre o comportamento sexual dos cidadãos se tornou o principal meio de controle social em todas as sociedades de Estado. A hierarquia de classe é sempre constituída na família, tendo como meio a manutenção da dominação sexual. Portanto, não importa o sistema político ou econômico, o tipo de personalidade que prevalece no sistema e seu funcionamento hierárquico continuará sendo criado e nutrido dentro da família patriarcal (LERNER, 1920/2019).

Sobre isso, Lerner (1920/2019, p.266) afirma que “A família patriarcal é impressionante, resiliente e varia em épocas e locais distintos”, por ela conseguir definir os papéis, normas e regras, intitucionalizando o que cabe ao homem-pai fazer e as maneiras que ele deve participar na família. O patriarcado oriental abarcava a poligamia e a prisão das mulheres nos haréns.

O patriarcado na Antiguidade Clássica e em seu desenvolvimento europeu agia na monogamia. Mas, em todas as suas formas, um duplo padrão sexual em que as mulheres estavam sempre em desvantagens era parte essencial do sistema. Nos estados industriais modernos, como os Estados Unidos, ocorreu uma mudança em que as relações de propriedade dentro da família passaram a se desenvolver ao longo de linhas mais igualitárias, diferentes das que o pai era detedor do poder.

De qualquer modo, as relações de poder econômico e sexual dentro da família não se alteraram necessariamente. O que podemos compreender é que as relações entre os sexos são mais igualitárias, mas as relações econômicas permaneciam patriarcais. Em todo caso, as mudanças dentro da família não foram capazes de alterar a dominação masculina básica no domínio público, nas instituições e no governo (LERNER, 1920/2019).

A família como organização espelha a ordem do Estado e educa os filhos para que eles sigam essa ordem, e os criam para que essa ordem continue sendo reforçada. Vale salientar que quando falamos de melhorias relativas ao status das mulheres em dada sociedade, isso nos mostra as melhorias no grau em que sua situação lhes confere oportunidades de exercer alguma vantagem dentro do sistema

patriarcal.

Existem três aspectos básicos nessa concepção:

1) O poder é contextualista, ou seja, estabelecido na relação com o ambiente social; 2) ele é aprendido, isto é, desenvolvido ao longo da vida; 3) é social, pois ocorre na convivência entre dois ou mais indivíduos, sendo estabelecido e mantido por regras que são criadas e mantidas ao longo das gerações. Contudo, sendo comportamento, ele é dinâmico, não imutável (SAFFIOTI, 2004, p. 29).

Com base nos aspectos mencionados acima, o poder no patriarcado segue como distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, podendo ser identificado nas práticas sociais que vão contribuir para situar as mulheres num grupo menos privilegiado em relação ao grupo no qual os homens pertencem, isso em todas as áreas da convivência humana, quer pública ou privada (SAFFIOTI, 2004).

Sociedades onde as mulheres têm relativo poder econômico lhes oferta a capacidade de ter mais controle sobre sua vida do que em sociedades em que elas não tenham nenhum poder econômico. Isso ocorre também na existência de grupos, associações ou redes econômicas de mulheres servindo para aumentar a capacidade de as mulheres neutralizarem as imposições impostas pelo sistema patriarcal particular. Historiadores e antropólogos nomearam essa relativa melhoria de “liberdade” das mulheres (LERNER, 1920/2019).

Elucidamos que o sistema patriarcal só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Tais cooperações asseguram-se por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem (LERNER, 1920/2019, p. 267).

As mulheres moldaram a sua vida e agiram sob o “guarda-chuva” do patriarcado por quase quatro mil anos, uma forma do patriarcado mais bem descrito como dominação paternalista. Essa expressão trata da relação de um grupo dominante, que se considera superior, com um grupo subordinado, que é considerado inferior, em que a dominação está ligada por obrigações mútuas e direitos recíprocos. O grupo dominado ou pessoa troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por manutenção.

Na família patriarcal, as responsabilidades e obrigações não seguem a

mesma lógica de distribuição entre aqueles a serem protegidos: a dominação que os meninos sofrem pelo pai é temporária, ela dura até o dia em que eles se tornam responsáveis pelo seu próprio lar. Já a subordinação das meninas dura uma vida inteira, pois elas só conseguem escapar da subordinação paterna quando se tornam esposas, transferindo a dominação/proteção para outro homem. Temos uma base importante no paternalismo, a saber, o contrato de troca que não é escrito: sustento econômico e proteção, que são oferecidos pelo homem pela subordinação em todos os campos, os serviços sexuais e o trabalho doméstico não remunerado oferecidos pelas esposas/mulheres (LERNER, 1920/2019).

Elas realizavam uma escolha racional sob condições de falta de poder público e dependência econômica, escolhendo homens fortes, protetores para si mesmas e seus filhos. As mulheres podiam compartilhar os privilégios de classe dos homens de sua classe, mas para isso ela teria que se manter sob a proteção de um homem. Para as mulheres, excluindo as de classe baixa, o “acordo recíproco” seguia em troca de subordinação sexual, econômica, política e intelectual aos homens, ou seja, elas poderiam compartilhar o poder dos homens de sua classe, sendo autorizadas a explorar homens e mulheres de classes inferiores.

Na sociedade de classes, torna-se difícil para as pessoas que têm algum poder, mesmo que seja limitado, enxergar que são desfavorecidas e subordinadas. Tais privilégios de raça e classe têm o intuito de destruir a capacidade das mulheres de se enxergarem como um grupo desconexo, e que de fato não são, porque as mulheres de grupos oprimidos existem em todas as camadas da sociedade (LERNER, 1920/2019). Nesse ínterim, a autora declara:

Há milênios, as mulheres participam do processo da própria subordinação por serem psicologicamente moldadas de modo a internalizar a ideia da própria inferioridade. A falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas (LERNER, 1920/2019, p. 268).

A conexão das mulheres a estruturas familiares é extramente problemática para desenvolver qualquer tipo de solidariedade feminina e coesão grupal. As mulheres foram ligadas aos parentes homens de sua família de forma individual, laços que implicavam obrigações específicas. O seu doutrinamento, que acontece da infância em diante, reitera a sua obrigação que não se limita aos termos econômicos para com a família e a estrutura familiar, mas visa a que ela aceite um parceiro de

casamento alinhado aos interesses familiares (LERNER, 1920/2019).

Outras classes e grupos oprimidos seguiram a mesma direção à consciência de grupo devido às condições de status de subordinados. O/A escravo/escrava podia traçar com clareza uma linha com os interesses e laços com a própria família e sua própria ligação de subserviência/proteção com seu senhor (LERNER, 1920/2019).

As ditas mulheres livres tinham que aprender desde cedo que seus parentes as expulsariam de casa caso se rebelassem contra a dominância. Em sociedades tradicionais e camponesas, podemos encontrar diversos registros e exemplos de familiares mulheres que toleravam e até participavam de castigos, torturas, chegando a causar a morte de garotas que praticassem alguma transgressão contra a “honra” da família. Basta retornamos aos tempos bíblicos, em que toda a comunidade se reunia para apedrejar a adúltera até a morte. Na Sicília, Grécia e Albânia, ao longo do século XX, as práticas eram semelhantes. Os pais e maridos de Bangladesh expulsavam suas filhas e esposas que foram estupradas pelos soldados invasores, acusando-as de prostituição. O que ocorria era que as mulheres não tinham outra saída a não ser fugir de um “protetor” para outro, tendo sua “liberdade” definida apenas pela capacidade de transitar entre esses protetores (LERNER, 1920/2019).

O vetor da violência patriarcal, partindo de homens contra mulheres, seguia o respaldo jurídico, como também favorecia as mulheres que se mantivessem em silêncio perante situações de violência sexual. Esses elementos jurídicos, sociais e familiares contribuem não apenas para a manutenção de uma organização patriarcal de sociedade, mas para a continuidade e concentração de poder nas mãos de homens, como também para a perpetuação da dominação-exploração sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004).

Para Saffioti (2004), a subordinação não se trata simplesmente da ação em que alguém passe a obedecer ao(s) dominador(es), mas de uma configuração social que não oferece condições alguma para que essas pessoas saiam da posição de subordinadas. É o que podemos verificar com clareza nos dispositivos patriarcais, que renega às mulheres sempre o lugar de desvalorização, precariedade ou fechamento de portas em espaços de poder.

Nunca existiu uma mulher ou grupo de mulheres vivendo sem a proteção masculina, não sem que a maior parte delas soubesse. Nunca existiu um grupo de pessoas como elas que tivesse feito coisas significativas sozinhas. Disseram às

mulheres que elas não tinham história, e assim elas acreditaram. Entretanto, foi a hegemonia dos homens sobre o sistema de símbolos que prejudicou as mulheres (LERNER, 1920/2019).

Ao adentrar no campo dos sistemas de símbolos, a hegemonia dos homens tomou duas formas: a privação educacional das mulheres e o monopólio masculino sobre sua definição. O último aconteceu inadvertidamente, mas não fugiu da ótica da dominância de classe e do acesso de elites militares ao poder. Ao longo dos períodos históricos, houve brechas para as mulheres da elite, cujo acesso à educação era um dos principais aspectos do seu privilégio de classe (LERNER, 1920/2019).

Os homens se apropriaram e depois transformaram os principais símbolos de poder feminino: o poder da Deusa-Mãe e as deusas da fertilidade. Eles construíram teologias baseadas em metáforas contrafactual da procriação e redefiniu a existência feminina de um modo retristo e sexualmente dependente. Isso nos é apresentado através da alteração/criação das “metáforas de gênero expressadas pelos homens como norma e a mulher como desvio; o homem como completo e poderoso, a mulher como inacabada, mutilada e sem autonomia” (...) (LERNER, 1920/2019, p.270) Os homens utilizaram as construções simbólicas integrando à filosofia grega a teologia judaico-cristã e a tradição legal, sobre a qual a civilização ocidental é construída, e foram explicando o mundo em seus próprios termos, definindo as questões importantes e se colocando como centro do discurso.

Eles definiram que o termo homem incluísse o termo mulher, dedicaram ao primeiro a representação de toda a humanidade. Dessa forma, os homens criaram um erro conceitual de grandes proporções em todo o seu pensamento. Os homens tomaram a metade pelo todo, deixando escapar a essência do que quer que estivessem descrevendo, distorceram de tal maneira, que nem eles conseguiram vê-la do modo correto. Acreditavam que a terra era plana, não sendo capazes de compreender a sua realidade, sua função e sua relação real com outras partes do universo. Enquanto continuassem acreditando que suas experiências, seu ponto de vista e suas ideias representavam toda experiência humana e todo pensamento humano, seriam incapazes de descrever a realidade de maneira adequada (LERNER, 1920/2019).

A fala androcêntrica, que é incorporada em todos os constructos mentais da civilização ocidental, não tem como ser retificada apenas com a adição de “mulheres”. Muito pelo contrário, se faz de extrema relevância que haja uma

reestruturação radical de pensamento e análise de partes iguais de homens e mulheres e que as experiências, os pensamentos e insights de ambos os sexos devam ser representados em toda generalização que é feita por todos os seres humanos (LERNER, 1920/2019).

Na obra *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (1949/2019) descreve o homem como autônomo e transcendente e a mulher como imanente. Ela ignorou na sua análise a história, ao explicar que as mulheres faltam meios concretos para se organizarem como unidade na defesa dos próprios interesses, afirmando que “Elas [mulheres] não têm o próprio passado, a própria história, a própria religião”. Assim, em sua observação, diz que a mulher não transcendeu, se transcendência for a definição e a interpretação do conhecimento humano. Mas ao relatar que as mulheres não tiveram uma história, ela estava errada. A história das mulheres refuta essa falácia e revela uma lista interminável de fontes, desvelando e interpretando a história oculta das mulheres.

Bourdieu (1930/2002, p.137-138) compartilha que o eterno na história não pode ser o produto de um trabalho histórico de eternização. Para o autor, o que significa escapar dos essencialismos não deve negar as constantes e invariáveis, que incontestavelmente fazem parte da história, isto é, “é preciso reconstruir a história do trabalho histórico de des-historicização”, ou, se preferirem, “a história da (re)criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina”, que de tempos em tempos é permanente desde que existem homens e mulheres, mas que por meio da ordem masculina se vê continuamente sendo reproduzida. Em suma, uma história das mulheres, que tenha uma grande parte de constância, de permanência, que deve dar lugar à história dos agentes e das instituições que insistem em garantir essa permanência, as Igrejas, Estado, Escolas, etc.

A história não pode se contentar em registrar a exclusão das mulheres das profissões, da carreira, da disciplina. Caberá à história assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias (profissionais, disciplinares, etc.), e que fique explícito que as disposições hierárquicas que elas favorecem levam as mulheres a contribuir para sua própria exclusão dos lugares que elas são sistematicamente excluídas.

Portanto, ao resgatar a história das mulheres, não se pode limitar a descrever as transformações da condição delas no decurso dos tempos, muito menos a relação entre os gêneros nas diferentes épocas. O seu papel é empenhar-se em estabelecer, a cada período, o estado do sistema de agentes e das instituições,

Família, Igreja, Estado, Escola etc., que com pesos e medidas em diversos momentos, contribuíram para “arrancar da História, mais ou menos completamente, as relações de dominação masculina” (BOURDIEU, 1930/2002, p. 138).

O objeto de uma história das relações entre os sexos é a história das combinações sucessivas, que foram diferentes na Idade Média e no século XVIII, sob Pétain no início dos anos 1940, e sob De Gaulle depois de 1945. Os mecanismos estruturais que asseguraram a reprodução da divisão sexual do trabalho e de estratégias que, com o auxílio das intuições e dos agentes singulares, perpetuaram, no percurso de uma história longa, à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação entre os sexos, ou seja, “a subordinação da mulher podendo vir expressa em sua entrada no trabalho” (BOURDIEU, 1930/2002, p. 70), como na maior parte das sociedades pré-industriais, ou até na sua exclusão do trabalho, como aconteceu depois da Revolução Industrial, que separou o trabalho e a casa; com o declínio do peso econômico das mulheres da burguesia, a partir daí relegadas pelo puritanismo vitoriano ao culto da castidade e das prendas do lar, à aquarela e ao piano; e nos países de tradição católica, à prática religiosa, cada vez mais exclusiva ao feminino (BOURDIEU, 1930/2002). Logo, podemos observar o quanto a hegemonia masculina atuava em diversos espaços, sendo a mulher totalmente relegada a espaços domésticos, reprodução sexual, dominação do poder e subordinação.

A característica da hegemonia masculina é mais prejudicial às mulheres e lhes garante o status de subordinadas há milênios. A negação às mulheres de sua história provocou um reforçamento da aceitação da ideologia do patriarcado e terminou enfraquecendo a noção de valor próprio da mulher individualmente. Ao criar uma “verdade universal” da história masculina, as mulheres continuaram sendo marginalizadas na civilização, e, assim, tornaram-se vítimas do processo histórico. Ao acreditar que não tinham história, o resultado foi ainda pior do que ser esquecida por completo. Mas ao analisar o progresso das mulheres ao longo da história, vemos que foi marcado por muita luta contra toda essa distorção incapacitante (LERNER, 1920/2019).

Historicamente, as mulheres foram incapazes de se valer de tudo que elas precisavam, enquanto estímulo cultural. A discriminação educacional colocou as mulheres em desvantagens no acesso ao conhecimento. O estímulo cultural, que foi um movimento institucionalizado nos pontos mais altos dos estabelecimentos

religiosos e acadêmicos, não foi aberto e disponível para elas. Dessa forma, universalmente, as mulheres de todas as classes tinham menos tempo livre do que os homens, por precisarem cuidar dos filhos, já que toda a criação e a total servidão à família eram de sua responsabilidade, o tempo livre que tinham não lhes pertencia. Já com os homens, o tempo para que eles se tornassem pensadores fazia com que pudessem se dedicar ao trabalho e aos estudos.

Desde o início da filosofia grega, o tempo deles era respeitado como algo privativo. Sendo assim, como os escravos de Aristóteles, as mulheres, “que, com seus corpos, servem às necessidades da vida”, sofreram por mais de 2.500 anos de desvantagens de um tempo que não lhes foi concedido, mas sim fragmentado e interrompido (LERNER, 1920/2019).

Apesar de toda privação do tempo, uma pequena minoria de mulheres privilegiadas, que faziam parte da elite dominante, tinham acesso ao mesmo tipo de educação de seus irmãos. Foram essas mulheres que, ao longo da história, tornaram-se intelectuais, pensadoras, escritoras e artistas, nos dando uma perspectiva feminina, uma alternativa ao pensamento androcêntrico. Embora de modo custoso e com muita dificuldade, elas conseguiram (LERNER, 1920/2019).

A maior mudança está no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que não pode ser contestado, indiscutível. A razão, sobretudo do trabalho crítico promovido pelo movimento feminista, que será abordado mais detalhadamente mais adiante nesta dissertação, trouxe à luz questionamentos em determinadas áreas do espaço social, conseguindo romper o círculo do reforço generalizado. Essa evidência, em muitas ocasiões, passou a ser algo que precisaria ser defendido ou justificado (BOURDIEU, 1930/2002).

As mulheres que foram aceitas nos centros da atividade intelectual de sua época nos últimos cem anos, com acesso à educação acadêmica, se depararam com outro desafio. Primeiramente, precisariam aprender “como pensar como um homem”, o que levou nesse processo muitas delas a internalizar aquele aprendizado, fazendo com que perdessem a capacidade de conceber alternativas. Pensar de forma abstrata é definir com precisão, criar modelos na mente e generalizar com base neles.

Esse pensamento, assim ensinaram os homens, deve se basear na exclusão dos sentimentos. Vivendo num mundo em que são desvalorizadas, as suas experiências eram carregadas de estigmas da insignificância, o que acarretou uma desconfiança das próprias experiências, passando a desvalorizá-las (LERNER,

1920/2019).

As mulheres pensadoras tiveram que escolher entre vivenciar uma vida de mulher, na qual havia dias alegres, seu cotidiano e o imediatismo, ou uma vida de homem, para que só assim pudessem pensar. Tal escolha de gerações de mulheres cultas é cruel e custosa. Outras ainda escolheram por pura vontade uma existência fora do sistema de sexo-gênero, vivendo sozinhas ou com outras mulheres. Essas mulheres, durante a maioria do tempo histórico, foram obrigadas a viver à margem da sociedade. Sobre elas caiu o lugar de desviantes, tendo dificuldade de generalizar com base na própria experiência em relação aos outros, deixando de receber influência e aprovação.

Lerner (1920/2019) aponta uma questão: por que as mulheres não construíram um sistema? Pelo simples fato de que não se pode pensar de maneira universal quando elas foram excluídas do genérico.

Existe uma diferença enorme no processo histórico de mulheres e homens sob velocidades distintas. Para o ato de registrar, definir e interpretar o passado, a entrada do homem na história ocorreu no terceiro milênio a.C. Ao pensar no processo histórico das mulheres, esse só ocorreu a partir do século XIX, e ainda houve grandes excessões. Nesse sentido, antes disso, toda a História era Pré-História para as mulheres (LERNER, 1920/2019).

A falta de conhecimento sobre a própria história de luta e conquistas tem como principal fim mantê-las subordinadas. As mulheres que decidiram-se como pensadoras feministas e se engajaram no processo de criticar os sistemas tradicionais de ideias ainda são atrasadas por causa das amarras do desconhecimento gravado profundamente em suas psiques. Quando decidiram fugir do pensamento patriarcal se depararam com o vazio existencial. Como poderiam nomear o inominável? Fazer as perguntas definidas por todas as autoridades como inexistentes? (LERNER, 1920/2019).

Portanto, as definições de patriarcado são diversas. Não conseguimos encontrar dentro da produção política e teórica das feministas radicais, marxistas, por exemplo uma definição única e comum ao patriarcado. O conceito é utilizado de forma geral, como uma categoria pressuposta, mas quase sempre não bem definida. Ou seja, as mais distintas e variantes teorias feministas correspondem a distintas interpretações do que seja o patriarcado.

Cabe aqui pensarmos a partir da teoria feminista o que se entende por

patriarcado em uma de suas diversas contribuições. O Patriarcado, então, seria uma espécie de poder político, ou melhor apontando, uma forma de poder enraizada e estruturada de maneira que homens tomem posse dos corpos femininos. Sendo, principalmente, poder político que restringe as liberdades e direitos das mulheres. Ao homem é dado o direito de explorar, dominar e oprimir os corpos e as vidas das mulheres. Esse direito é concedido no ato do nascimento do Contrato Social, tornando-o também um Contrato Sexual.

Desde o surgimento do movimento feminista, houve uma série de mudanças sociais significativas, incluindo mudanças na dinâmica de gênero em relação à paternidade. Historicamente, a responsabilidade da paternidade foi predominantemente atribuída aos homens, enquanto as mulheres eram encarregadas principalmente da criação dos filhos e do trabalho doméstico. No entanto, o movimento feminista tem lutado por uma redistribuição equitativa das responsabilidades parentais, e isso tem levado a uma série de mudanças no papel do pai na sociedade.

O movimento feminista foi o primeiro movimento organizado a pautar as discussões acerca da revisão cultural da sociedade moldada no modelo falocêntrico<sup>1</sup>, particular por, ao mesmo tempo em que produz sua reflexão crítica, também criou a própria vertente teórica. Este movimento produziu muitos estudos que tem como foco primordial a discussão voltada a condição social da mulher. Esses estudos se firmaram no discurso intelectual devido à Primeira Onda do Feminismo, que levou milhares de mulheres às ruas, que ocorreu no final do século XIX, na Inglaterra, onde as mulheres se organizaram para lutar por direitos, tais como o voto, acesso ao espaço público, igualdade entre os sexos, direitos econômicos, sexuais e reprodutivos, e contra a opressão feminina sofrida no espaço doméstico e do trabalho. Esse movimento ficou conhecido como sufragista, que garantiu às mulheres o direito ao voto no Reino Unido no ano de 1918.

O movimento chegou ao Brasil, que também lutou pelo direito ao voto, sendo iniciado e liderado por Berta Lutz, em 1932, sendo o voto concedido às mulheres no mesmo ano. O movimento de operárias anarquistas foi bastante significativo para o movimento de mulheres no Brasil.

---

<sup>1</sup> Paradigma que estrutura o pensamento e a sociedade a partir de uma lógica opositiva entre os homens e as mulheres, onde o homem ocupa uma posição de dominação e privilégio naturalizada nos discursos e nas práticas cotidianas, que são espalhadas e internalizadas, tendo como agentes participativos as instituições da Família, Escola, Igreja e o Estado.

Após um tempo de regresso – a partir da década de 1930 – na Europa e nos Estados Unidos, mas também no Brasil, temos o ressurgimento do movimento em 1960, que tem pela primeira vez as relações de poder entre homens e mulheres colocadas em pauta. O movimento feminista aparece reivindicando o acesso das mulheres na esfera pública, na educação e no mercado de trabalho. Surge como uma ferramenta reflexiva acerca da liberdade e da autonomia, sobre a vida e o corpo, passando a problematizar novas formas de relações entre homens e mulheres.

Durante esse percurso, o *Segundo Sexo*, escrito por Simone de Beauvoir (1949), lança a máxima que se torna imprescindível para o feminismo até os dias atuais: “não se nasce mulher, se torna mulher”. O livro desenvolve questões que envolvem a condição feminina sob a perspectiva sexual, psicológica, social e política, tornando-se uma referência para o pensamento feminista na sociedade, por alavancar a luta das mulheres para a mudança de padrões e dos papéis socialmente estabelecidos.

De maneira geral notou-se que o movimento estaria polarizado, apresentando várias denominações. O autodenominado “feminismo radical”, originado a partir da organização em separado de mulheres de diversos segmentos/movimentos sociais para reagir contra a dominação masculina e contra a discriminação sexual, com a realização de workshops, culminou na formação de outros grupos que foram separados dos movimentos políticos revolucionários de maioria masculina (CASTELLS, 1999), o que acarreta uma proposta de transformação total das formas de vida afetivo-sexual e política, como parte do rompimento de uma política tradicional e pela criação de novos vínculos não patriarcais moldados pelos esquemas de pensamentos (CLÍMACO, 2000).

Outra pauta do movimento está representada pelo institucionalizado que conseguiu inserir na agenda internacional a importância da especificidade dos direitos das mulheres, focada na não violência contra a mulher, assim como no exercício pleno da vida pública e da saúde sexual e reprodutiva, ainda que não ligados aos movimentos sociais, mas que comunga de algumas de suas preocupações.

Esse modelo foi diretamente influenciado pelo pensamento da feminista Simone de Beauvoir ilustrado em seu livro *O Segundo Sexo*, quando retira a dominação sobre mulheres do campo da natureza (determinada biologicamente) ou do econômico (como elemento importante do capitalismo), compreendendo a lógica da dominação como uma matriz social, que pode ser transformada.

Beauvoir (1949) retira da ordem do natural e transfere para o construído cultural e socialmente as demandas colocadas aos gêneros, propondo a separação entre o sexo e o gênero, entre natureza e cultura. Essa perspectiva corresponde ainda à tradição francesa das Ciências Sociais, que propõem que a compreensão de homens e mulheres só se realiza quando consideramos uma referência mútua e um padrão de dominação relacionado à ordem capitalista.

O cenário foi bastante enriquecedor para a retomada do movimento nas manifestações de maio de 1968 na Europa e do movimento hippie nos EUA. Já no Brasil, o cenário foi bem diferente por causa da emergência do Golpe de 1964, o que faz com que o movimento feminista provoque as suas primeiras manifestações na década de 1970.

Nessa mesma época, as exiladas do regime da ditadura no Brasil estão em contato com o feminismo europeu, e com a redemocratização do país nos anos 1980, e vários grupos e coletivos põem em pauta os temas ligados a violência, trabalho, racismo, sexualidade e tantos outros temas que vão compor a agenda de luta do movimentos feministas. Nessa ótica, “o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados” (PINTO, 2010, p. 17).

A partir da década de 1970, novas diferenças se tornam ainda mais visíveis entre o feminismo radical e liberal que se atenuam na prática e na ideologia. Desse modo, o movimento se viu questionado a representação da identidade lésbica. As feministas lésbicas foram exemplo de engajamento, dentro da corrente radical, sendo elas importantes para o ativismo prático, mas também no quesito do enriquecimento da contribuição teórica. Segundo Castells (1999), esse processo pode ser destacado como profundamente significativo para o movimento feminista da época.

O crescimento inexorável e a influência do lesbianismo no movimento feminista, ao mesmo tempo em que se tornava uma grande força, representava também um grande desafio para o movimento, que tinha de encarar seu próprio preconceito interno quanto às formas de sexualidade, além de enfrentar o dilema sobre onde (ou se) deveria impor um limite à liberação feminina (p. 214).

O que podemos observar é que fica difícil admitir o feminismo como algo homogêneo, considerando a sua diversidade, pois o movimento passou a tomar novas

abordagens, ideologias e formas diferentes de se colocar na prática enquanto um movimento social, o que reverbera em toda essa diversificação. Por isso, é preferível falarmos em feminismos, no plural.

O mais importante é que todas as lutas históricas, individuais, coletivas, formais ou informais, tiveram um papel relevante no destaque da redefinição de gênero feminino em oposição ao patriarcalismo (CASTELLS, 1999), o que é comungado por todos os seguimentos, o que denomina uma ação essencial do(s) feminismo(s) que se apresenta(m) atualmente de forma comum contrária a todos os modos de opressão feminina, onde mulheres de forma individual ou coletivamente organizada agregam suas reivindicações e lemas.

Além dos movimentos feministas, os movimentos gay e lésbico, participaram ativamente na busca por visibilidade e conquista de direitos, pessoas trans e travestis que também foram importantes para as discussões sobre identidades sexuais. O movimento pôs em questão o modelo de masculinidade hegemônica – branco, heterossexual e dominante –, influenciando de forma ampla a construção do debate acerca das masculinidades de um modo mais amplo nas últimas décadas com o auxílio dos movimentos sociais defensores dos direitos da comunidade LGBTQIA+ e da afirmação da liberdade sexual homossexual nos Estados Unidos nos anos 1969 e 1970, que se expandiram em seguida para a Europa e posteriormente para praticamente todo o mundo, sendo a revolta de Stonewall<sup>2</sup> o seu maior símbolo.

Tanto o movimento lésbico – como parte do movimento feminista – e o movimento gay aparecem no momento em que se questiona a categoria mulher como sujeito dos feminismos. Passa a ser legítimo e necessário pensar também na categoria homem e toda a construção do que vem a sê-lo, por entender que uma categoria não vem isolada da outra, estando elas relacionadas entre si, uma em oposição a outra.

---

<sup>2</sup> Na década de 1960 nos EUA, a homossexualidade era considerada um desvio mental, segundo a Associação Psiquiátrica da época, o que produziu tratamentos psiquiátricos violentos. Em alguns casos, os homossexuais foram submetidos à lobotomia, e haviam leis rígidas para combater e reprimir atos e prender pessoas com relações homoafetivas em ambientes públicos e de pegação. Sendo a homossexualidade vista como caso de saúde pública, campanhas eram realizadas para combatê-la. Stonewall era um bar gay em Nova Iorque onde aconteciam com frequência batidas policiais que sempre terminavam com esvaziamento e até mesmo fechamento do bar por alguns dias. Os homens gays não tinham força suficiente para o enfrentamento e a repressão da polícia, gerando ainda mais conflitos, que se intensificaram, até que no dia 28 de junho de 1969, os frequentadores de Stonewall se recusaram a sair e resistiram à prisão. A polícia perdeu a medida no controle da batida e o choque foi acionado, tomando proporções inimagináveis, semelhantes a um cenário de guerra com confrontos violentos que duraram seis dias. A Revolta de Stonewall marca a virada do movimento pelos direitos LBGTs nos Estados Unidos e em todo mundo.

Os estudos gays e lésbicos adotam a categoria de gênero, visando realizar os seus estudos na área da sexualidade infantizando as discussões sobre as identidades sexuais. Os movimentos apresentam a limitação de categorias como “gays”, “lésbica” e “homossexual” visando tratar sobre a diversidade das identidades sexuais. Estas acabam, ligadas as identidades homossexuais não conseguindo se libertar do sistema patriarcal e heterocêntrico.

As Teorias Queer também deram uma grande contribuição para os estudos de gênero e sexualidade na formação do campo. Aparece nos anos 1980, defendida por militantes e pesquisadores da causa LGBTQ+, com relevância nos Estados Unidos, buscando ressignificar o termo, visando a retirar o sentido pejorativo da palavra, com a ideia de positivá-lo. A sua proposta central se estabelece no rompimento do binarismo, em especial, na oposição entre hétero e homossexual. Para Eve Sedgwick (2008), a Teoria Queer refere-se a

uma trama aberta de possibilidades, brechas, sobreposições, dissonâncias e ressonâncias, lapsos e excessos de significado quando os elementos constituintes do gênero de alguém, da sexualidade de alguém não são feitos (ou não podem ser feitos) para significar monoliticamente (SEDGWICK, 1993, p. 8 Apud MUSSKOPF, 2008).

Os Estudos Queer vão além das análises elaboradas pelos estudos de gênero, uma vez que eles colocam a sexualidade num pódio de destaque dentro da academia no nível do discurso e de outros campos de estudos, revelando que a organização da vida social em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e religiosos está baseada e construída na perspectiva cis-heterocêntrica, passando, assim, a propor alternativas de experiências de vida que não sejam pautadas na heteronormatividade.

Ao repensar as categorias sexuais e de gênero, Butler (2008) é uma grande referência, sendo a precursora da Teoria Queer. A autora problematiza a categoria gênero e propõe pensá-la de uma outra forma, olhando para as representações dos sujeitos e não apenas da construção social dos gêneros, deixando de lado a necessidade de definir as categorias mulher e gênero de forma fixa e imutável, o que aponta a grandeza de sua contribuição para os estudos de gênero e sexualidade. Logo, uma releitura sobre a relação direta entre comportamento e produção de subjetividades a partir de demandas social e historicamente construídas, a teoria da performatividade, que foi formulada por ela, inova de modo inquestionável a

significação para os estudos de gênero.

Quando afirmamos que o gênero é performativo, isso quer dizer que existe uma repetição de normas, e na maioria das vezes feita de forma ritualística, o que produz sujeitos dessa repetição, e quem se comportar em desacordo com as normas estabelecidas sentirá o peso da marginalização e possíveis consequências.

Butler (2008) historiciza o corpo e o sexo ao procurar o que há de ontológico nessas categorias, o que a faz romper com a dicotomia de sexo e gênero. A sua proposta é de subversão da ordem, para, então, abrir espaço para que outras formas de ser possam existir, dado o dinamismo do ser humano. Sua crítica recai sobre toda e qualquer forma de singularidade, elemento essencial do feminismo e da noção de identidade. Segundo Butler (2008),

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a 'especificidade' do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a 'identidade' como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2008, p. 21).

No que concerne as contribuições para a conformação de gênero enquanto categoria histórica, Joan Scott (1990) faz um levantamento sobre as abordagens realizadas acerca desse campo de estudos, apresentando contribuições e limitações. Ao articular a noção de poder à definição de gênero, ele traz uma nova perspectiva para se pensar o gênero, relacionando-o a outras categorias sociais (classe, cor etc.) declarando que o gênero é constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças recebidas sobre os sexos, e o gênero seria o primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p.14).

Dessa maneira, a proposta de Scott (1990) é pensar no gênero como uma ferramenta para a compreensão do processo histórico de produção e reprodução da oposição binária masculino/feminino e não apenas como ferramenta para pensar a oposição em si. A análise elaborada por ela e sua grande contribuição é tratar as discussões acerca dos mais variados campos de produção/reprodução discursiva da representação masculino/feminino, ou seja, a pensadora nos faz ir além das questões de gênero, e é justamente por essa guinada que faz na teorização e na abordagem de seu livro "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" (1990) o que torna sua obra clássica, por apresentar os avanços mais significativos nesse campo de estudos.

O debate sobre a essencialização dos papéis de gênero, em que homens e mulheres devem corresponder a comportamentos impostos legitimadamente ao masculino e feminino, respectivamente, apontada por Butler (1990), pode ser também encontrada em Boudieu (1920/2012), quando ele problematiza a dominação masculina. Tomando a sociedade Cabila como universo, ele dirá que a dominação não se dá pela força, mas sim no nível simbólico – como ele compreende que existem várias manifestações de violência sofridas pela mulher – e, portanto, estaria naturalizada nos corpos e no *habitus* dos agentes.

O *habitus* (BOURDIEU, 2012), pensado enquanto conceito teórico que possibilita compreender a internalização de estereótipos socialmente construídos a partir de um modelo de masculinidade que adota o modelo hegemônico – no plano cultural ideal –, exerce uma função de monitoramento e controle quando ele é incorporado. Nas palavras do próprio autor, o conceito de *habitus* seria um

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que tenha a necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2012, p 15).

Todavia, o *habitus* fomenta uma ritualização das práticas cotidianas que afasta e nega aspectos considerados femininos, e que restringe outras práticas variadas de masculinidade. Esse conceito permite problematizar o “homem padrão” cis-heteronormativo internalizado, no contexto em que novas formas de masculinidades plurais são atualmente percebidas.

Partindo das ideias de Bourdieu (1920/2012), podemos identificar duas matrizes explicativas, matrizes essas que serão apontadas como a conformação da condição social de ser mulher. A primeira ordem, cosmológica ou mítica, indica que o corpo feminino é quase sacralizado, e, por esse motivo, deve ser resguardado, intocado, proibido e domesticado. A segunda é da ordem biológica, que se pauta nas diferenciações biológicas dos corpos femininos e masculinos, atribuindo as funções construídas socialmente aos órgãos sexuais – e com isso transfere as imposições sociais para os espaços das necessidades físicas –, passando a retomar o discurso dos anatomistas do século XIX sobre a disposição dos órgãos femininos (o feminino

posto de maneira inversa ao masculino), que fundamentaria o interior feminino (sensibilidade, passividade etc.) em oposição ao exterior masculino (razão, ação, força, etc.).

Esse discurso colocou o princípio de masculinidade como centro de todas as coisas, tomando-o por natural e comum, conferindo o status de superioridade em relação a tudo que envolve o não masculino, isto é, o feminino, que é visto como incomum, o avesso e o inferior, sendo a base para corroborar a distribuição de papéis conforme os sexos.

O corpo socialmente construído passa a ser percebido como local sexuado e território onde se configura e demarca o poder e a diferença sexual. No que tange as disposições corporais e as práticas sexuais, a penetração ocupa o lugar de afirmação de superioridade<sup>3</sup>. A virilidade passa a ser um atributo de honra e a morfologia também tem significação dentro do universo simbólico do poder. Portanto, a frente do corpo tem diferenças marcantes, já a parte de trás é indiferenciada, atrelada à parte do feminino passivo e submisso, o que nos garante que as práticas sexuais também estão incluídas nas atividades que são regidas pelo princípio da masculinidade, no qual a norma é sempre o lado positivo das oposições (em cima/em baixo, quente/frio...), que, por sua vez, ainda se referem ao masculino. Observe-se que

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo (...). (BOURDIEU, 2009, p. 31).

Sobre isso, o autor complementa: “Compreende-se que, sob esse ponto de vista, que liga a sexualidade a poder, a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher” (BOURDIEU, 2009, p. 32). O que observamos nas

---

<sup>3</sup> A particularidade dessa relação de dominação simbólica é que ela não está ligada aos signos sexuais visíveis, e sim à prática sexual. A definição dominante da forma legítima desta prática, vista como relação de dominação do princípio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado) implica o tabu da feminilização, sacrilégio do masculino, isto é, do princípio dominante, que está inscrito na relação homossexual. Comprovando a universalidade do reconhecimento concedido à mitologia androcêntrica, os próprios homossexuais, embora sejam disso (tal como as mulheres) as primeiras vítimas, aplicam a si mesmos muitas vezes os princípios dominantes. Tais como as lésbicas, eles, não raro, reproduzem, nos casais que formam, uma divisão dos papéis masculino e feminino (inadequada ao aproximá-los das feministas, sempre prontas a suspeitar de sua cumplicidade com o gênero masculino, mesmo se este as oprime) e levam por vezes a extremos a afirmação da virilidade em sua forma mais comum, sem dúvida em relação contra o estilo ‘efeminado’ antes dominante. (BOURDIEU, 2009, p. 144).

discussões levantadas pelo sociólogo francês sobre a centralidade do corpo para a dominação é que a relação entre os sexos em suas práticas e representações aparece de forma assimétrica e hierarquizada, que tende a colocar o homem por superior e a mulher como inferior.

A essencialização também será apresentada na discussão de Scott (1990) sobre os papéis sociais que, assim como Bourdieu (2009), vai mostrar que essa discussão está no campo das relações sociais sobre o sexo. Porém, de forma particular, Scott (1990) problematiza o gênero enquanto categoria analítica, ao afirmar que

O termo “gênero”, além de um termo substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro (SCOTT, 1990, p. 75, grifo da autora).

Desse modo, assim como Bourdieu (2009), Scott (1990) desloca o discurso do campo biológico para o campo social, definindo gênero como uma categoria para análise das relações entre os sexos que reverberam nas distribuições e atribuições dos papéis sociais. Pensando por esse aspecto das mudanças dos papéis sociais e do dispositivo e contribuições nos avanços da luta dos movimentos feministas e LGBTs, o homem-pai teve que se mover no seio familiar e na participação de sua paternidade.

A instituição familiar passou por várias mudanças ao longo dos anos na história da humanidade. No século X cada membro cônjuge administrava os seus bens sem a interferência do outro, situação que foi sendo transformada nos séculos seguintes (ARIÈS, 1981).

Nos séculos XI e XII, o progresso da divisão dos bens colocou o marido como agente responsável pela administração. Conforme registros no século XIII, a situação se modificou novamente e a família conjugal tornou-se independente devido às novas formas de economia monetária, à extensão da fortuna imobiliária e aos progressos da autoridade do Príncipe, entre outros fatores. Foi justamente nessa época que o direito da primogenitura foi substituído para salvaguardar o patrimônio e a autoridade do pai, que se manteve e até aumentou perante a sua família.

Segundo Ariès (1981), a família moderna começou a se constituir a partir do século XIV. Foi nesse período que a autoridade da mulher começou a entrar em declínio. As pequenas mudanças que ocorreram na família ao longo dos anos foram

profundas e lentas, e os historiadores têm dificuldade em reconhecer e compreender como elas aconteceram.

No século XVI, a mulher perdeu totalmente o seu direito perante o marido e a justiça, sendo considerada incapaz de cometer qualquer ato sem o consentimento do mesmo. Ela e os filhos deviam submissão e obediência ao marido/pai, tendo este poder suficiente até para influir no casamento dos filhos. A religião aumentou ainda mais o seu poder na Idade Média, interferindo diretamente na família, que se torna a célula social, a base dos Estados e o fundamento do poder monárquico. Nesse período, a família passa a ser representada pelo senhor da terra, sendo monitorada por ele com o trabalho de camponeses, e a mulher e a família participam desse trabalho.

A família medieval costumava deixar a criança em casa, até o momento que ela tivesse autonomia para ir à casa de outras pessoas para ser educada, entre os sete e nove anos de idade. Nessa época, elas eram chamadas de aprendizes, e viviam misturadas entre os adultos, assumindo serviços e frequentando lugares para adultos, realizando serviços pesados.

Dessa época em diante, a preocupação com o rigor moral também recaiu sobre as crianças com o isolamento social do mundo dos adultos, para mantê-las inocentes. Nessa fase, a educação passou a ser fornecida formalmente nas escolas, expressando uma aproximação entre a família e as crianças, o que modificou o clima sentimental. Para Ariès (1981), a família moderna nasce junto com a escola.

A partir do século XVIII, os benefícios que eram dados ao primogênito passam a ser contestados devido ao sentimento de igualdade perante a família como valor moral (ARIÉS, 1981). Esse movimento penetrou nos costumes da família no final deste século, o que resultou no direito da igualdade do código civil. Essa realidade entre os filhos foi modificando gradualmente a família, que visava à manutenção dos bens, a busca pelo clima afetivo, moral, e uma aproximação íntima entre pais e filhos.

Para tratar da história do pai, buscou-se subsídios na literatura norte-americana. Rotundo (1985) propõe dois períodos principais de paternidade: a Paternidade Patriarcal (1620 a 1800) e a Paternidade Moderna (1800 a 1970). O autor ainda acrescenta o terceiro período chamado de Paternidade Andrógina (1970 até o presente). Como o autor acredita que os estudos sobre a paternidade ainda sejam recentes, ele sugere uma revisão em outros ramos da história americana, principalmente na história da família e da mulher, conforme fizemos neste segundo

capítulo.

De acordo com Rotundo (1985), na Paternidade Patriarcal o pai representava a figura de poder na família. A sua autoridade era aceita com muita naturalidade no mundo agrícola no qual ele vivia. A família era considerada a unidade maior em que o pai chefiava a produção e cada filho contribuía ativamente desde muito cedo para a sobrevivência familiar. Os casamentos serviam para propriedade da família e serviam como uma forma de aumentar os seus bens, uma espécie de sociedade entre eles. Ao pai competia a responsabilidade de prover as necessidades físicas de todos os familiares, treinando-os para o trabalho.

O pai também devia orientar o crescimento moral e espiritual das crianças, sendo de sua inteira responsabilidade todas as medidas disciplinares que julgasse necessárias. Ele também tomava a decisão da escolha do casamento dos seus filhos.

No período colonial, a relação entre pais e filhos não era explosiva nem íntima. A ausência de emoções era justificada porque se acreditava que o afeto tornaria o pai indulgente. O resultado disso era que os pais expressavam apenas a sua aprovação ou desaprovação, no lugar da afeição ou da raiva.

Esse estilo de paternidade continuou até o século XIX, embora pudesse ser percebida algumas mudanças a partir do século XVIII, devido às mudanças de pensamentos e de condições de vida da sociedade da época. Com o crescimento da população e a baixa das atividades agrícolas, os filhos começaram a se deslocar para as cidades, longe dos poderes dos pais. Então, os pais começaram a perder a autoridade sobre os filhos, e, ao mesmo tempo, um novo modo de maternidade surgiu, com mulheres-mães capazes de lidar com questões espirituais e morais na educação dos filhos.

Rotundo (1985) estabeleceu um período de transição entre o modelo patriarcal e o modelo moderno de paternidade, que, segundo ele, vai de 1800 a 1880, por conta da urbanização da classe média. Nesse período, os pais tornaram-se os provedores econômicos, chegando a se tornar concorrentes dos seus filhos mais velhos nos negócios, enquanto deixava a casa para trabalhar e delegava às mulheres a administração da casa e da educação das crianças. Embora tenham perdido muito da autoridade, eles continuaram a se comportar como chefes da família.

Com o avanço da industrialização nos séculos XIX e XX, surge um novo estilo de paternidade, trazendo consigo tendências contraditórias quanto à questão do papel do pai: era a Paternidade Moderna, que vai de 1880 até 1970. Rotundo (1985)

escreve que o trabalho fora de casa determinou duas condutas contraditórias nos pais: a ausência física e o envolvimento afetivo com a família. Enquanto um grupo de homens conseguiu desenvolver um novo estilo de relação com os seus filhos, expressando afeição, jogando e brincando com suas crianças, outro grupo de homens, por se afastarem de casa, delegaram os cuidados dos filhos a terceiros e passaram a se caracterizar e serem conhecidos como pais afetivamente ausentes.

Essa modalidade de paternidade continuou presente entre as décadas 1930 e 1940, anos que foram marcados pela Grande Depressão e pela Segunda Guerra Mundial. Foi neste período que os homens perderam a sua grande função como pais provedores no sentido econômico, e as mulheres assumiram a casa.

Sendo assim, no pós-guerra, o grande incremento econômico restituiu aos pais a sua posição de provedor do lar, mesmo ele tendo “perdido” o papel central da família para a mãe. Alguns homens foram submetidos a jornadas de mais de 60 horas de trabalho, o que prejudicou ainda mais a relação afetiva e o contato com o filho. Outros sequer foram absorvidos pelo mercado de trabalho e ficaram despreparados para as tarefas domésticas e para a educação dos filhos, tendo que se submeter ao sustento da esposa.

Portanto, uma série de mudanças que abalou a sociedade americana nos últimos trinta anos do século XX trouxe inúmeras implicações para a família e para o papel do pai. Com o aumento da inflação e do desemprego, elevou-se a força de trabalho feminina, e a saída da mãe de dentro de casa determinou um novo funcionamento familiar.

A busca pelo novo funcionamento paterno e pela igualdade entre os sexos resultou em um modelo de paternidade definido por Rotundo (1985) como Andrógino. Nesse estilo de paternidade, o bom pai deveria se ater aos detalhes do cuidado diário das crianças/filhos, deveria se envolver de maneira expressiva e íntima, vindo a participar da socialização das crianças, deixada de lado pelas mães trabalhadoras.

Ao apontar as tendências futuras de paternidade, o autor considerou as multiplicidades de variações familiares que se apresentam hoje: as famílias separadas, recasadas, uniparentais, com pai/mãe substitutos, etc. Todas essas configurações de famílias diversas nos mostram uma série de novos estilos de paternidade. Qual será a melhor opção para cada pai? Não é possível responder essa pergunta. Mas, Rotundo conclui que o futuro da paternidade está cheio de possibilidades, tornando-a cada vez mais plural e rica.

### 3 A PATERNIDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Para entender as mudanças ocorridas na paternidade, devemos também entender as mudanças incididas sobre a família, tendo em vista que é nesta que a paternidade se manifesta e se desenvolve. No Brasil, assim como em outros lugares, não seria diferente, pois muitas mudanças ocorreram nas relações internas familiares. Segundo Bruschini (1986), no Brasil colonial dos engenhos de cana, da sociedade agrária e escravocrata do século XVI e XVII, a base da organização da sociedade era a família.

Essa forma de funcionamento familiar era uma clara transposição dos padrões culturais da família patriarcal portuguesa para a colônia. A família desempenhava as funções econômicas e políticas que se caracterizavam pela figura masculina, dando importância à sua autoridade centrada na figura paterna.

A partir do século XIX, ocorrem diversas mudanças sociais, como a abolição da escravatura, o início da industrialização, a urbanização e a imigração. Isso provoca na família uma adaptação, passando do modelo de família extensa para o modelo conjugal, em que se começa a haver uma maior intimidade e afetividade entre pais e filhos. Essa prática diminuiu os castigos corporais, bastante comuns anteriormente.

Szymanski (1995) diz que esse tipo de família nuclear burguesa valorizava mais a estrutura da família do que a qualidade das suas relações. Então, as famílias que eram desestruturadas ou incompletas eram discriminadas e responsabilizadas por problemas emocionais e desvios de condutas dos seus membros.

Romanelli (1995) salienta que a família nuclear brasileira se caracterizava por ser uma estrutura hierarquizada em que o pai exercia a autoridade sobre todos os membros. Tal autoridade era sustentada por ser o homem-pai o único provedor financeiro da casa e pelo seu saber inquestionável, que seria respaldado pela religião e pelo campo jurídico. Esse modelo familiar, além de ser preponderante entre a população, também servia como um modelo a ser seguido, uma referência. Todavia, Romanelli (1995) segue dizendo que a entrada da mulher no mercado de trabalho desencadeou diversas mudanças nas relações familiares.

As relações permaneceram hierarquizadas, mas alterou o modo de dominância masculina, inclusive redefinindo os papéis, influenciando os vínculos

afetivos marido-esposa e pais-filhos. Nas famílias de classe média, a participação crescente das esposas e dos próprios filhos no orçamento doméstico tem afetado diretamente na principal função do chefe de família, que era o único provedor financeiro. Sem falar que o saber paterno se tornou obsoleto por não ter acompanhado as novas situações do mundo moderno, por não tê-las experimentado.

Os filhos também tiveram a sua vida transformada devido às suas trajetórias individuais, como casamento, independência financeira, etc. A autoridade pode ser questionada e essas relações modificadas, uma vez que os filhos agora podem entrar em negociação com os pais, impondo as suas deliberações.

Na pesquisa realizada por Romanelli (1995) sobre a autoridade e poder dos pais na família nas cidades de São Paulo e Ribeirão Preto no estado de São Paulo, os resultados mostraram que pais e filhos se sentem bastante próximos no aspecto afetivo e social. Os pais relataram que o relacionamento que eles tinham com o seu pai era totalmente diferente da relação que eles têm com os seus filhos agora, tendo uma maior aproximação. O autor concluiu que a diferença tratada por eles estava associada à autoridade e ao distanciamento afetivo dos pais de gerações mais antigas por eles serem os únicos provedores do lar.

As rápidas mudanças que ocorreram no meio social e na família contemporânea brasileira continuam em transição no que tange à paternidade e suas transformações. Nos dias atuais, as mudanças ocorridas na família estão relacionadas ao sentido da perda da tradição, que estão transformando de modo significativo a autoridade patriarcal e a divisão dos papéis baseada no gênero (SARTIR, 1995). Com as contestações dos papéis tradicionais de autoridades dos pais para com os filhos e do homem sobre a mulher, tais modificações passaram de um extremo a outro, isto é, do excesso de autoridade patriarcal para total permissividade. As questões que antes eram preestabelecidas, hoje são alvo de negociações, o que torna a orientação e os valores difusos.

A paternidade, ao longo dos séculos, tem sido abordada sob diferentes perspectivas e moldada por inúmeras influências culturais, sociais e econômicas. Tradicionalmente associada à figura do provedor e autoridade dentro do núcleo familiar, a ideia de paternidade tem sido repleta de estereótipos e expectativas predefinidas. Contudo, é fundamental problematizar essa concepção unidimensional e antiquada, a fim de promover uma visão mais abrangente e inclusiva do que realmente significa ser pai atualmente.

Em muitas sociedades, a paternidade foi historicamente delimitada por normas rígidas que limitavam o papel dos pais a meros provedores financeiros, relegando às mães a responsabilidade quase exclusiva pela criação e educação dos filhos. Esse arranjo, embora tenha sido questionado e modificado ao longo do tempo, ainda deixa marcas e impõe desafios à busca de uma equidade entre os papéis de gênero.

No entanto, uma mudança progressiva de paradigma tem ocorrido nas últimas décadas, à medida que pais modernos desafiam e desconstruem essas antigas concepções, buscando uma abordagem mais ativa e igualitária no cuidado e educação dos filhos. Essa evolução tem sido impulsionada por diversas forças sociais, incluindo movimentos feministas que buscaram promover a igualdade de gênero também no contexto familiar.

Em consonância com esse movimento, a figura do pai presente e participativo tem emergido, desconstruindo o estereótipo de que a paternidade é meramente uma figura secundária na vida dos filhos. Cada vez mais, os pais têm se envolvido ativamente nos cuidados diários, na educação e no desenvolvimento emocional dos seus filhos. Essa nova abordagem, além de fortalecer o vínculo paterno-filial, também contribui para o desenvolvimento saudável das crianças, ao oferecer um ambiente familiar mais equilibrado e afetivo.

No entanto, apesar desses avanços, ainda há desafios a serem enfrentados no que diz respeito à paternidade. As normas de gênero arraigadas em nossa sociedade continuam a impor barreiras, pressionando os homens a se conformarem a modelos tradicionais de masculinidade que nem sempre permitem que eles expressem suas emoções, vulnerabilidades e afeto de maneira plena. Essa expectativa social pode gerar conflitos internos nos homens que desejam ser pais mais presentes, mas sentem-se aprisionados por um estereótipo que os restringe.

Outro desafio é a questão da licença paternidade e a sua valorização. Ainda em muitos lugares, a licença paternidade é limitada ou mal remunerada, o que pode desencorajar os pais a tirarem esse tempo para se dedicarem integralmente aos filhos nos primeiros meses de vida. Políticas públicas que incentivem e promovam a licença paternidade remunerada são fundamentais para estimular a presença dos pais na vida dos seus filhos desde os primeiros momentos.

Nesse contexto, torna-se essencial a promoção de um debate amplo e inclusivo sobre a paternidade. É preciso desconstruir estereótipos, romper com

normas rígidas de gênero e valorizar o papel dos pais como parceiros ativos no desenvolvimento e formação dos filhos. A paternidade deve ser compreendida como uma experiência multifacetada, repleta de complexidades e oportunidades para o crescimento pessoal e familiar.

Em suma, problematizar a paternidade é um exercício necessário para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de experiências paternas e incentivar uma abordagem mais participativa e afetiva dos pais na vida dos filhos, poderemos caminhar em direção a uma parentalidade mais equitativa, que beneficie a todos os membros da família e contribua para o desenvolvimento saudável das futuras gerações.

Falar sobre paternidade envolve olhar para as transformações que foram sendo também realizadas na história da família ao longo do tempo, buscando compreender como tais modificações interferiram no papel da figura do pai nos modelos de família contemporânea. Portanto, é impossível falar de paternidade sem olhar o significado de família e pai ao longo da história.

Considerando a autoridade e o poder que a figura paterna desempenhou durante anos ao longo da história da família, a autoridade e o poder eram marcas ativas dentro da organização familiar, até que tais funções começaram a ser questionadas, decorrente das transformações incididas na sociedade, pelos movimentos sociais, o que refletiu também na família. Assim, o pai viu a sua soberania confrontada, sendo convocado a assumir novos papéis dentro do âmbito familiar.

Ao analisar a história da família ocidental e a participação da figura do pai, essa sempre estará ligada à autoridade paterna e marital. Aristóteles foi o primeiro a justificar, do ponto de vista da filosofia, que a autoridade do pai e do marido estaria atribuída à autoridade do homem devido à desigualdade natural existente entre os seres humanos (BADINTER, 1985).

Os homens detinham todo o poder no núcleo familiar, fazendo com que os membros seguissem as suas normas, regras, leis, e qualquer tomada de decisão que envolvesse a família teria que ser autorizada por ele. A participação da mulher estaria voltada à tentativa de manter a harmonia entre os membros, independentemente da postura muitas vezes abusiva do homem.

Qualquer que fosse sua posição ou classe social na *domus*<sup>4</sup>, na família do

---

<sup>4</sup> *Domus* era a residência urbana das famílias abastadas na Roma Antiga, e portanto, na sua maioria, das patrícias, nome dado à nobreza romana. Existia também a *domus* da plebe, onde habitavam os comerciantes e artesões

século XVII, cada membro tinha a sua posição específica, que definia as suas relações com os outros. Portanto, a posição de pai, marido e senhor tinha em sua essência a explicação e comparação a de um deus e de um rei, simultaneamente.

Ramires (1997) aponta que a figura do pai provedor, distante dos filhos, representante da autoridade e da lei, que era mais temido que respeitado, foi sendo mantida ao longo da história e se tornou um marco na família nuclear burguesa. Mesmo ele sendo um pai autoritário, os filhos o enxergavam como um pai herói, ao mesmo tempo temido e admirado (NOLASCO, 2001). Ao desempenhar o seu papel de provedor e de autoridade, o pai — o homem — era admitido e reconhecido pela sociedade em que estava inserido, o que mostra que ele estava condizente com a representação social relativa à subjetividade masculina.

Na sociedade individualista-contemporânea na qual o homem se encontra hoje, a figura de herói que antes o pai representava para os seus filhos foi sendo transformada para herói de si mesmo, na qual os problemas que o cercam representam problemas inteiramente individuais (NOLASCO, 2001).

A partir das contribuições de Fein (1978) à concepção da paternidade, Ramires (1997) aponta os estudos deste autor observando os diversos papéis ocupados pela figura do pai sob três perspectivas: a tradicional, a moderna e a emergente.

Os estudos referentes à paternidade sob a perspectiva tradicional, a da família burguesa, traz a imagem do pai distante, frio, provedor, além de ser suporte emocional da esposa, pouco interessado na vida do filho, papel assumido por toda uma geração em que o pai servia como modelo de autoridade, o pai-patrão. Esse modelo servia para apresentar à criança a função de modelo de poder e autoridade.

Todavia, na perspectiva moderna, a importância do pai já pode ser vista por outro ângulo, com o seu papel no desenvolvimento do filho e as possíveis consequências de sua ausência no decorrer de seu crescimento. No modelo emergente, trata-se de homens psicologicamente capazes de realizar/participar de comportamentos atribuídos às mulheres no quesito materno, e que isso será positivo tanto para as crianças como para os próprios pais.

As temáticas da paternidade e da masculinidade têm adquirido maior visibilidade nos últimos anos na literatura brasileira. No que concerne aos estudos

---

romanos, ainda que as suas residências não fossem grandes, suntuosas e sofisticadas.

referentes às masculinidades, é possível verificar que as angústias dos homens contemporâneos têm relação com os valores atribuídos a eles, os quais estão relacionados com a constituição de suas subjetividades (ADRIÃO, 2005). Quando se trata da paternidade, diversas pesquisas buscam entender a interação entre pais e filhos no ambiente familiar, ou seja, seus sentidos, práticas e configurações (LEWIS; O'BRIEN, 1987; TRINDADE, 1991; LAMB, 1996; LYRA, 1998; LYRA; MEDRADO, 1999, 2000; TONELI *et al.*, 2006a, 2006b).

A paternidade não deve ser observada apenas do ponto de vista legal, mas sobretudo na ampliação da participação ativa do homem em todo o processo de crescimento do filho, desde a decisão de ter ou um filho, o direito ao acompanhamento da gravidez, a sua presença na hora do parto, pós-parto e a sua presença na socialização e no processo de ensino e aprendizagem na educação formal da criança.

Com relação à paternidade, Benno de Keijzer (2000) afirma que existe uma diversidade de formas de se exercê-la ao longo da vida e no ciclo do homem com relação aos filhos e filhas, e que seria mais apropriado usar o termo no plural, ou seja, “partenidades”.

Norma Fuller (2000) diz que os significados de paternidade são múltiplos, heterogêneos e até contraditórios, tanto no que se refere ao âmbito social quanto à vivência de cada sujeito. José Olavarría (2000) pontua que o próprio pai torna-se referencial para o sujeito do que é ser pai, seja para imitá-lo, seja para diferenciar-se deste. O autor declara que essa mesma vivência acontecerá com os filhos, ao se tornarem pais no futuro.

Sendo assim, o filho modifica a vida do pai, fazendo-o perceber que, sendo pai, é menos filho e mais adulto, o que resultará em ser objeto de identificação para o seu filho, pois o nascimento do filho é o marco dessa mudança, provocando no homem uma diferente forma de olhar a vida, com novas tarefas, responsabilidades e sentimentos.

Freud (1920-1923) formula que a identificação significa tomar para si características e traços que são de outra pessoa. É o processo inconsciente em que o “eu” passa a se identificar com traços do outro, sejam eles considerados positivos ou negativos para o sujeito. Nesse argumento, Freud (1920-1923) nos aponta que o modo mais básico para nos relacionarmos com o outro é trazendo um conjunto de atributos do outro para dentro de nós. Assim sendo, o sujeito inscreve no filho a sua imagem, com o intuito de se perpetuar nele, passando a construir subjetivamente, na

sua descendência, o referencial simbólico de bom pai. Essa seria a forma de reproduzir na relação pai-filho atual a relação pai-filho vivida no passado, desse modo, garantindo-a no futuro.

O filho, ao se identificar com o pai, introjeta comportamentos, discursos e outras práticas presentes na relação com o seu pai, repetindo inconscientemente dinâmicas que foram vivenciadas ou desejadas no seu desenvolvimento. Cabe aqui pensarmos também que a identificação paterna poderá ocorrer na figura de outros agentes, como tio, irmão, avô. Outro ponto a ser destacado é a influência do social no inconsciente do sujeito, que produz ainda atualmente o enfoque no paternalismo, ditando o que os pais devem ser e se apresentar na interação e cuidado com os seus filhos.

O paternalismo nada mais é que uma categoria social que reconhece no pai provedor a ideia de homem a ser seguido pelos papéis que ele deve exercer, valorizando a sua masculinidade e incentivando a elaboração da identidade de gênero dos seus filhos-homens. Porém, vale salientar que, segundo Seidler (2005), mesmo em sociedades homogêneas, convivem diferentes modelos e práticas de masculinidade e de paternidade. Todas essas representações são flexíveis, variando historicamente, adquirindo significados específicos quando se trata de homens de diferentes classes sociais, etnia, cor.

A paternidade provoca um debate sobre a existência de um “novo homem”, o que nos leva à discussão no que tange à figura do pai na atualidade. O surgimento de um pai diferente abre uma fissura importante em antigas dinâmicas, funções e comportamentos que antes eram estabelecidos por uma geração de pais que não se interessavam em, afetivamente, construir uma relação proximal com os seus filhos. Para esses pais, a estrutura de vida era centrada fora das fronteiras e das demandas familiares.

Analisando o tema historicamente, foi por volta do ano 5.000 a.C que a consciência da procriação masculina e sua consequência começou a se propagar ao redor do mundo. Nos períodos de guerra e nas comunidades, a força masculina passou a ser valorizada. Milênios depois, os homens passaram a assumir papéis cada vez mais importantes na sociedade, que eram favorecidos pelos acontecimentos e pelas circunstâncias históricas, ocupando espaços como reis, deuses e chefes de família (DUPUIS, 1989). A partir daí, a consciência sobre a noção de paternidade foi se estabelecendo, o que culminou em novos arranjos familiares. Ao pai foi dada a

responsabilidade pela continuidade do seu grupo, passando a ser uma hegemonia paterna inquestionável durante anos.

Na transição para a modernidade ou para o individualismo, citado por Nolasco (2001), o patriarcado e os seus valores e a representação social masculina associada ao modelo familiar sofrem uma queda. A destituição do masculino e a crise de sua identidade nos mostra o homem contemporâneo.

Segundo Badinter (2005), os homens jamais se deram por derrotados, e não aceitaram a dominação feminina como algo concreto e imutável. Isso significa dizer que o machismo existe e continua sobrevivendo de forma mascarada na nossa sociedade. Nos últimos anos, apesar de todos os acontecimentos históricos, a relação entre homens e mulheres não progrediu muito. Com o individualismo cada vez mais presente, a relação homem versus mulher pode até ter sido deteriorada. No entanto, os homens se colocam como vítima de uma evolução social (Revolução Feminina) que a eles foi imposta.

Badinter (1985) declara que a figura do pai na história da família ocidental sempre esteve ligada à autoridade paterna e marital, apontando que Aristóteles teria sido o primeiro a justificar a autoridade do pai e do marido a partir do ponto de vista da filosofia, que atribuiu a autoridade do homem à desigualdade natural entre os seres humanos. A autora segue dizendo que é “natural” que o pai comande os demais membros da família se ele é considerado forte e o mais acabado de todas as criaturas, e isso de duas maneiras: a virtude de semelhanças com o divino, como “deus comanda suas criaturas” (BADINTER, 1985, p.35); e em virtude de suas responsabilidades políticas, econômicas e jurídicas, sendo comparado a um rei que comanda os seus súditos.

Assim, segundo a autora, a condição de pai, marido e senhor é explicada pela sua essência, sendo também comparada à condição de um deus e de um rei. E essa autoridade do pai foi fortalecida através do pensamento de Aristóteles, desde a antiguidade, com a ampliação do pensamento teológico cristão na Idade Média e também do Absolutismo Político na Europa da Idade Moderna.

O absolutismo político teve uma participação ativa na construção do papel de homem-pai, transformando a autoridade paterna em uma autoridade soberana. Segundo Badinter (1985. p.40),

Como existe uma bondade natural do pai para com seus filhos e como a autoridade real é paternal, seu caráter essencial é também a bondade. O rei

não busca senão o bem de seus súditos, como o pai só quer o bem de seus filhos, mesmo quando os corrige.

Com a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, a substituição do discurso religioso para o discurso científico ganhou força, trazendo como consequência a perda da hegemonia paterna, que, apesar de lenta, foi gradativa, alcançando, assim, os dias atuais. A queda da absolução e do regime absulista, o período industrial e os ideais de igualdade foram sendo transmitidos pela Revolução Francesa, e a justiça e o Estado passaram a intervir e a defender cada vez mais o direito da criança e da mãe, assim como o seu papel insubstituível, que priorizava os seus cuidados e o amor materno em oposição ao amor do pai (DUPUIS, 1989).

A partir do fim da Idade Média até a Revolução Francesa, o pai teve alguns dos seus direitos suprimidos (direitos políticos) pela Igreja e pelo Estado. Um desses direitos paternos foi o de morte, pois a criança passou a ser reconhecida como um repositório divino, sendo criada por Deus, e não se pode destruir o que foi criado por Ele.

Até a Idade Média e início da Idade Moderna, já que toda atenção era voltada à obediência paterna, não sobrava lugar para nenhum outro tipo de manifestação afetiva na relação familiar, ou seja, nenhum outro sentimento, inclusive o amor. Ele não tinha forças o suficiente para se mostrar na relação como algo possível de construir. Foi apenas com a Filosofia das Luzes, que se iniciou no século XVII e se intensificou mais no século XVIII, na Idade Moderna, que duas ideias complementares passaram a ser integradas: liberdade e felicidade individual. Essas ideias favoreceram o desenvolvimento do amor e sua expressão. Roudinesco (2003) relata como consequência da Revolução Francesa e da sociedade civil a queda do sistema dos antigos casamentos arranjados, já que a função do amor romântico começou a se estabelecer.

Nolasco (2001) diz que esse movimento abre a possibilidade do sujeito ter a opção de fazer escolhas, dado que agora ele é supostamente livre. As suas escolhas darão a chance de que ele inicie o seu processo de individualização, suas leituras e principalmente o fato de ele poder pensar sobre si mesmo e o mundo à sua volta. Todos esses elementos serão responsáveis por contribuir para o subjetivismo radical, o individualismo e a busca desenfreada pela autorrealização individual, que resultará na esfera política e social, com gritos de emancipação.

O poder e a imagem do pai se transformam com o advento dessas novas

ideias e a sua soberania passa a ser momentânea, servindo para ajudar a criança nos momentos de fragilidade dela. Por conseguinte, o poder paterno não se sustenta mais como uma origem natural e divina. Ocorre justamente o oposto, visto que os seus direitos agora são limitados à necessidade da criança (filho), que é incapaz de se proteger (BADINTER, 1985).

A criança precisa de cuidados, em vista disso, a sua necessidade impõe limites ao poder paterno. Tanto a autoridade do pai quanto a da mãe, no sentido parental da palavra, não mais apenas paternal, passaram a evoluir junto com a criança. Nos primeiros anos de vida, a criança precisa de toda autoridade parental para se desenvolver, por ser incapaz de se proteger e suprir as suas necessidades sozinha. Mas, ao se tornar adulta, limita essa autoridade parental, porque agora é livre e capaz de tomar as suas próprias decisões, obtendo certa autonomia. A partir dessa evolução, a “afeição e o respeito pelos pais não dependem (mais) da obrigação moral, mas da natureza” (BADINTER, 1985, p. 193).

A autora continua alegando que, com o Iluminismo, seguido pela Revolução Francesa atrelada à sua ideia de liberdade e igualdade, as mulheres passaram a lutar pelos seus intelectos, e mais tarde assumiram a liderança do lar, apossando-se de muitas das funções que antes eram consideradas paternas.

As mulheres deixam de ter como único compromisso a responsabilidade dos filhos e da família, participando e assumindo diversos papéis sociais. Abrão (2012, p. 26) aponta que “a reverberação da emancipação feminina irradiou-se em diferentes direções, atuando como agente catalisador de transformações sociais em várias esferas”, principalmente no declínio do papel do pai.

Como nos mostra Badinter (1985), a imagem do pai sofreu várias alterações. Até o século XVII, o pai era considerado imagem e semelhança de Deus e era o seu representante e a figura do rei dentro do seu ambiente familiar. A partir do século XVIII, já eram percebidas falhas existentes nessas atribuições divinas e reais ao pai, mas foi necessário esperar até o século XIX para perceber que o pai de família era falível, ignorante e malvado.

A Revolução Industrial também atuou para o declínio do poder do pai, por ter estabelecido configurações a partir das relações de trabalho, o que veio a ser problematizado ao final do século XIX, trazendo um clima de esperança e progresso para o ocidente. A Revolução Industrial foi um movimento que influenciou não apenas a esfera pública, como também provocou uma forte mudança na relação

homem/mulher (NOLASCO, 2001).

No século XIX, o Estado passa a se interessar ainda mais pela criança. Seja ela vítima, carente ou delinquente, torna-se função do Estado criar estratégias de cuidado em todas as esferas do desenvolvimento da criança, e, com isso, passa a vigiar o pai, que agora são assemelhados a frequentadores de bares, que, ao chegar em casa, violentam esposas, filhos, perdendo a imagem do Todo-Poderoso do século XVII. Nesse contexto, “Sua autoridade não é mais absoluta, recebida diretamente de Deus e confirmada pelo rei; ela é agora distribuída pelo Estado e vigiada pelos seus agentes” (BADINTER, 1985, p. 293).

Apresentam-se no meio da criança com a intenção de desempenhar o papel deixado pelo pai as figuras do professor, juiz de menores, assistente social, educador e psiquiatra, todos estes como detentores de uma parte dos atributos paternos. Conforme Donzetur (1986, p. 76), “a missão social do professor será jogar a criança contra a autoridade paterna, não para arrancá-la à família, e desorganizar um pouco mais esta, mas para fazer penetrar por meio dela a civilização do lar”.

Nolasco (2001) aponta que, ao final do século XIX, Marx e Engels foram responsáveis por propocionar subsídios capazes de causar transformações que viriam a acontecer durante o século seguinte, no âmbito das representações sociais. Ainda, os movimentos feministas e os movimentos LGBTs contribuíram para diversas mudanças nas esferas públicas e privadas, criticando as bases tradicionais e o modo como eram definidas a família e as relações de trabalho.

A escola, no século XIX, colocou um fim ao mito da onisciência paterna, revelando a incapacidade de alguns pais em acompanhar os estudos dos filhos. A escola transferiu a responsabilidade pelo conhecimento para o contexto escolar, antes atribuída à família, ficando a cargo da escola a aprendizagem que deveria ocorrer por intermédio de um adulto. Assim, “O pai teve de se decidir a confessar que ‘não sabia’” (Badinter, 1985, p. 290).

O poder e a autoridade do pai, que antes eram vistos como uma essência e uma dádiva, algo divino e ilimitado, passaram a ser controlados pela escola, pelo Estado e seus agentes. O século XX e as Grandes Guerras também tiveram a sua contribuição para a transformação do poder paterno. Scaglia (2012, p. 23), no início do século XX, notou “um retraimento do patriarcado na sociedade, como se os períodos anteriores tivessem criado condições para que ocorressem as atuais intervenções capazes de diminuir o poder paterno no âmbito familiar”.

Abrão (2012) aponta que o modelo familiar de relações patriarcais foi fortemente abalado a partir da segunda metade do século XX. O poder paterno como símbolo de autoridade dentro da família foi fragilizado em favor da adoção de relações mais igualitárias entre os membros da unidade familiar, fazendo com que o pai não fosse o único ser dotado de poderes.

Conforme Bauer (2001), com o início da Primeira Guerra Mundial, os homens foram convocados a sair de suas casas e assumir os postos de batalha para defender a sua pátria, abandonando seus trabalhos, suas esposas, seus filhos para guerrear. A entrada da mulher no mercado de trabalho se deu com a I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), uma vez que os homens iam ao campo de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho (LESKINEN, 2004).

A consolidação do sistema capitalista, no séc. XIX, provocou diversas mudanças na produção e organização do trabalho feminino. Com a revolução industrial – desenvolvimento tecnológico, surgimento das máquinas –, boa parte da mão de obra feminina foi transferida para dentro das fábricas, o que fez com que a força de trabalho das mulheres fosse muito utilizada, principalmente na operação das máquinas. Os empresários procuravam mulheres para trabalhar, porque elas aceitavam baixos salários em comparação aos homens e faziam os mesmos serviços que eles. As mulheres se sujeitavam a baixos salários, condições precárias de saúde, jornadas de 14 a 16 horas por dia, cumprindo condições extremas, só para não perder o emprego.

Com o fim da Primeira Guerra, as mulheres foram obrigadas a voltar aos seus afazeres domésticos, pois os homens retornariam aos postos de trabalho, já que estavam voltando da guerra e poderiam reassumir as suas funções e cargos anteriores nas fábricas. Mas as mulheres se recusaram a retornar aos seus lares por terem alcançado funções em diversos setores de produção. Aos poucos, as mulheres conquistavam cada vez mais espaço ingressando no mercado de trabalho, vindo a lutar por mais direitos (BAUER, 2001).

Durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres passaram a ocupar os cargos vagos, deixados pelos homens que foram lutar na guerra. A economia se expandiu e o trabalho feminino melhorou de forma considerável, o que possibilitou que a população feminina ingressasse no mundo industrial (BAUER, 2001). Na Revolução feminina, durante a década de 1960, a mulher assumiu tarefas até então “maritais”, o

que marca significativamente o declínio da autoridade do pai, pois, “Querendo ou não, essa revolução assinalava o fim do patriarcado” (BADINTER, 2005, p. 13).

Nolasco (2001) aponta que o movimento feminista, movimento negro e movimento LGBT surgem com a intenção de fortalecer os discursos de emancipação, características de uma sociedade em transição, que não se conforma com os privilégios dados aos homens cis-heterossexuais e brancos. Os discursos nascem com a ideia de dar conta de todas as mudanças impostas pela própria sociedade – cada vez mais individualista –, responsáveis por influenciar não somente os papéis a serem ocupados pelos homens dentro do universo do trabalho e da família, mas por questionar a representação social e a subjetiva masculina.

Segundo Roudinesco (2001), em 1970, com o fim da expressão “chefe de família”, a noção de poder paterno é eliminada da lei de maneira definitiva. Neste momento, o pai e a mãe passam a assumir e compartilhar juntos o poder sobre o filho e “suas antigas prerrogativas, já fortemente abaladas nas décadas recentes, ficam praticamente reduzidas a nada” (ROUDINESCO, 1970, p. 104). Inicia-se a fala sobre uma família co-parental. Não se pode mais falar do pai típico, uma vez que a sua figura deixa de corresponder como referência.

Com o avanço da industrialização e a universalização do trabalho assalariado, Morais (2011) explica que as relações sociais e familiares receberam uma série de transformações. Uma das transformações mais impactantes foi no setor econômico, mudando significativamente o modelo familiar patriarcal, permitindo que um número maior de mulheres ingressasse no mercado de trabalho. Nesse cenário, “Aos poucos, as mulheres foram alcançando sua autonomia financeira, rompendo com um dos elos mais fortes do modelo tradicional de família: a subordinação econômica da esposa ao marido” (p. 411-412).

As influências femininas impactaram de maneira direta e indireta no papel masculino na família, conforme salientam Peruchi e Beira (2007), para quem a paternidade se encontra em transição, e, com isso, sentimentos de ambiguidade passam a operar no homem-pai, uma vez que o seu papel obrigatório de provedor não se sustenta como antigamente.

O fim do patriarcado, segundo Badinter (1993), marca o começo de uma paternidade totalmente diferente. Desde que as mulheres-mães ocuparam os postos do mercado de trabalho, os homens-pais em “transição” foram convocados a se ocuparem de seus filhos.

A participação afetiva e o cuidado paterno no dia a dia do filho é algo relativamente novo em nossa sociedade. Muitas vezes, os homens-pais se sentem inseguros ao se envolverem no mundo da criança, pois apresentam a incerteza de que se o fizerem perderão a sua virilidade (NOLASCO, 2001).

Sobre isso, Bourdieu (1930/2002, p.27) disserte que

A virilidade, seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto quiddidade do vir, virtus, questão de honra (nif), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente um homem.

Nolasco (2001) nos explica que esse comportamento esteve associado durante muito tempo à identidade masculina porque o homem teria o seu reconhecimento atrelado à sua relação com o trabalho e com a responsabilidade de provedor. A representação social, que pertence à sociedade burguesa, justificava o papel do pai-homem dentro dela.

Atualmente espera-se dos homens que eles sejam mais afetivos com os seus filhos e esposas, participem das atividades domésticas, ajudem nos cuidados e na manutenção do lar, ou seja, no cotidiano da família. Todos esses comportamentos não eram esperados dos homens antigamente, e aos quais eles ainda não estão acostumados. Por esse motivo, a configuração do sujeito moderno incerto quanto ao exercício de sua representação social e identidade masculina entrou em crise.

É esperado dos homens ora que eles se comportem como os seus avôs e passem a desempenhar papéis e funções atribuídas à coragem e responsabilidade, ora que eles se expressem feito suas avós, sejam gentis, sensíveis e ternos. A dicotomia das funções causa nos homens em relação à figura da masculinidade certa confusão no aspecto da sua identidade (BADINTER, 2005).

Scaglia (2012) compartilha que o declínio da tradição patriarcal parece ter reinserido o homem na família, mas agora de um modo diferente, mais diversificado. A autora ressalta que estudos destacam uma desestabilização das representações do gênero masculino estimulada pelas transformações sociais, como a entrada da mulher no mercado de trabalho. Dessa forma, a masculinidade passou a ser percebida como uma construção social, e vivenciada de forma peculiar em função do contexto histórico em que ela se encontra, o que influenciou na forma como o homem lida com a sua função paterna.

Esse fenômeno tem sido observado em diferentes partes do mundo, embora em diferentes graus e em diferentes contextos, por compreender que a função do homem-pai pode ser diferente dependendo da cultura na qual ele esteja inserido. Agora, o lugar do homem enquanto chefe de família e pai foi posto em xeque como representante da autoridade e do poder dentro do âmbito familiar. Esse lugar não é mais aceito sem questionamentos, pois antes carregava uma postura tirânica que subjugava a mulher e os filhos (VIEIRA, 2011).

Conforme Faria (2003), os estudos referentes à paternidade mudaram de foco nas décadas de 1980 a 1990. Os estudos que apontavam para a ausência paterna foram deixados de lado, e os pesquisadores começaram a se interessar por outros atravessamentos da paternidade, abordando a questão de que homens e mulheres, pais e mães poderiam cuidar dos seus filhos de forma direta ou indireta, explicitando que, “Embora permanecessem pai e mãe, homem e mulher, com suas especificidades, poderiam viver na relação com os filhos o aspecto materno e também o paterno” (FARIA, 2003, p. 72).

Hoje encontramos facilmente mulheres trabalhando, assumindo o papel de provedora econômica, que antes era definido exclusivamente como atividade masculina. Por outro lado, os homens também passaram a realizar afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, o que provoca um sentimento de incerteza do papel que deveriam ocupar dentro da família (BRASILEIRO, JABLONSKI e FÉRES-CARNEITO, 2002; BRUCHINI e RIDENTE, 1994; PERUCCHI e BEIRÃO, 2007; PINHEIRO, GALIZA e FONTOURA, 2009). A partir do surgimento de novas configurações, tanto da família quanto das funções parentais, forma-se um novo cenário de nossa sociedade.

Para Faria (2003), o modelo individualista da sociedade contemporânea vem destruindo o modelo que antes considerava uma forma “correta” de ser pai, em que havia um único modelo a ser seguido, o que torna a paternidade ainda mais passível de reformulações. O autor explica que está havendo uma transformação na vida familiar e nos papéis que são ocupados por cada cônjuge dentro da família, e que tais mudanças se estendem a todos os âmbitos da cultura e da sociedade, isto é, o mundo está passando por um processo de transição.

Embora a paternidade contemporânea seja amplamente considerada positiva e benéfica para os pais, filhos e sociedade em geral, também há desafios e tensões associados a essa mudança de papéis. Por exemplo, alguns homens podem

se sentir desconfortáveis com a ideia de assumir mais responsabilidades parentais, enquanto outros podem enfrentar resistência social ou de seus empregadores. Além disso, algumas mães podem sentir que seus papéis estão sendo ameaçados ou questionados, o que pode levar a conflitos e tensões familiares.

Na sociedade atual, a paternidade apresenta características que anteriormente não poderiam ser pensadas como uma possibilidade relacional entre pais e filhos e maridos e esposas. As novas possibilidades que a sociedade oferece para tornar possível um homem ser pai, por exemplo a adoção e a inseminação artificial, têm mostrado homens cada vez mais desejosos de uma participação no cuidado e educação dos filhos (RAMIRES, 1997).

A paternidade contemporânea é caracterizada por um aumento da participação dos homens-pais na vida cotidiana dos filhos, incluindo tarefas como alimentação, banho, troca de fraldas e atividades escolares. Além disso, eles são vistos cada vez mais como parceiros igualitários no cuidado e na criação dos filhos, em contraste com o papel tradicionalmente mais distante e autoritário do pai. Essa mudança de papéis tem sido apoiada por mudanças nas expectativas sociais e culturais em relação à paternidade, bem como por políticas públicas que promovem a igualdade de gênero e a participação paterna.

Entretanto, o exercício constante da paternidade tem sido uma questão fundamental a ser considerada para definir uma família completa. Mesmo a paternidade sendo adotiva, faz parte do desejo dos homens alcançarem um estágio da vida adulta que, em sua grande maioria, é o desejo de formar uma família (ANDRADE, COSTA & ROSETTI-FERREIRA, 2006; COSTA & ROSETTI-FERREIRA, 2007).

O desejo de tornar-se pai acontece antes mesmo da chegada real do filho, e podemos observar que esse desejo tem gerado nos homens formas de exercer a paternidade antes mesmo da chegada da criança (RAMIRES, 1997; CARVALHO, 2003). A participação do pai na gestação da mulher pode ser um caminho para que o futuro pai possa vivenciar a paternidade e fantasiar sobre a criança que está para chegar (PICCININI et al., 2009).

O desejo de ter um filho também pode estar relacionado a questões de identidade de gênero e papéis sexuais. Flesler (2012) enfatiza a importância do processo de identificação para o desenvolvimento da personalidade, e a paternidade pode ser vista como uma forma de identificação com o papel social culturalmente

atribuído ao pai. Por outro lado, a rejeição do desejo de ter um filho pode ser vista como uma negação do papel socialmente prescrito da mulher como mãe.

Além disso, a autora sugere que o desejo de ter um filho pode estar relacionado a questões de transferência e contratransferência, ou seja, a transferência de emoções e conflitos de um relacionamento anterior para o relacionamento com o filho. Por exemplo, os pais podem transferir suas próprias experiências de infância ou seus relacionamentos com seus próprios pais para o relacionamento com seus filhos.

Ainda, o desejo de ter um filho pode estar ligado a questões práticas e concretas, como a necessidade de dar continuidade à linhagem familiar ou satisfazer uma necessidade biológica básica. A psicanálise enfatiza que a paternidade é um processo complexo que envolve uma série de fatores psicológicos, emocionais e culturais, e que o desejo de ter um filho deve ser analisado em um contexto mais amplo (FLESLER, 2012).

No caso do menino, ele não irá mais se identificar com o seu opressor, mas sim com um homem próximo, que participa dos seus cuidados assim como sua mãe. Poderá então integrar a sexualidade com o afeto, e não terá mais motivos para desvalorizar e rechaçar os traços tidos como características e valores do gênero feminino. (RAMIRES, 1997, p. 115-116).

Vale considerar que a família hoje é fruto de uma variação de mudanças que foram responsáveis pela sua diversidade de constituição, o que continua transformando a paternidade contemporânea. Nesse contexto, em contrapartida, Faria (2003) trabalha também a noção do pai considerado ausente. Ao promover as características atribuídas a esse tipo de pai, Faria (2003) menciona o trabalho de Corneau (1991), descrevendo como aquele que exerce a paternidade de forma irregular, proporcionando várias frustrações ao filho através dos seguintes comportamentos:

Ausência paterna prolongada, por abandono ou hospitalização; falta de resposta à necessidade do filho de afeto e dedicação; ameaças de abandono com o objetivo de punir ou disciplinar a criança; indução de culpa, responsabilizando-a por eventos que estão fora de seu alcance; apego exagerado, tornando a criança o pai de seu pai. (FARIA, 2003, p. 29).

Para ele, com a chegada da Revolução Industrial, os pais tiveram que buscar trabalho, sendo obrigados a saírem de casa. E como consequência houve afastamentos destes pais do convívio familiar, restringindo o contato com os seus filhos, o que contribuiu significativamente para uma crise na relação pai-filho.

Com a saída desses pais dos seus lares para trabalhar, Corneau (2003) argumenta que a família advinda da Revolução Industrial estaria centrada no poder das mães, o que preocupou diversos pesquisadores, chamando a atenção quanto ao desenvolvimento dos meninos que iriam crescer com a ausência de seus homens-pais. Pelo fato da ausência do pai, sem a figura masculina no âmbito familiar, a noção de virilidade, força, poder e masculinidade que os meninos-filhos teriam acesso, seria passada através dos olhos das mães, assim como a imagem do pai seria construída a partir da visão que a mãe tinha do seu marido.

Lamb e Tamis-Lemonda (2003) afirmam que foi por volta de 1950 que pesquisadores começaram a entender o papel desempenhado pelos pais no âmbito familiar estudando famílias cujo pai não se fazia presente. O intuito era observar famílias nas quais os pais estariam presentes, comparando o comportamento das crianças criadas em famílias na presença e na ausência do pai, o que mostraria uma possível influência paterna no desenvolvimento dos filhos.

De acordo com a pesquisa de Lamb e Tamis-Lemonda (2003), revelou-se que, em famílias onde o pai era ausente, percebeu-se que os meninos apresentavam comportamentos problemáticos quanto ao desempenho escolar, identidade masculina e sexual, ajustamento psicossocial e controle da agressão. Apesar dessas informações, o autor ressalta que a existência de diferenças entre grupos de crianças (meninos) que crescem com ou sem o pai não significa que toda criança que crescer sem a presença do pai terá problemas em aspectos do seu desenvolvimento, muito menos que as crianças cujo pai vive em casa se desenvolverão apropriadamente.

Essa afirmativa de que crianças (meninos) que não têm a presença dos pais estaria fadada ao fracasso ou a problemas no seu desenvolvimento retiraria toda potencialidade do sujeito, e marginalizaria outras formas de diversidade de família, o que seria bastante problemático, pois, dessa forma, continuaríamos acreditando e reconhecendo que a única maneira apropriada de construção familiar e criação dos filhos seria a família tradicional.

Faria (2003) segue alegando que a questão vai mais além, já que outros fatores devem ser contabilizados e analisados, fatores esses que estavam presentes na configuração dos desajustes de personalidades, sendo um deles a ausência de figuras masculinas que pudessem servir como modelo positivo ou negativo, ou seja, um objeto de identificação para a criança e o estresse gerado na mãe que cuida e se dedica ao filho sozinha.

A dependência desses outros fatores que influenciaram no desenvolvimento da criança foi descrita em pesquisas direcionadas à observação das consequências que o divórcio e a transição para a ausência paterna teriam sobre o desenvolvimento dos filhos. Devido ao divórcio ser permitido nos dias de hoje, isso pode contribuir para a configuração de uma família na qual o pai seja ausente, ou até mesmo presente de forma insatisfatória no desenvolvimento dos filhos, pois sabemos que alguns pais que se divorciam, ao construir outras famílias, tendem a se distanciar ou a abandonar a família anterior.

Evidências apontam que a ausência do pai pode ser prejudicial não necessariamente porque o modelo de papel sexual está ausente, mas porque outras funções paternas, como a de provedor econômico, social e emocional não são desempenhadas, ou são desempenhadas de maneira insatisfatória dentro dessas famílias (LAMB; TAMIS-LEMONDA, 2003).

Também segundo Lamb e Tamis-Lemonda (2003), só foi a partir da década de 1970 que os pesquisadores começaram a se preocupar e dar importância ao tempo que os pais investiam no relacionamento com os seus filhos. Essas pesquisas iniciais indicaram que os pais passavam menos tempos com os seus filhos do que as mães, que dedicavam mais tempo no cuidado das crianças.

Em famílias nas quais as mães não trabalhavam fora, foi observado que a interação pai-filho era demasiadamente menor, ao compararmos a interação mãe-filho. Por mais que a maioria dos pais não assumisse a responsabilidade de forma direta no cuidado e envolvimento do filho, subgrupos de pais que investiam seu tempo na interação e atenção a mais ao filho, se responsabilizando por seus cuidados, foram encontrados, mas não foram consideravelmente estudados, o que provocou uma fragilidade e perda referente aos resultados que poderiam ser encontrados nessas configurações familiares.

Lamb e Tamis-Lemonda (2003) seguem com a sua contribuição ressaltando que, nas famílias em que a mãe encontrava-se inserida profissionalmente no mercado de trabalho, o nível na relação e interação do envolvimento paterno, ainda que os cônjuges estivessem exercendo uma profissão, foi mais alto se comparados com as famílias em que o trabalho materno e doméstico foi desenvolvido pelas mulheres em casa.

Os autores compartilham que esse fenômeno seria proveniente não do fato de os pais estarem passando mais tempo com seus filhos, mas sim do reflexo de que

as mães estariam gastando menos tempo no cuidado e envolvimento com os filhos em virtude da vida profissional, e os filhos passariam mais tempo nas escolas, creches ou sendo cuidados por outras pessoas, como avós e babás.

Por volta de 1970, com todos os marcos históricos e sociais citados anteriormente, um novo modelo de paternidade começa a se configurar, sendo representado pelo pai nutridor, que participa dos cuidados da crianças. Faria (2003) nos alerta sobre as transformações ocorridas na década de 1970, com a aceitação da dissolução do vínculo matrimonial pela sociedade e com a imagem da mulher independente, que vai aumentando ao passar dos anos, fora da chefia e do controle dos homens (consequência da Revolução Feminina), e que o pai teve que encarar a responsabilidade do cuidado direto do filho, pelo menos nos fins de semana.

O divórcio possibilitou ao pai participar do cuidado do filho, despertando-o para essa responsabilidade. O que impressiona é o fato de que esses pais tiveram que reconfigurar a relação familiar para serem ativos no cuidado e passaram a contribuir para que essa relação com o filho fosse vivida de forma prazerosa. Deixando o filho de ser a propriedade exclusiva da mãe, o pai agora pode adentrar em um mundo em que ele também poderia cuidar do filho (FARIA, 2003).

Os efeitos da separação conjugal também tiveram o seu contraponto, em relação a uma pesquisa que visava analisar a relação entre pais e filhos. Os autores Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004) verificaram que, com o divórcio, houve um afastamento dos filhos por parte dos pais, que, por morarem numa residência separada da dos filhos ou constituírem outra família (tendo que assumir outras responsabilidades, ampliando ainda mais as suas tarefas), não passavam tempo suficiente com os filhos, o que abalava a relação pai-filho. Essas transformações, ainda que divergentes, são constatadas porque fazem parte da reconfiguração das relações familiares em que nossa sociedade encontra-se inserida.

Entretando, ao avaliar as mudanças no papel da família contemporânea, fica visível um intercâmbio entre a função materna e paterna, pois, nos dias atuais, tanto homens quanto mulheres dividem seu tempo com o trabalho e com o cuidado dos filhos e da casa (DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004).

A imagem do pai provedor servia antes como um modelo de referência a ser seguido, por ser baseada numa identidade masculina centrada principalmente na atividade profissional. O pai nutridor, por outro lado, altera a sua caminhada na construção de uma identidade masculina que considera o homem como um dos

agentes que também é responsável pelo cuidado do filho (FARIA, 2003).

De acordo com os estudos de Souza (1994) e Faria (2003), compartilhamos da ideia de que o pai nutridor é consequência de uma alteração ocorrida na noção de masculinidade, iniciada na década de 1970, momento em que passou a ser pensado e discutido o papel do homem-pai a partir das teorias de gênero, que defendem que o masculino e feminino são construções sócio-históricas e o que se entende como pertencente à feminilidade e à masculinidade dependem da inter-relação dos aspectos sociais, históricos e psicológicos de uma determinada cultura, um conjunto de fatores que, de forma complexa, auxiliam na construção de gênero.

Sabemos que o que se mostra importante é a qualidade da relação existente entre o pai e seu filho, provando ser essa a variável mediadora e responsável pela masculinidade do menino, pois “quando o relacionamento entre pais e filhos era bom, os garotos eram de fato mais masculinos” (FARIA, 2003, p. 5).

Mas vale salientar que mesmo a relação entre pai e filho sendo próxima e saudável, isso não quer dizer que uma heterossexualidade se produzirá, pois, seguindo essa lógica, teríamos uma visão extremamente heteronormativa, com cunho homofóbico. Nenhuma orientação sexual pode ser definida ou medida por causa de uma relação que se estabelece pela presença mais frequente do pai, assim como não seria possível justificar a homossexualidade ao pensar nela por causa de um distanciamento ou ausência do pai.

Para Lamb e Tamis-LeMonda (2003), os pais influenciam de forma direta os seus filhos, através do seu comportamento, de suas atitudes e das mensagens que transmitem. Por justamente passarem menos tempo com seus filhos, muitos homens-pais não são familiarizados com a linguagem da criança e passam a conversar com elas utilizando-se de um vocabulário que a desafia a pronunciar corretamente o seu discurso, preparando-a para as exigências comunicativas que as crianças encontrarão na sociedade.

Logo, as crianças se tornam influenciadas diretamente dos cuidados, ensinamentos, brincadeiras, maus-tratos e negligências, todos exercidos por seus pais. Indiretamente, os pais influenciam seus filhos através dos efeitos que eles causam e exercem em outras pessoas e em circunstâncias sociais que acabam por intervir no desenvolvimento da criança.

O apoio econômico da família seria uma outra fonte indireta de influência importante dos pais na constituição e desenvolvimento saudável de seus filhos. Lamb

e Tamis-Lemonda (2003) declaram que é através do apoio econômico que os pais que não possuem a custódia do filho influenciam no seu desenvolvimento.

Outra forma que os homens-pais influenciam de forma indireta no desenvolvimento dos seus filhos é quando eles servem de apoio emocional e instrumental para outras pessoas, principalmente às mães que estão envolvidas diretamente no processo de cuidado do filho com contato direto com a criança. Dessa maneira, eles também podem afetar a qualidade da dinâmica familiar estando envolvido nas tarefas domésticas e cuidados com o filho, o que facilita a carga de trabalho das mães e fornece modelos de comportamentos e das atitudes que o pai exerce dentro da família, servindo como modelo para o seu filho, para repetir ou evitar, desejando ser como ele ou não.

Isso nos mostra como as influências diretas e indiretas podem afetar o desenvolvimento e o comportamento da criança, dependendo das atitudes que o pai exerce dentro da família, não apenas com o seu filho, mas com outras pessoas que fazem parte do seu círculo familiar ou de amizade.

A figura do pai também está sofrendo mudanças e em constante movimento, mesmo que lentamente. Tudo parece caminhar para um modelo de pai mais próximo e nutridor. Por outro lado, continua a existir, por medo de parte dos homens, a perda de sua virilidade, uma vez que a paternidade vem se estabelecendo e se configurando cada vez mais como um intercâmbio entre os cuidados maternos e paternos.

A chamada paternidade de apoio, caracterizada por Wall, Aboim e Marinho (2010), configura uma situação em que os pais começam a apresentar um processo inicial de mudança, pois eles têm a intenção de ser mais igualitários, mas ainda conservam o padrão normativo dos papéis, ainda que a mulher-mãe saia para trabalhar e contribuir com as finanças e despesas da casa e o pai auxilie no cuidado e nas tarefas domésticas.

Na esfera privada, o ambiente doméstico, para alguns homens, ainda é compreendido como um espaço da mulher, e a responsabilidade pelo trabalho nesse seria exclusivamente dela. Neste sentido, esse modelo de homem-pai, mesmo fazendo a sua parte no processo econômico e no cuidado da criança, ainda espera que a mulher realize a função doméstica, surgindo um conflito familiar na divisão do trabalho. O apoio externo vem através de outros agentes que participam como rede de apoio – avós, diaristas, empregadas, ou ainda pela escola, seja ela pública ou

privada, em período integral. Apesar de todo o suporte, caberá à mulher a conciliação e a gestão de como serão organizados os horários, os dias da semana, quem faz o quê, de que forma e quando.

Dessa maneira, fica evidente que os padrões normativos dos papéis de gênero estão presentes no discurso e nos comportamentos do homem-pai que desempenha a paternidade de apoio, o que nos mostra que, mesmo que ambos os pais estejam inseridos no mercado de trabalho, o pai teria apenas o papel de apoio dentro de casa. Dessa forma, ele ajuda a fazer algumas atividades, lida e cuida do filho, organiza o ambiente sempre que necessário ou quando sente vontade, mas não toma para si o papel de cuidador principal – ou igualmente responsável, junto com a mulher – da vida familiar e doméstica.

Já no modelo de paternidade conjunta, apresentado por Marinho (2011), o foco central é a família e o seu bem-estar. Há um esforço conjunto em manter a harmonia no ambiente, através da conciliação trabalho-família para o funcionamento doméstico, por meio da cooperação de ambos os pais, o que configuraria uma coparentalidade.

Esses pais se reconhecem como precursores de uma maneira mais igualitária de exercer a paternidade e valorizam o vínculo que construíram com seus filhos, vínculo esse marcado pela presença constante e do envolvimento na responsabilidade em atender suas necessidades diárias. Por outro lado pode-se perceber que

(...) o papel paterno está mais sujeito a contradições entre ideias e possibilidades de ação, pois a principal responsabilidade pelos recursos econômicos nem sempre é conciliável com a prática de uma paternidade próxima e relacional (MARINHO, 2011, p. 146).

Para esse pai, a presença e proximidade são mais importantes do que as tarefas propriamente ditas. Desse modo, quando a vida profissional exige mais tempo e dedicação dele, a responsabilidade é transferida automaticamente para a mãe. Então notamos que a valorização da carreira de ambos é visível, porém a mãe normalmente recebe salários menores e encarrega-se da gestão familiar, já que, no campo da dúvida, cabe a ela assumir a responsabilidade.

A delegação extensiva do trabalho doméstico ou dos cuidados às crianças não é, aqui, uma solução, dado que não se coaduna com a coesão familiar. Com efeito, é preferida uma delegação ocasional: das limpezas, do passar a ferro, ou dos cuidados às crianças pelos avós (WALL; ABOIM; MARINHO, 2010, p. 317).

No mercado de trabalho, as mulheres-mães ainda têm que lidar com salários mais baixos que os dos homens, mesmo que estejam ocupando funções iguais, além de precisarem em diversos momentos se mostrar preparadas intelectual e comportamentalmente nos cargos e com os colegas de profissão. Se elas recebem menos, o casal costuma focar e investir mais tempo e outros recursos no homem-pai, o que ocasiona um crescimento deste no setor profissional.

Há, também, a chamada paternidade associativa (WALL; ABOIM; MARINHO, 2010). O princípio formador desta é a equidade dos papéis de gênero, da realização profissional e familiar.

Estes são homens altamente qualificados e que estão tão empenhados na vida profissional como as parceiras, o que acontece no quadro de um relacionamento baseado em princípios da igualdade, autonomia e gestão cuidadosa do tempo familiar e individual (WALL; ABOIM; MARINHO, 2010. p. 321).

Nesse modelo, os dois membros do casal desenvolvem e valorizam as suas carreiras profissionais, ao mesmo tempo que assumem as responsabilidades pelo cuidado e pelo trabalho doméstico. Mas, para conseguir conciliar e dar conta das esferas produtiva e reprodutiva com equidade e qualidade de desempenho, esses casais de dupla carreira necessitam de um alto grau de delegação. Terão que contar com a presença de empregadas domésticas, avós e escolas de educação infantil de qualidade. Elas são essenciais durante a semana, para que eles consigam cumprir a agenda e todas as demandas.

Assim, as questões ligadas à equidade de gênero, da sociedade como um todo, podem permanecer inalteradas, pois outras mulheres possivelmente devem assumir as responsabilidades pelo cuidado, sendo esse universo ainda voltado às mulheres em maior concentração por reflexões culturais acerca do patriarcado, a saber, as avós, as empregadas domésticas e as babás.

Ao delegar essas funções para as empregadas domésticas, a empregadora resolve seus conflitos, mas as contratadas permanecem com seus próprios conflitos, aumentando, assim, a distância entre as classes sociais e de renda, assunto discutido pela luta das feministas e igualdade de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Outro modelo que Wall, Aboim e Marinho (2010) nos apresentam é o da paternidade apropriativa. Este modelo também é descrito nos dois modelos de base e refere-se a um funcionamento bastante peculiar, tendo em sua dinâmica um quadro normativo moderno, em que há uma valorização da carreira de ambos. Nesse modelo,

os homens reconhecem que devem dividir as tarefas domésticas, o trabalho e o cuidado de forma paritária. O que os diferencia é o fato de os homens considerarem que são os

(...) atores principais da vida familiar e sublinham a necessidade de serem eles a administrá-las e a organizá-la, de alguma forma desvalorizando as suas parceiras, que, a seu ver, precisam de orientação por terem menos competência que ele (WALL; ABOIM; MARINHO, 2010, p. 323).

O que podemos observar é que nesse modelo o que prevalece é a vontade e a opinião do pai. Esses homens continuam se apropriando da definição de como deve ser o trabalho de cuidado. Modak e Palazzo (2002) nos alertam para o fato de que, ao mesmo tempo em que esse modelo de pai demonstra ser inédito pela intensidade emocional e prática no cuidado dos filhos, ainda estamos no sentido clássico da repartição do poder no casal.

Mas a participação ativa no cuidado dos filhos e uma presença mais constante do pai, que vem aliada à valorização da carreira da esposa, dão a esses pais um caráter mais igualitário e contemporâneo, porém na raiz dos seus discursos ainda guardam traços tradicionais de hierarquia quanto à competência, que, nesse caso, estão associadas à competência no cuidar e/ou definir prioridades de acordo com o gênero dos cônjuges.

### **3.1 A emancipação feminina**

Em qualquer tempo e em qualquer lugar, o papel principal que se espera do pai é dar limites no filho. Seja para o que for, um filho vai precisar de uma figura paterna. Na atualidade, ou principalmente, por causa dela, ele deverá se fazer presente, seja em pessoa, seja em marca discursiva. Nenhum grupo ou tribo se emancipa formado laços com o seu abusador ou opressor, todo processo de emancipação e libertação se dá através de uma luta coletiva, por isso os laços que as feministas aliado a outros grupos opressores e marginalizados ganhou tanta notoriedade e resistência.

Os avanços dos grupos continua operando a todo vapor, e nós podemos presencia-los em rodas de debate, e principalmente nas redes sociais, o que nada mais é do que a maneira de seguir expandindo ideias, mesmo que a grande maioria desses agentes ainda seja significativamente mulheres. O que leva os homens pais a

refletirem sobre a sua participação dentro do núcleo familiar, o que exerce o papel de desconstrução de uma masculinidade padronizada e alçada no autoritarismo como guia de preservação do poder.

Verificamos que a autoridade paterna começou a diminuir progressivamente à medida que se impôs, de um lado, a figura do Estado como poder disciplinador das relações sociais básicas, sendo agente das normas e leis vigentes; e de outro, a contestação da autoridade tradicional que aparece em nome dos princípios da sociedade democrática, que regulam ou tentam estabelecer a ordem e o bem-estar. Nesse contexto, o pai não seria um bom educador, uma vez que ele não poderia se feminilizar, já que o homem tem que se afastar de tudo associado à mulher. Quando a mãe não podia ficar com a criança, ela estaria sendo criada por uma avó, por uma tia, madrinha, vizinha ou babá, ou, em épocas anteriores, pelo que chamávamos de governanta.

Neste aspecto, a sexualidade da mulher era pautada pela necessidade da maternidade. Assim, sua sexualidade não deveria ser orientada pelo desejo sexual, mas sim pelo desejo de ser esposa e mãe, e o sexo, para ela, deveria ser apenas para fins reprodutivos. Por outro lado, de maneira paradoxal, nessa época, a mulher burguesa europeia também era enxergada como um perigo para a sociedade, pois, com seu corpo sedutor e curvilíneo, poderia provocar desejo nos homens alheios e destruir famílias. Por isso, era incentivado pela igreja, pelo Estado, pela família e pela sociedade em geral a inibição da sexualidade da mulher, que precisava ser sempre comedida, discreta, dócil e obediente (ALMEIDA, 2012).

Foi apenas no final do século XIX, início do XX, que a sexualidade feminina começou a ser vista por outros olhos, com o surgimento da psicanálise. Até esse momento, o corpo feminino era visto como o oposto negativo do homem, sendo este o padrão, o positivo e ativo, e aquele, portanto, passivo. O sistema reprodutivo feminino era entendido como equivalente ao masculino, porém internalizado – enquanto o órgão genital masculino se projetava, espelhando sua tomada de iniciativa e dominância, e o da mulher retraía-se, explicando sua natureza recatada e subserviente.

Portanto, as características atribuídas às mulheres e aos homens tinham sua explicação na natureza do ser, isto é, eram consideradas diferenças meramente biológicas. Nessa lógica, o corpo feminino seria naturalmente projetado para que elas fossem mais frágeis, emotivas, receptivas, frígidas e submissas ao homem. Já o corpo

masculino seria forte, racional, ativo, libidinoso e dominador. A mulher era sempre definida a partir da negação do masculino (o padrão), precisando ser cuidada e protegida pelos homens (inicialmente o pai, e depois o marido) por ser um ser fraco e incapaz.

Para a nossa sociedade, as diferenças entre maternidade e paternidade são nítidas, pois, enquanto a relação pai e filho precisava ser construída ao longo dos primeiros meses e anos de vida, sendo construída no cotidiano, a cultura atribui maior destaque ao papel da mãe, visto que a relação mãe e filho é mais íntima e começa antes da do pai pelo processo de gestação, que acarreta uma série de responsabilidades e sensações maiores. Todavia, vale salientar, é a vontade sustentada de acolher o filho e assegurar-lhe proteção e cuidados que faz com que um pai e uma mãe ganhem este título, e isso independe da forma pela qual a criança chegou ao lar.

Se, por um lado, a mulher se emancipou e participa mais ativamente da sociedade, sabemos muito bem os efeitos dessa emancipação, porque ela obteve uma jornada de trabalho dupla, tendo que desenvolver, para além de sua feminilidade, a parte viril do seu ser. Isso implica dizer que trabalhar fora era apenas uma opção, mas, em muitos casos, virou uma necessidade para manter as necessidades de uma família, pois a entrada da mulher no mercado de trabalho, além de ser uma conquista feminina e social, tornou-se necessária para o sustento de inúmeras famílias, já que o salário dela também agrega ao montante financeiro da vida familiar.

A dialética pai x mãe traduz-se no confronto entre as identidades paternas e maternas, que provoca uma nova identidade paterna, por força das mudanças sociais e culturais que as mulheres, com o movimento feminista, ajudaram a introduzir na família.

A liberdade da mulher, sua independência profissional, e também civil, transformaram radicalmente o cenário e a situação familiar. As mulheres trabalham fora e dentro de casa, e ainda se ocupam dos filhos. Elas seguem com cargas extensas de trabalho. Sem falar que, ao longo da história, o trabalho doméstico sempre foi colocado como trabalho sujo, ou desqualificado como trabalho, o que acarretou um peso maior para elas. Um tipo de trabalho pelo qual só as mulheres poderiam fazer, destinado exclusivamente a elas, com as transformações sociais e culturais, e o investimento no campo profissional, as mulheres passaram a terceirizar os trabalhos domésticos, que continuam sendo focados nas mulheres, isto é, nas

empregadas domésticas, em sua maioria mulheres negras e periféricas.

Segundo Hurstel (1999), quando não sabemos mais o que é um pai, quando na história os pontos de referência da paternidade vacilam – no que é ser um pai –, o que resta é o modelo materno, que, no momento, permanece relativamente estável, como se o lugar da mãe não pudesse ser questionado, vacilado, tivesse que permanecer o mesmo ao longo de toda a história.

Mas esse lugar da mulher-mãe também mudou, já que ela pode escolher o seu companheiro, decidir se será ele o pai de seu filho, sugerindo, assim, que o homem contemporâneo é um produto da emancipação feminina. Se as mulheres podem escolher os seus parceiros, as exigências pela escolha do seu companheiro são alteradas, como relação mais igualitária, homens afetivos, pais que sejam próximos de seus filhos e que possam distribuir as funções e responsabilidades de forma justa.

A urbanização começou no século XIX, e se avançou no século XX, por conta do desenvolvimento industrial. Este foi um fator marcante na evolução das famílias e das sociedades, já que abriu os caminhos para a participação da mulher no mercado de trabalho, aproximando o status feminino do masculino. Neste novo cenário surge a família conjugal, uma contratação da família patriarcal decadente, em consequência do crescimento das cidades e da nova divisão do trabalho.

A sociedade contemporânea sentiu o impacto pelos efeitos da industrialização, e a família passou a sofrer sérios abalos que foram determinantes para a quebra de padrões tradicionais. Mesmo com todas essas mudanças, Hurstel (1999) considera que é muito difícil para o homem e, também para a sociedade, desprender-se da crença – pois sabemos que toda crença é pensada como uma verdade absoluta pelo sujeito –, de que o único e verdadeiro pai continua autoritário e poderoso, sob o modelo do *Pater familiae*.

O controle da natalidade, aceito e praticado por grande parte dos casais, que concordavam ou não com as doutrinas impostas pela igreja vigentes na época, passaram a apelar para as modernas técnicas que lhes permitiam ter e decidir quantos filhos quisessem e quando quisessem, o que colaborou significativamente para a emancipação progressiva da mulher, que obteve o reconhecimento social e jurídico de sua atuação em vários campos.

A imposição atual do trabalho, que antes atingia o homem com força maior, agora insere as mulheres e os filhos no sistema, transformando a casa numa espécie

de local de encontros fortuitos, já que eles passam mais tempo no trabalho do que dentro de casa. Toscano (1987) alega que a diminuição progressiva da influência religiosa provocou uma quebra da unanimidade de crença, uma vez que hoje coexistem duas ou mais religiões dentro de uma mesma família, pluralizando as dinâmicas de fé e práticas espirituais.

Para Rosiska Oliveira (1991), o acesso ao mundo do trabalho assalariado não foi uma livre escolha das mulheres no século XIX, uma vez que elas foram obrigadas a trabalhar por causa da possível miséria que as empurrou para as fábricas e para os trabalhos de menor remuneração. Sobre isso, a autora diz que “A Revolução Industrial introduziu uma primeira ruptura no paradigma da diferença de mundos, mas só nas primeiras décadas do século XX, às mulheres foi concedido o direito de voto, o que não mudou o seu papel subalterno” (OLIVEIRA, 1991, p. 44).

Para Bourdieu (1930, p. 99),

O mundo do trabalho está, assim, repleto de pequenos grupos profissionais isolados (serviços de hospital, gabinetes de ministérios etc.) que funcionam como quase-famílias, nos quais o chefe do serviço, quase sempre um homem, exerce uma autoridade paternalista, baseada no envolvimento afetivo ou na sedação, e, ao mesmo tempo, sobrecarregado de trabalho e tendo a seu encargo tudo que acontece na instituição, oferece uma proteção generalizada a um pessoal subalterno, principalmente o feminino (enfermeiras, assistentes, secretárias), assim encorajado a um investimento intenso, muitas vezes patológico, na instituição e naquele que a encarna.

Isso nos aponta as possibilidades objetivas que se fazem lembrar também, de uma forma concreta e bem sensível, não apenas em todos os signos hierárquicos da divisão do trabalho (médico/enfermeira, chefe/secretária etc.), mas como em todas as manifestações visíveis das diferenças entre os sexos (atitude, roupa, penteado) e, notoriamente, nos detalhes, que parecem não ter relevância, dos comportamentos cotidianos que encerram inúmeros e imperceptíveis apelos à ordem.

A entrada maciça das mulheres nos espaços público e o fim do controle dos homens sobre a sexualidade feminina, segundo Oliveira (1991, p.46), “se inscrevem no quadro de uma alteração mais ampla, e, no fim dos anos 60, abalam os princípios e valores que garantiam a ordem social e o consenso ideológico das sociedades industriais do Ocidente”. Para a autora, as lutas e movimentos feministas,

No primeiro momento, que começa no fim do século XIX e chega aos anos 60, a contestação visava provar que as mulheres não são inferiores aos homens e que podem fazer as mesmas coisas que eles. Num segundo

momento, que se desenha nos anos 70, a contestação feminina anuncia que as mulheres não são inferiores aos homens, mas também não são iguais a eles e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor de crítica da cultura. (OLIVEIRA, 1991, p. 71)

Para Bolle de Bal (2001), atualmente o poder mudou de sexo: as mulheres retiraram dos homens o domínio da fecundidade, quando conquistaram o direito e as condições de terem filhos voluntariamente, de não terem que se submeter mais ao homem e, em seguida, puderam escolher o homem para ser o pai de seus filhos. A questão não é mais a mesma, como outrora, em que existia um saber de quem detém a parte essencial na obra da geração, mas dominar sua fecundidade para só ser mãe voluntariamente.

Pelos dados do IBGE, de 2016, após o surgimento da Lei do Divórcio, lei esta que chegou ao Brasil em 1977, o número de divórcios tem sofrido crescimento consecutivo, o que revela “uma gradual mudança de comportamento da sociedade brasileira, que passou a aceitá-lo com maior naturalidade e a acessar os serviços de Justiça de modo a formalizar as dissoluções dos casamentos” (IBGE, 2015).

Recentemente várias empresas no Brasil lançaram um plano de benefício pagando 75% do congelamento de óvulos para as mulheres que estejam ocupando lugar de liderança no universo corporativo. A ideia é atrair e reter talentos. Uma vez que as mulheres estão exercendo a maternidade cada vez mais tarde, e outras que não desejam ser mães, o congelamento de óvulos surge como alternativa para conciliar vida profissional e pessoal.

De acordo com os dados do IBGE (2023), o total de mulheres com 30 anos ou mais que se tornaram mães no Brasil passou de 24%, em 2000, para 38%, em 2020 (4% são mães com 40 ou mais). Mas a maioria das mulheres ainda optam por terem filhos entre 20 e 29 anos (48,7%), embora tenha havido um desacelaramento em relação ao começo deste século, quando esta faixa etária respondia por 54,5%.

A igualdade desejada criou uma desigualdade em favor das mulheres, fazendo com que elas passassem a se tornar o sexo parental com mais direitos perante a lei, sendo alimentada pela permanência e reforço dos estereótipos de que a guarda deve ser exercida pela mãe, apesar de vermos casos em que os pais ficam com os seus filhos por critérios financeiros ou por decisão amigável entre as partes.

Atualmente, os pais separados reivindicam no Judiciário a guarda dos filhos, os homens brigam pelos direitos igualitários com a mulher, pelo direito do filho

de conviver com ambos os pais, visando ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Se foi possível definir o patriarcado pelo controle da fecundidade das mulheres e da divisão sexual do trabalho, o cenário nos últimos anos reflete a marca por uma dupla conquista feminina: o domínio de sua fecundidade e a divisão do mundo econômico com os homens, declara Badinter (1986, p. 188). O movimento feminista construiu e ofertou às mulheres um novo desenho na sociedade e foi um “acontecimento sobre o qual repousam o crescimento e a complexidade do sistema social. O movimento feminista terá assim tornado presente e visível o Feminino como corpo, como história, como cultura, como crise e como projeto”, assevera Oliveira (1991, p. 74). Partindo dessa observação, foram os homens que criaram o sistema patriarcal e sentem-se “hoje, constrangidos a dizer adeus ao patriarca, precisam reinventar o pai e a virilidade que vem dele. As mulheres, que observam esses seres mutantes com ternura, sustentam a respiração”, aponta Banditer (1993, p. 189).

Compartilhamos da ideia de Bolle de Ball (2001) quando afirma que seria interessante uma reflexão sobre a arte desse pai que se encarrega de cuidar dos filhos, pais presentes, autênticos, sem culpas, confiantes em seu insubstituível papel de pai. Seguimos nesse entendimento para melhor compreensão desse pai.

Vale considerar que os meios de comunicação de massa são agentes de socialização capazes de formar opinião, posto que têm grande alcance na transmissão de informações à longa escala num tempo reduzido e também o seu poder de entrar no imaginário das pessoas de forma ampla, pois os meios de comunicação tem um papel primordial na explanação e divulgação de novas ideias devido ao seu alcance, o que favorece na mudança de subjetividades do sujeito atalque passa horas logado nas redes sociais. No presente sentimos o quanto somos mais dependentes das tecnologias digitais e da própria mídia, pois as mudanças sociais e culturais passam necessariamente por essas fontes, criando novas tribos, articulando ideias, se deparando com resistências de grupos conservadores, mas também observando a movimentação de grupos que exigem transformações por um sistema mais igualitário.

Ao adentrarmos nos discursos veiculados pelas mídias jornalísticas, revistas e sites da internet, parece-nos possível visualizar e repensar as subjetividades paternas. Neste campo de saber, trazemos Hurstel (1999, p. 61), que aponta que

o pai como função simbólica encontra sua eficiência e sua lógica no campo de uma subjetividade estruturada na linguagem. O que ela pretende nos dizer é que os pais designados pela instituição e adeptos da função estão envolvidos nela, ao mesmo tempo em que a constroem pela linguagem (HURSTEL, 1999, p. 61).

Desse modo, participam da ação e da função, e, na realidade, se submetem a ela, transmitindo, de forma inconsciente, não apenas os valores, mas as crenças e a maneira de ser, o que nos faz crer que as mídias, escrita, televisão, sétima arte (cinema) e virtual compreendem os olhares contemporâneos sobre o comportamento dos pais, o que analisamos é o crescimento de perfis que discutem sobre masculinidades saudáveis e o papel e importância do pai na atualidade, sendo seguido por vários homens que desejam ocupar papéis sociais e familiares diferentes do modelo de paternidade que foi oferecido a eles em sua infância.

Através desses recursos de comunicação, encontramos na mídia representações dos discursos e dos comportamentos desejados e/ou desempenhados pelos homens, pais contemporâneos, na família e na sociedade. Torna-se claro, nesses discursos, as mudanças pelas quais passam as mulheres desde a época do movimento feminista. Entretanto, no que se refere ao masculino, os recursos e espaços de reflexão e aparição não são os mesmos, excluindo o período em que se comemora o dia dos pais, pois o que víamos de representação midiática do homem-pai era irrisório ou não aparecia quase nada. Ou seja, o que havia era um discurso apagado.

Parece-nos que essa ausência tem um significado: uma sincronicidade com o declínio da paternidade e do exercício da participação do pai no desenvolvimento do filho e na dinâmica familiar que falamos até aqui. Notamos que, da emancipação feminina para cá, essa ausência é notada no próprio discurso da mulher. É a mulher, então, quem traz o homem-pai à tona.

O que a mídia passa a nos transmitir é que a presença do pai é fundamental na vida dos filhos, não se restringindo à educação deles, mas, sobretudo, na imposição dos limites, da ordem e de leis, para que não haja barbárie (GALVÃO, 2021).

Uma propaganda do banco Citibank advertia: “crie filhos, não crie herdeiros”, o que revelava uma clara mensagem moral e ética. No processo histórico da paternidade, a ética sempre esteve em questão, presente e afirmativa, e não poderia ser posta a prova. Na Justiça francesa, por exemplo, por volta do século XVII, existia uma preocupação com a relação pai e filho, para que ela não fosse baseada

apenas nos bens e heranças.

O que a mídia nos mostra é que a ausência paterna pode acarretar tragédias sociais, como reportagens sobre guerras entre traficantes, torcidas violentas de times de futebol, corrupção policial, desvio de verbas públicas, assaltos e assassinatos; o que nos faz pensar se o que se revela como negativo são só efeitos motivados pela falta de uma referência paterna, ordenadora da vida em sociedade.

Mas daí surge um pergunta que urge responder: os homens mudaram com a emancipação feminina? Parece que o movimento feminista encuralou os jovens revolucionários de 1968, entraram na década de 1980 tontos, tanto pelo movimento feminista quanto pelas novas posturas que estavam sendo adotadas pelas mulheres, que cobravam coerência cotidiana com o discurso de igualdade e liberdade. Elas ganharam voz que, por muitos anos, tinha sido silenciada e/ou com pouco ou nenhum direito nas relações. Não havia mais espaço para um relacionamento sem direito às mulheres, no qual só os homens podiam mandar e desmandar.

O homem tão tipicamente latino começa sua gestação pela abundância de feminilidade, aquela a que ele se viu submetido na sua infância. Como a nossa cultura exigia dos homens a tarefa de prover as necessidades econômicas básicas da família, o homem-pai quase não tinha contato com os filhos, que foram crescendo criados pelas mães e suas prendas domésticas, transmissoras dos ensinamentos básicos de formação do futuro homem. Dessa forma, podemos perceber o quanto as mulheres contribuíam para o funcionamento e manutenção do sistema patriarcal.

Era muito contato materno e pouco paterno. As identificações fundamentais não são equilibradas, a criança quase não via o pai, e quando o via, ele se parece distante e inacessível.

Se houver um jeito que seja saindo pelo oposto, afirmando constantemente e até caricatamente o que se entende por ser masculino e ser homem, macho, homem, dominador, guerreiro, onipotente, senhor, ou seja, comportamentos que são fixados culturalmente nos homens e nas mulheres e que devem ser seguidos, assim será feito. Para Boudieu (1930),

Essa aprendizagem é ainda mais eficaz por se manter, no essencial, tácita: a moral feminina impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes ou aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina se inscrevem, assim, sob a forma de maneiras permanentes de se servir do

corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética.

A moral da honra masculina pode ser resumida cem vezes pelo informante através dos comportamentos, enfrentar, com a postura ereta (que corresponde à de um militar perfilado entre nós), prova de retidão que ele faz ver. Do mesmo modo, a submissão feminina parece encontrar uma tradução natural, se inclinar, abaixar-se, curvar-se, e de submeter, ser flexível e ser dócil.

Freud (2011, p. 268) declara que “masculinidade e feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto”. O autor aprofunda o pensamento na conferência XXII (1932-1936) sobre a feminilidade. Coelho (2013) pontua que, na conferência, Freud realiza uma crítica à definição da diferença sexual, no que concerne o estabelecimento de padrões de comportamentos para ambos os sexos. Freud (2010, p. 265-266) inicia o texto com o seguinte questionamento:

Ao deparar com um outro ser humano, a primeira distinção que fazem é “macho ou fêmea”, e estão habituados a fazer essa distinção com tranqüila certeza. [...] Vocês são convidados a familiarizar-se com a ideia de que a proporção em que masculino e feminino se misturam, no ser individual, está sujeita a consideráveis variações. Mas como, excetuando casos raríssimos, apenas um tipo de produto sexual – óvulos ou sêmen – se acha presente numa pessoa, vocês devem ter dúvidas quanto ao significado decisivo desses elementos e concluir que o que constitui a masculinidade ou feminilidade é uma característica desconhecida, que a anatomia não pode apreender. (FREUD, 2010, p. 265-266).

Ser homem e ser mulher está para além do órgão genital. Poderíamos notar mulheres com características ditas masculinas e homens com características ditas femininas. Mas, de certo modo, os encontros/entendimentos entre homens e mulheres foi ficando melhor. Com mais direitos, reconhecimento e respeito, as relações mudaram. Até pouco tempo atrás, os espaços públicos eram destinados aos homens – eles ainda são maioria, mas o feminismo vem lutando por uma igualdade dentro desse espaço também –, e no lar os homens eram apenas os provedores da família.

Em relação ao espaço privado, este se destinava exclusivamente às mulheres, a quem cabia cuidar da casa e da prole. Atualmente, a mulher trabalha fora de casa, ou até mesmo dentro de casa, assumindo mais compromissos, por isso precisa aceitar dividir tarefas com o parceiro. Com a ampliação do papel paterno, e os homens querendo apoiar diretamente na criação das crianças, esse está sendo o maior reflexo da mudança nas relações e na paternidade.

Contudo, ainda parece um desafio para a mulher permitir que o homem entre nesse espaço tradicional. Algumas mulheres ainda colocam esse espaço como uma atividade que só elas conseguem fazer, e, quando os homens fazem, terminam fazendo sem capricho ou mal feito, segundo alegam elas. Mas aquelas que não resistem a isso têm a chance de construir uma relação mais horizontal com um companheiro, o que faz com que a mudança seja benéfica para todos.

O homem parece estar confuso porque o modelo antigo já não atende mais às novas necessidades, porém o cuidado com o filho passou a ter um valor importante para a sua satisfação. Alguns pais vestem o uniforme do pai participante, que ajudou no parto, que troca as fraldas e leva os filhos à escola. Outros entram na pele do paizão amigo, que toma cerveja com o filho e deixa a filha dormir com o namorado em casa, já que esse direito em alguns casos era restrito ao garoto adolescente que podia expressar a sua sexualidade livremente, quase sem censura, o que ocorria de forma contrária no caso das meninas.

Ficou claro que a mulher conquistou espaço no mercado de trabalho, passou a falar e tratar de igual para igual com o homem, que o número de divórcios cresceu e as críticas ao modelo paternalista se intensificaram. Os pais, hoje, estão mais preocupados com a segurança do que com a autoridade. Principalmente na década de 1960, quando os homens jovens dessa geração ficaram apenas observando as transformações que ocorriam na vida das mulheres, como se eles fossem um sujeito à parte, e não acompanharam essas mudanças.

Hoje os homens se sentem meio perdidos no papel de pai e os seus filhos ficaram sem um modelo. Essa liberdade pode ser muito danosa, pois o papel ocupado pelos pais é fundamental para construção e desenvolvimento do sujeito, e, quando o lugar fica vazio, a criança fica sem referência/orientação, perdida, sem saber a quem recorrer.

A terapeuta de família Felzenswalb (2003) aponta que o desenvolvimento de uma criança marcada pela ausência do pai é mais grave ao filho que o excesso de sua presença. A autora afirma que o papel do pai na família ainda está sob tensão.

Ao perder o seu papel de provedor, ele ainda não conseguiu forjar um outro modelo de participação na vida familiar. Mas sua ausência é gravíssima. A quebra do vínculo afetivo com o pai promove sentimentos de abandono, de rejeição e culpa, colocando em risco a formação de novos vínculos, comprometendo futuras relações contaminadas pela insegurança (FELZENSWALB, 2003, p. 52).

Segundo Felzenswalb (2003), o mais importante é que o pai saiba que sempre terá, pelos menos, três importantes papéis na vida do filho: o de protetor, o de orientador e o de modelo. Ela pontua que, no relacionamento criado entre o pai e o filho, o mais difícil é saber a hora certa de entrar e sair, ou seja, que ele reconheça em que momento é preciso se afastar um pouco para avaliar melhor a situação. O pai precisa ser um diferencial na vida do filho, porque isso fará toda diferença futuramente. O pai é o representante do não, e, em maior escala, do mundo.

Dessa maneira, a inscrição social do ser humano é realizada através do exercício da paternidade. A falência desse exercício pode provocar um afrouxamento da Lei, o que nos faz remeter à concepção de que uma Lei existe para ser respeitada, a não ser que estejamos inseridos numa configuração perversa (GALVÃO, 2021).

Meireles e Sento Sé (2005) compartilham a questão da paternidade exercida numa idade em que, há um século, a maior parte dos homens já era avô, como se diz, um pai-avô. A paternidade na meia-idade não se assemelha em quase nada ao momento dos anos inconsequentes da juventude, quando, de filho, de repente, virou pai.

Souza (2002) informa que o homem, até quando se separa, mostra-se mais preocupado, pois podemos verificar que o número de pedidos de guarda paterna dos filhos aumentou nos últimos anos.

No quesito do compartilhamento de guarda de filhos, as Leis 11.698/2008 e 13.058/2014 surgem para tratar o assunto. A primeira Lei não foi totalmente considerada, no que se refere ao casal compartilhar a convivência, direitos e deveres com os filhos, pois continuou a posse da guarda sendo voltada quase exclusivamente à mãe, segundo o entendimento de vários juízes das Varas de Família. Já a segunda Lei, que foi alterada seis anos depois, trouxe o viés de obrigatoriedade, e o cenário começou, aos poucos, a mudar. De 90% da posse de guarda que eram entregues às mães, diante da cultura de muitos juízes de que criar filhos ainda fosse considerado uma responsabilidade da mãe, o percentual está na ordem de 69% em 2020, e já percebemos uma alteração no cenário.

O psicanalista José Inácio Parente (2006) defende que toda criança deve ter o direito e a necessidade de conhecer o pai e partilhar com ele o seu cotidiano, sentindo sua visão de mundo, e, com ela, sua maneira de viver o dia a dia, o amor e a vida. Segundo Parente, “os homens têm conquistado cada vez mais espaços

legítimos na família e na educação das crianças, porque está surgindo uma consciência maior do exercício do cuidado da paternidade” (2006, n.p.), que envolve a formação da personalidade dos filhos. O autor compreende que a luta pela guarda compartilhada deve ser simultânea à mudança que vem ocorrendo na nossa cultura, e que essa mudança se dará através da educação.

Ainda existem muitos ambientes que são historicamente femininos, e que os pais acabam não frequentando, como a escola. Hoje podemos observar a presença paterna junto à mãe nas consultas de seus pequenos filhos. Mas hoje é obrigatório que as escolas enviem para a casa de ambos os pais todas as notícias relativas à vida do filho na escola. Uma Campanha de Valorização do Cuidado Paterno, no seu terceiro ano, teve como tema “Pai, pode entrar!”. O real objetivo era estimular os homens a frequentar ambientes ainda hoje restritos às mães, como as reuniões escolares e o consultório médico.

Ruth de Aquino (2006) afirma que, de acordo com o artigo 1.593, do Código Civil, a paternidade socioafetiva é mais reconhecida do que a paternidade biológica e, em alguns casos, a legislação dá ao pai afetivo o direito de impedir que conste, na certidão de nascimento da criança, o nome do pai biológico. Esse é um direito adquirido por Lei, e que é estendido e visível a todos aqueles que desejam recorrer a essa lei. Aquino (2006) pontua, ainda, a existência de casos de jurisprudência nos Tribunais gaúchos que compreendem que um registro de nascimento deve atentar mais para a verdade afetiva e não se restringir à verdade biológica.

Isso nos mostra que o homem que acompanhou a gestação, que assistiu ao parto, e que é reconhecido pela criança e pela sociedade como pai, é mais considerado do que aquele que apenas forneceu o espermatozoide, sem desejar a paternidade. Toda uma conquista que dá ao homem a oportunidade de lutar por esse direito caso esse seja o seu desejo.

### **3.2 Paternidade e masculinidade**

Ao longo da história, a paternidade foi frequentemente associada a uma ideia de masculinidade rígida e dominante. Os homens eram vistos como provedores financeiros e mentores morais para seus filhos, enquanto as mães eram responsáveis pelo cuidado e criação dos filhos. Essa ideia de paternidade e masculinidade criou expectativas restritivas e limitantes para os homens, que muitas vezes se sentiam

pressionados a seguir um modelo de comportamento estereotipado e repressor de emoções.

No entanto, nas últimas décadas, houve um aumento na conscientização sobre a importância da participação paterna no desenvolvimento infantil e na promoção da igualdade de gênero. Isso levou a uma mudança na maneira como a paternidade é vista e vivida por muitos homens. Agora, a paternidade é vista como uma oportunidade para os homens se envolverem mais plenamente com seus filhos, demonstrando carinho e afeto e desempenhando um papel mais ativo na educação e cuidado dos filhos.

Essa mudança na concepção de paternidade tem implicações profundas para a ideia de masculinidade. Para muitos homens, a paternidade é uma oportunidade para se reconectar com um conjunto mais amplo de valores e habilidades, como empatia, compaixão e cuidado. Isso pode ajudar a romper com os estereótipos de masculinidade e criar novas possibilidades para a expressão da identidade masculina.

Dessa forma, podemos entender a nossa sociedade ocidental e capitalista como herdeira de um conjunto de concepções de mundo baseada no sistema patriarcal. A palavra “patriarcal” é antiga e utilizada para designar o poder que todo homem tem e que não dependia de nenhum outro, liderando um grupo familiar, tendo-os em seu domínio. Ao passar do tempo, foi mudando de sentido e recebeu uma interpretação feminista. Christine Delphy (2009), no *Dicionário crítico do feminismo*, define que “o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173, grifos da autora).

O sentido deixa de estar vinculado à paternidade, pois, segundo Pateman (2010, p.54), a interpretação do patriarcado como direito paterno teve como consequência elucidar o fato de que a família tem como origem a união entre marido e mulher. Vale salientar que os homens e as mulheres fazem um contrato de casamento – um contrato estritamente original, que passa a constituir o casamento e a família –, o que os torna marido e mulher antes de serem pai e mãe.

Aqui no Brasil a construção da sociedade tem alicerces fortes na herança patriarcal, uma vez que o poder masculino se impôs e o estereótipo do homem poderoso acabou tornando-se o padrão buscado na educação e socialização dos

meninos (NOLASCO, 1993). Então, o homem, para alcançar o padrão estabelecido, deveria possuir determinadas características e comportamentos, capaz de ser líder, provedor, decidido, ousado, sem medo, e principalmente, potente.

O modelo de masculinidade hegemônico dita que os predicativos da personalidade do homem devem ser forte, ativo, competitivo, provedor financeiro da família, machista, agressivo, viril e heterossexual (SEPARAVICH; CANESQUI, 2013). Segundo os autores, essa construção social da masculinidade constitui uma representação dominante que pode ser observada tanto em homens quanto em mulheres (MEDRADO, 1998; OLIVEIRA, 2005; SEPARAVICH; CANESQUI, 2013). A autoestima do homem deveria provir da sua virilidade, que estaria atrelada ao sucesso econômico-financeiro.

A produção da masculinidade é marcada por processos violentos e rituais que são utilizados para reconhecer ou não o lugar de homem. Como ponto central, a sexualidade claramente é um elemento indispensável, como um traço definidor da virilidade do homem. Nesse sentido, podemos contestar o medo que muitos homens têm de terem a sua sexualidade posta à prova, ou, até mesmo, serem comparados a homossexuais.

O medo extremo de ser comparado aos homossexuais recai sobre os meninos – o terror da discriminação, repercutindo em toda sua subjetividade, passando a gerar dor e sofrimento –, e contribui para o exercício de práticas violentas e nocivas para o próprio sujeito e a outras pessoas que não sejam heterossexuais, ou seja, a diversidade sexual vai sendo marginalizada. Assim, o homem que não tem a sua heterossexualidade reconhecida dentro de determinados padrões impostos para qualificá-la passará por uma série de ataques, podendo ter a sua masculinidade deslegitimada.

Nessa ótica, nota-se que o ser homem é composto pelo avesso do feminino, então ele precisa se distanciar de todos os atributos relacionados à mulher. Os atributos que compõem tradicionalmente o feminino são rechaçados quando mencionados para serem definidos no aspecto do masculino. Esse fenômeno é chamado de antropologia negativa.

Logo, a virilidade, em seu aspecto ético mesmo, enquanto quiddidade do vir, *virtus*, de uma questão de honra, relacionada ao princípio da conservação e do aumento da honra, são indissociáveis, pelo menos tacitamente, da virilidade física, que deve servir como uma das provas de potência sexual – defloração da noiva,

progenitura masculina abundante etc. – sendo esperadas de um homem que seja realmente um homem (BOURDIEU, 1930/2002).

Bustos (2005, p. 59) elucida que “O ideal do eu social com relação à masculinidade exige qualidades de Hércules. O perigo de ser visto como efeminado faz com que, desde muito pequeno, o homem esconda sua sensibilidade”. Isso nos leva a compreender que a masculinidade frequentemente esteve vinculada a valores e posturas do mundo patriarcal que vêm sendo perpetuados, primeiramente, através da educação e socialização e, posteriormente, por meio do contrato de casamento.

Para Bustos (2005), a cultura tem um papel importante no processo educativo desde muito cedo, induzindo condutas. As manifestações de carinho dirigidas aos meninos são totalmente diferentes daquelas dirigidas às meninas, como a maneira de segurar a criança, o tom de voz mais grave, os presentes recebidos (bola, carrinho para meninos *versus* boneca, casinha para meninas) e as palavras de estimulação reforçam tais comportamentos e muitas vezes exaltam a transgressão permitida: “Sem vergonha! Travesso!”.

A diferença dos genitais é o ponto de partida para as expectativas de comportamentos da cultura tanto para o homem quanto para a mulher. É por meio dessa diferença que se desenharão os contornos das subjetividades dos indivíduos (NOLASCO, 1993, p.41).

O tema referente à diferença dos genitais é frequente nos estudos feministas, e costuma aparecer através das críticas que buscam desnaturalizar a construção social dos papéis femininos e masculinos, evitando que se vinculem os genitais às expectativas de comportamentos, que visem à eliminação ou a minimização de estereótipos voltados para a construção de identidades.

É justamente por meio das interações sociais, por meio de exemplos e de imitação de comportamentos que meninas e meninos passam pelo processo de aprendizagem do que é ser homem ou ser mulher. Então, por meio das relações com o outro, as marcas de gênero vão se constituindo como um fator naturalizado e carregado de normas a serem seguidas. Esse processo contínuo, na família, na escola e em outros ambientes de convívio e atuação é que proporciona a aprendizagem do masculino.

Essa aprendizagem costuma acontecer em lugares monossexuados de homosociabilidade – espaços em que só homens participam –, mediante o convencimento de que, para ser homem, deve-se combater o que poderia ser

associado à mulher (GOMES, 2008, p.79).

Por essa via de sentido, a obrigatoriedade de combater uma grande parte do que está associado à mulher deve permanecer distante dos meninos, e o universo feminino está ligado à afetividade, sensibilidade e emotividade. Sobre isso, Nolasco (1993, p.40) disserta que “Um homem se faz sob sucessivos absolutos: nunca chora, tem que ser o melhor, competir sempre, ser forte, jamais se envolver afetivamente e nunca renunciar”.

Ser forte, seguro, viril, corajoso, competitivo. Os meninos precisam construir esse ideal imposto a eles, e crescem achando que não lhes é permitido falar de suas dificuldades. Os homens silenciam as suas angústias e emoções, pois falar e entrar em contato com elas deixaria a sua vulnerabilidade à mostra, e, com isso, a sua orientação sexual poderia ser questionada. Eles crescem achando que os outros são assim e, ao se descobrir diferentes do modelo padrão, sentem-se problemáticos.

Os meninos crescem orientados para assumir comportamentos voltados a performances intimistas, devendo para isso ser silenciosos e discretos quando falam sobre suas dificuldades, mas contundentes e expressivos quando falam dos méritos obtidos em conquistas amorosas e profissionais, mesmo que esses méritos sejam narrativas produzidas por suas fantasias (NOLASCO, 1993, p.43).

Oliveira (2004), em sua tese sobre a construção social da masculinidade, descreve que, como o poder simbólico é estruturante, a masculinidade impõe a seus agentes comportamentos que estão ligados a valores tradicionais, com o intuito de reforçar e manter esses valores que garantem

(...) as prerrogativas de poder frente às mulheres e aos outros homens, que não estão à altura de cumprir suas exigências e provar sua competência, enquanto reprodutores do regime de gênero, mediante a adoção dos comportamentos qualificados como tipicamente masculinos (OLIVEIRA, 2004, p. 195-196).

Simbólicos e estruturantes, esses valores ligados à masculinidade atuam como mantenedores das diferenças e das hierarquias entre homens e mulheres, e principalmente entre homens que conseguem cumprir essas exigências e provar competências sobre os demais homens. Assim, alguns deles passam a se sentir mais homens que os outros.

A masculinidade pode ser enaltecida em situações que levam a considerar ou possuir recursos esparsos em outras áreas, a sua condição de gênero – ser homem

é ocupar uma posição de dominação simbólica – que lhe dá vantagens, no universo corporativo, profissional, relacional, entre outros. Podemos perceber certo enaltecimento em cidades pequenas, comunidades religiosas fechadas, grupos de atividade bem definida (elites locais, militares etc.).

A exacerbação do comportamento masculino funciona, dessa maneira, como uma demonstração de prova para se obter os benefícios disponíveis mantidos pelo regime de gênero, ao que eles fizerem jus, mormente em situações em que o agente ou o grupo se resente de algum déficit real (caso dos homens de segmentos desfavorecidos), ou imaginário, em relação à economia de poder simbólico social. É como se existisse um modelo de masculinidade que funcionasse como controlador dos discursos e práticas cotidianos que não estejam diretamente associados aos valores e crenças vinculados ao masculino para que sejam abolidas. E os femininos, no mínimo, devem ser contidos ou controlados, como as demonstrações emotivas e afetivas (OLIVEIRA, 2004).

Esse modelo e padrão de homem exige um desempenho tão alto e uma posição no mundo que poucos conseguem alcançar, o que nos leva a crer que, tanto para as mulheres como para os homens, o papel estereotipado de comportamento masculino e feminino tem produzido mais dificuldades do que benefícios.

Mais uma vez a virilidade é utilizada como sinônimo de masculinidade. Mas os pesquisadores ressaltam uma distinção conceitual entre os dois termos, associando masculinidade com as características tradicionalmente atribuídas ao sexo masculino, e virilidade com a presença acentuada dessas características, “Assim, a primeira é uma definição modal, enquanto a segunda se relaciona à intensidade.” (GOMES, 2008, p. 71).

Ainda na infância os meninos são submetidos a modelos idealizados que apresentam corpos perfeitos e sexualidade avassaladora. Todavia, os meninos se definem por comparação: maior altura, mais virilidade e um tamanho maior do pênis, o que aparenta superioridade biológica. Já os mitos que circulam e pesam sobre as mulheres (emotividade, vulnerabilidade) têm sua contrapartida nos mitos que condicionam o comportamento dos homens (racionalidade, força).

Vale salientar que a real dificuldade se apresenta quando vemos esses mitos de forma binária e excludente, como se cada lugar estivesse preestabelecido, isto é, a força é dos homens e a vulnerabilidade é das mulheres. Bustos (2005, p. 81) sintetiza essa ideia ao dizer que “O problema é que força sem vulnerabilidade é

dureza, e vulnerabilidade sem força é fragilidade”.

Para Welzer-Lang (2013), a sociedade contemporânea, em especial o mundo industrial, continua mostrando um mundo viril, colocando as mulheres como as que se ocupam do cuidado dos filhos e invisibilizando a participação efetiva dos homens na família. Em sua pesquisa, ele percebeu que muitos homens, quando precisavam buscar os filhos na escola, precisavam mentir para os seus superiores, alegando por exemplo que iriam consertar o carro. O autor ressalva ainda que esse tipo de atitude ocorre mesmo no segmento de cuidado com filhos, observando que teve uma mudança mais rápida do que, por exemplo, o trabalho doméstico e a sexualidade.

É necessário destacar que essas definições de masculinidade e virilidade não buscam fazer afirmações e generalizações que enquadrem todos os homens dentro de um padrão único de comportamento – até porque isso não seria possível, diante da pluralidade de masculinidades –, de maneira de ser, agir e pensar. Por isso, hoje falamos de masculinidades. Os estudos feministas questionam a masculinidade hegemônica, que muitas vezes é confundida com o patriarcado, e, dessa maneira, buscam resgatar os direitos das mulheres e das masculinidades subordinadas ou subalternas.

A dominação masculina e o poder são temas constantes de estudos na literatura sobre relações de gênero. Porém, o que se percebe nos estudos literários acima descritos é que, “sem tratar os homens privilegiados como objeto de pena, devemos reconhecer que a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória.” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2003, p. 271).

Sobre isso, Kaufman (1995) disserta que

Existe na vida dos homens uma estranha combinação de poder e privilégio, dor e impotência. Em virtude de serem homens, gozam do poder social e desfrutam de muitos privilégios, mas a forma como nós montamos este mundo de poder provoca dor, isolamento e alienação a ambos, mulheres e homens. Isto não significa equiparar a dor dos homens com as formas sistemáticas de opressão das mulheres, só quer dizer que o poder dos homens no mundo, quando estamos descansando em casa ou andando pelas ruas, dedicados ao trabalho ou na marcha ao longo da história, tem o seu custo para nós. Esta combinação de poder e dor é a história secreta da vida de experiências contraditórias dos homens e do poder entre eles. (KAUFMAN, 1995, p. 1).

Compartilha Giddens (1993) que os homens são retardatários nas

transições que vêm acontecendo na sociedade e que eles, pela primeira vez, estão percebendo que

(...) possuem uma “masculinidade” problemática. Em épocas anteriores, os homens assumiram que suas atividades constituíam a “história”, enquanto as mulheres existiam quase atemporalmente, fazendo a mesma coisa que sempre fizeram (GIDDENS, 1993, p. 70, grifos do autor).

Fica evidente que a masculinidade hegemônica não consegue mais sustentar unicamente o seu poder e papel tradicional, e uma destradicionalização de gênero passa a ser discutida cada vez mais, com o objetivo de reconhecer uma democratização dos papéis plurais de masculinidade, mesmo que ainda em passos lentos. Tanto homens quanto mulheres estão assumindo cargos e papéis que antes eram demarcados de forma exclusiva a estas ou aqueles. Dessa maneira, a divisão do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos e pessoas doentes na família baseada nos papéis sexuais vem se tornando infrequente na distribuição desses afazeres, podendo ser feitos por qualquer pessoa, independente do seu gênero.

Analisando as percepções e apresentações masculinas, fica evidente o processo de transformação “que já toma, consistentemente, a direção do vetor da destradicionalização e da democratização dos valores de gênero” (MATOS, 2005, p. 111).

Cabe ressaltar que ainda temos muito a ser realizado, e que o trabalho será intenso para compreender a necessidade de reformulação de certos aspectos voltados aos papéis de gênero, e que essa diversidade de comportamento, de participação e de vivência da masculinidade e da paternidade é muito grande.

### **3.3 A nova identidade do pai nas responsabilidades familiares**

Segundo Parsons (1956), a família era assegurada pela figura masculina através do trabalho fora do seu lar, o que garantia o sustento da mesma. Este papel era considerado o mais importante dos diversos que caracterizavam a vida adulta e a principal fonte de renda e necessidades para a família. Contudo, o papel do pai tem vindo cada vez mais se diferenciando daquele que era antes conhecido no modelo de família tradicional.

As mudanças assistidas ao nível da globalização e, anteriormente, da

revolução industrial, contribuíram para fazer surgir novos padrões de papéis e estilos de vida, e, por este motivo, a vida privada ganhou novos contornos, e a estrutura doméstica passou a se organizar de acordo com as transformações da esfera profissional e social.

Hoje presenciamos um pai presente que procura não ser um elemento externo, mas um agente ativo na vida dos filhos. Os seus interesses e investimentos surgem interligados ao amor e ao orgulho que sentem por aqueles que dependem deles, e da maneira como esses pais se posicionam nas relações com os seus filhos. Wall, Aboim e Cunha (2012) compartilham que, sobretudo através da criança, enquanto portadora de uma “nova instrumentalidade” para homens, nós podemos perceber despontar sinais de mudança. Nesse sentido, Cordeiro (2013) afirma que o pai de hoje investe nas emoções e nas relações, passando a ideia de uma figura paterna afetiva.

Então, urge responder a seguinte pergunta: seria possível falar do surgimento de um “novo pai”, dadas as configurações históricas, sociais e culturais em que nos encontramos? A psicanalista e pesquisadora Edna Maria Galvão (2021) afirma que sim, que estamos diante de “um novo pai”, pensando nessa figura como uma instituição sociocultural, que sofreu e sofre mudanças constantemente, dado o contexto em que se apresenta. Segundo Galvão (2021, p. 5), a função desse “novo pai” está relacionada “à lei do parentesco, à palavra daqueles que a representam e não ao autoritarismo ou a uma posição social de poder”, como foi outrora.

Pensando na paternidade, a pesquisadora atribui ao pai tanto a prática ou o cargo que ele desempenha nesse papel, como também no sentido de conjunto de obrigações que ele deve exercer enquanto agente social. Assim sendo, “A referência à figura paterna tem como característica a autoridade que estrutura a dinâmica familiar” (GALVÃO, 2021, p. 5), isto é, o pai é aquele que estabelece limites e determina a lei na família.

Portanto, ao pensar a paternidade, a autora defende que esta cumpre uma função social reguladora, podendo ser desenvolvida por qualquer um dos membros familiares. Para ela, diferentemente da maternidade, que estaria no campo do sentir, a paternidade é uma construção sociocultural desenvolvida no cotidiano da relação entre pai e filho(s). Nessa concepção, a paternidade, além de uma necessidade social, é também um produto do meio, e, como é construída na relação afetiva e efetiva entre a figura paterna e seus filhos, é também uma construção subjetiva, singular.

Nessa perspectiva, a paternidade, embora sirva a um propósito regulador, não poderia ser padronizada, posto que é construída na inter-relação familiar e permite a cada sujeito que a exerce ter sua própria singularidade. Dessa forma, cada pai é único, enquanto sujeito, e a paternidade vai sendo definida de acordo com a subjetividade de cada pessoa que ocupa a posição de cuidado e no intercâmbio da troca afetiva com os filhos.

O que podemos observar é que o exercício da paternidade tem seguido caminhos diversos ao longo de todos esses anos. Hoje encontramos pais que estão procurando criar outro modo de relacionamento com os seus filhos, desenvolvendo uma relação mais próxima afetivamente com eles, buscando se diferenciar do modelo tradicional de paternidade que foi vivenciado com os seus próprios pais (BUSTAMANTE, 2005; RAMIRES, 1997).

Os pais que, por ventura, tiveram um relacionamento frio e distante com os seus pais na infância, optam, hoje, por comportamentos extremamente diferentes, interessados num relacionamento afetuoso com os seus filhos. Apesar de muitos pais desejarem dividir o cuidado do filho com a mãe, ainda recai sobre eles a cobrança do papel de provedor, que é enxergado como a principal responsabilidade do homem (SILVA & PICCININI, 2007; TRINDADE & MENANDRO, 2002).

Segundo Ramires (1997), a partir do momento em que o cuidado do filho for representado pelo pai e pela mãe, as crianças vão aprender desde muito cedo um novo modelo de relação, que não seja pautado nos papéis e hierarquias de gênero “mas sim na cooperação e complementação” (RAMIRES, 1997, p. 115).

A estrutura das crianças se estabelecerá de forma diferente por perceberem que a lógica de um pai que manda e uma mãe que obedece não se aplica mais, visualizando dois adultos de sexo e gênero diferentes que participam do cuidado, se complementando e compartilhando, de forma igualitária, as responsabilidades e os cuidados com o filho. Para Ramires (1997) essa mudança irá produzir uma alteração no Complexo de Édipo, pois as diferenças de sexo e idade não continuarão sugerindo uma hierarquia e poder de uns sobre os outros.

Divergindo do papel tradicional de pai provedor, pesquisadores reconhecem que o pai desempenha, além desse, diversos outros papéis dentro da família, cuja importância relativa pode variar de acordo com o momento histórico e cultural de que fazem parte, e que, por isso, carecem de avaliação, por temos um pai que sofre variações. Esses pais são dotados de características como companheiro,

provedor, providenciador de cuidados, esposo, protetor, modelo, guia moral, ensinador e chefe de família (LAMB; TAMIS-LEMONDA, 2003).

Por essa visão, o pai pode e se compromete com o filho de diversas maneiras, não apenas como provedor e modelo sexual a ser seguido. O que importa é a qualidade da relação pai-filho, que demonstra ser muito mais rica e essencial do que o papel e modelo sexual desempenhado anteriormente pelo pai.

Lamb e Tamis-Lemonda (2003) chamam a atenção para a influência que os pais exercem sobre os seus filhos, declarando que essas influências, sejam elas diretas ou indiretas, são as chaves para uma compreensão abrangente da paternidade. Se existe um pai que faz parte da conjuntura familiar, que ele possa se fazer presente na relação com os seus filhos.

Portanto, ser pai difere de cultura para cultura, existindo diferentes valores, normas e crenças definidas para o comportamento considerado “normal” para o papel de pai (PEREIRA; GOES; BARROS, 2015). Por conta disso, preferimos falar em paternidades – no plural –, dada a multiplicidade de sentidos que esta pode adquirir, a depender do contexto e da cultura em que se apresenta e da experiência subjetiva de cada pessoa que desempenha o papel de pai, pois o ser pai também pode variar de indivíduo para indivíduo (OLIVEIRA; TRINDADE, 2015).

Oliveira e Trindade (2015, p. 31) definem a subjetividade como “aquilo que pertence e singulariza cada sujeito, passando por sua história pessoal e coletiva, além da multiplicidade de estímulos a que ele está sendo exposto.” Nessa perspectiva, a singularidade envolve aspectos culturais, históricos e políticos da vida do sujeito e se manifesta por meio da forma como ele sente e dá significado a essas experiências, não sendo algo estático. Pelo contrário, a subjetividade é movimento, é elástica e está sempre em processo de mudança e ressignificação pelo sujeito.

Pensando desta maneira, pode-se dizer que o processo de subjetivação se dá a todo o momento, pois o homem o tempo todo está envolvido em relações de poder e se expressa e é influenciado através do discurso. Mas não é só através dessas relações de poder que se dá a subjetivação. Este processo é possível através de todas as práticas em que este homem está inserido, desde aquelas em que ele mesmo é ator principal, até aquelas em que ele é um mero espectador que sofre apenas influências do meio externo, passando por sua história pessoal e coletiva, além do meio cultural em que este vive. (OLIVEIRA; TRINDADE, 2015, p. 31)

A subjetividade, então, é heterogênea, isto é, não é formada por um único ou principal fator, mas por vários deles, que continuam a ocorrer ao sujeito

diariamente, passando por sua significação constantemente. Além disso, uma experiência marcante para a pessoa pode posteriormente ser compreendida de forma diferente, e o sujeito pode ressignificá-la e atribuir-lhe novos sentidos ao revisitar suas memórias, o que está em constante mudança. Dessa forma, a subjetivação das experiências por cada sujeito, por cada homem-pai ou qualquer outro membro da família que desempenhe o papel de pai é constituída não apenas pelos valores e regras sociais do que se espera da paternidade e pela cultura e contexto histórico em que se encontra, mas também pela forma como cada indivíduo entende e vivencia a paternidade.

A partir da reflexão, da contemplação e da internalização dos eventos que lhe ocorrem é que a subjetividade vai ganhando contornos no/para o sujeito. Oliveira e Trindade (2015, p. 32) argumentam que “essa contemplação significa uma disposição natural para um entrelaçamento do sujeito com os acontecimentos do mundo, e desse entrelaçar nasce o subjetivo”.

Nesse íterim, dado o contexto social e histórico da chamada era pós-moderna, era da informação e das mídias digitais, do mundo globalizado, o ser humano muitas vezes se vê diante de um cenário que se configura como caótico, instável, fragmentado, onde valores e discursos antagônicos se encontram (SILVA; MACEDO, 2012). Essa conjuntura contribui para um processo de subjetivação um tanto confuso, e o sujeito muitas vezes fica em estado de atordoamento e angústia por falta de referências.

Passamos, nesse momento, por uma mudança de paradigmas, que causa quebras e fissuras em modelos antes muito bem definidos e cristalizados, que agora são questionados (SILVA; MACEDO, 2012). A masculinidade e a paternidade não poderiam passar incólumes por isso, uma vez que

O que por um lado pode ser considerado um ganho para a democracia, por outro revela também um processo de enfraquecimento das velhas estruturas sociais. O que leva de certo modo a uma perda de referências, já que o questionamento das instituições de outrora indica também uma fraqueza por parte destas no que tange a influenciar a sociedade atual. Esta questão se revela como um estado de transição em que uma visão de mundo morre enquanto outra nasce e neste íterim as subjetividades ficam marcadas por ambas as visões transitando freneticamente entre elas sem se ater a nenhuma delas. (OLIVEIRA; TRINDADE, 2015, p. 33)

Sobre isso, Silva e Macedo (2012) constatam que o indivíduo do sexo masculino está passando por uma “crise da masculinidade”, pois “Se, antigamente, a

masculinidade era caracterizada por poder, força e virilidade, hoje em dia são diversas as definições que se cruzam para dar conta do que é ser homem” (p. 205). Os autores constataam que, diante da possibilidade de múltiplas masculinidades, há tensões geradas pela coexistência de posições dicotômicas sobre a masculinidade na atualidade, e muitos homens são sabem como ser/agir com a perda do modelo tradicional do patriarcado.

Sobre as diversas formas de exercer a paternidade e ser homem, propomos algumas reflexões sobre novos modelos que passsam a existir em nossa cultura devido a essas muitas mudanças ocasionadas na nossa sociedade, posto que é inegável que o papel do pai tem sofrido uma enorme reconfiguração à medida que o mesmo se depara com transformações sociais abrangentes, que determinam sobre ele uma nova postura.

A grande primeira transformação diz respeito ao casal “duplo emprego”. Pode-se dizer que este novo fator obrigou os homens-pais a reconstruir o seu lugar na vida privada e em novas formas de participação na esfera doméstica e nos cuidados parentais.

É na partilha conjugal que por vezes muitos homens encontram o seu lugar no cotidiano doméstico, “nas compras, na cozinha e nos cuidados com os filhos” (WALL; ABOIM; CUNHA, 2010, p.70). Encontra-se hoje em dia um número significativo de homens-pais que assumem as responsabilidades domésticas e parentais. Mesmo que para muitos ainda seja desafiador, o pai hoje apresenta-se fortemente como um pai presente, educador e mais participativo nas responsabilidades familiares.

A conciliação família-trabalho é uma condição da vida adulta que diz respeito a todo agregado familiar em diferentes contextos familiares, o que pode ser bem difícil e complexo de se gerir. Ainda hoje homens e mulheres dedicam-se longas horas para a jornada de trabalho profissional, o que implica desgastes, em níveis físicos e emocionais por causa do estresse do dia a dia. Por essa razão, um dos aspectos típicos de preocupação comuns no casal é a gestão da carreira e da família e suas respectivas conciliações. Em consequência dessa falta de tempo, tanto homens quanto mulheres acabam terceirando uma parte da educação dos filhos para escola, babás e outros cuidadores.

As mudanças ocorridas e identificadas não se referem apenas a um homem mais participativo nas tarefas domésticas. No que tange as responsabilidades

parentais, também estamos acompanhando as grandes mudanças por parte dos homens-pais. Ao analisarmos alguns estudos sobre as competências nos cuidados com as crianças, verificamos que cada vez mais a conjugalidade é construída em torno de práticas alicerçadas no companheirismo, na igualdade e na negociação, que se manifestam também, e conseqüentemente, no cuidado com os filhos.

Nesse sentido, “a criança passa a ser hoje um elemento progressivamente apropriado pelos homens na construção de uma masculinidade mais afetiva” (AMÂNCIO, 1994). Até então, deixamos de assistir novamente a um pai autoritário, distante e castigador para observar a marca da presença de uma nova imagem de pai presente, educador e afetivo.

Como afirmar Amâncio (1994), podemos garantir que os filhos são um dos principais agentes de mudança, pois são eles que solicitam a presença e o companheirismo do pai, vindo a derrubar as hierarquias e as distâncias do modelo tradicional de relação pai-filho.

Para além da interação social, o formato comunicacional e o envolvimento afetivo têm impactos importantes para o desenvolvimento cognitivo e na motivação com que a criança consegue abordar os deveres que a vida lhe apresenta. É com essa interação que se constitui a estrutura das suas relações sociais futuras (BALANCHO, 2001).

Vale salientar que não é apenas o tipo de estrutura familiar que tem um impacto importante na vida da criança. Apesar do grau de relevância presente nas relações primárias, as relações secundárias também são importantes, sem falar na competência que cada sujeito pode apresentar.

O tempo passado em conjunto e o tipo de atividades que os pais desenvolvem com os seus filhos deixam marcas significativas. Receber amor e carinho do pai e da mãe tem, para a criança, um efeito positivo sobre a sua felicidade, bem-estar, sucesso social e escolar. Esses efeitos se revelam desde a primeira infância. Todavia, o amor, e, em particular, a ideologia de amor romântico como fonte de legitimação do casamento contemporâneo, tem as suas conseqüências e está relacionado com a estrutura das relações sociais e de parentesco (SARACENO, 1997).

Com a chegada de um filho à família, inevitavelmente o trabalho será acrescido dos cuidados que a criança precisa, alterando a vida e a rotina do casal. À essa altura, faz-se importante existir uma relação mais amorosa, partilhada e

comprometida no contexto em que pais cuidadores são suscetíveis a aprender e praticar (BRADFORDE; HAWRIM, 2006).

Tornar-se pai é um processo de transição que envolve o nível psicológico, o físico e o espiritual, sendo esse processo influenciado pelo contexto social em que os pais estão inseridos, e também na experiência que esse pai teve com o seu pai. É justamente por esse motivo que se fala de um envolvimento paterno, não só em benefício da mãe e da criança, mas também para o benefício do próprio pai e o seu pontencial para desenvolver a sua própria identidade (JULÉMONT, 2006). É nesse contexto que vale ressaltar as mudanças em curso na paternidade.

Enxergamos que o antes representante do autoritarismo abre agora espaço para um novo esboço de ser pai, que seja mais presente, cuidadoso e afetivo, isto é, um homem-pai que acompanha os avanços sociais e culturais, mesmo que venha a resistir ou negar determinadas mudanças e transformações. E as novas formas de se enxergar a paternidade só foi possível em decorrência das diversas transformações sociais e do crescimento da valorização da individualidade nos relacionamentos familiares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Objetivamos analisar as mudanças da/na paternidade ao longo da história, com o intuito de compreender e esclarecer quais foram as mudanças sociais e históricas que acarretaram rupturas no modelo tradicional de pai, proporcionando o surgimento de novos modelos de paternidade na atualidade. Para tanto, buscamos identificar na literatura atual, especificamente nas áreas da Psicologia e dos estudos sobre sexualidade, identidades e papéis de gênero, para apontar quais as mudanças mais significativas que incidiram sobre a paternidade.

Observamos que, nos dias atuais, as mudanças ocorridas na família estão relacionadas à perda da tradição, que estão transformando de modo significativo a autoridade patriarcal e a divisão dos papéis baseada no gênero. Com as contestações dos papéis tradicionais de autoridades dos homens-pais para com os filhos e do homem sobre a mulher, tais modificações passaram de um extremo a outro, isto é, do excesso de autoridade patriarcal para total permissividade. Pais que sentem dificuldades em colocar limites nos seus filhos, sentindo-se culpados pelo curto tempo que passam com eles devido a longas jornadas de trabalho, ou o desejo de poder

ofertar tudo que não tiveram. As questões que antes eram preestabelecidas, hoje são alvo de negociações, o que é aplicado em algumas famílias em que todos os membros participam ativamente das propostas, tendo os valores claros e bem firmados, analisamos que filhos discordam dos pais sem receios, tendo a sua visão de mundo discutida, mas em determinadas situações respeitada.

Isso nos faz questionar qual a importância da figura do pai para os filhos e para a família e como sua ausência pode acarretar problemas tanto a nível familiar quanto social, posto que a lei está ligada à imposição de limites e estabelecimento de leis que regulam os indivíduos e a sociedade. Podemos, então, afirmar que a paternidade não deixou de existir, mas encontra-se em processo de transição.

A figura do pai, que antes se apresentava de forma distante dos filhos, autoritária e provedora de necessidades materiais da família, hoje é vista como essencial e imprescindível ao desenvolvimento emocional da criança. Essa figura paterna pode ser desempenhada por outra pessoa da família, não apenas o homem-pai, pois, dependendo do formato dessa família, já que nem todas são compostas por um homem-pai e uma mulher-mãe, outros membros familiares podem passar a exercer essa função na vida psíquica da criança. Além disso, o pai é totalmente capaz de assumir papéis e tarefas até então não enxergados pelos homens, antes mantidos como deveres exclusivos da mulher-mãe. As novas configurações familiares que estabelece direitos civis sem distinção nos apresenta o quando a família homoafetiva tornou-se uma realidade cada vez mais presente no dia a dia da escola, reuniões de trabalho, o que garante uma mudança social e familiar pluralizada.

Influenciado pelas transformações que a Igreja, O Estado, a Revolução Francesa, as Grandes Guerras, a Revolução Feminista, o Movimento LGBTQ+ e o sistema patriarcal trouxeram para a família e, conseqüentemente para a paternidade, enxergamos que o antes representante do autoritarismo e chefe de família abre agora espaço para um novo esboço de pai, exigindo que este seja mais presente, cuidadoso e afetivo, isto é, um homem-pai que acompanha os avanços sociais e culturais, mesmo que venha a resistir ou negar determinadas mudanças e transformações. Este é o fruto de todas as mudanças que a configuração familiar sofreu ao longo dos tempos.

Após as Grandes Guerras, o mundo mudou, as mulheres mudaram, as ideias feministas ganharam proporção e se expandiram, e os padrões estereotipados de comportamentos machistas, além de não serem mais aceitos, não se sustentam

mais em uma organização social que mudou também em função da atual ordem econômica ocupada por homens e mulheres, apesar do salário delas ainda ser menor quando comparado ao deles. O homem se manteve no papel de provedor até o final dos anos 1960, e segue em alguns casos ocupando essa posição, mas não da mesma forma que antes.

O duelo entre as identidades do pai e da mãe dá-se pela busca da equidade de gênero, seja dentro da dialética *homem x mulher*. Essa dialética é um modo de pensar que privilegia as contradições da realidade e permite que o sujeito possa compreender que ele é agente ativo do processo de transformação, criando e alterando novas formas de ser e pensar no mundo e principalmente nas relações sociais e amorosas, de forma subjetiva.

A partir do que foi construído aqui, pensamos que, se houvesse uma receita a ser seguida para educar uma criança, pelo menos dois itens deveriam compor essa lista: o modelo e o discurso. O que teria mais valor: a palavra ou o exemplo? Essas problematizações envolvem, principalmente, a figura masculina, que representa a lei para a criança e norteia o comportamento dos filhos, pelo simples fato de que a figura paterna é sempre apresentada em modelos de referências, seja no discurso, seja no exemplo.

A identidade da criança é construída a partir de um modelo, mas só dar bons exemplos não garante tudo, e é aí que a palavra também ocupa um espaço, desde que seguida de um comportamento. As famílias que têm mais sucesso na educação dos filhos são justamente aquelas que conseguem manter os limites no discurso e na prática. Os exemplos são tudo que os pais podem oferecer. Então, é fundamental que o pai tenha lisura e seja confiável. O pai não deve ser mentiroso, pois quando o filho descobrir, pode ter a sensação de que não pode confiar em ninguém. Assim, um comportamento negativo pode ter efeitos nefastos na vida do filho.

Em suma, verificamos que o material e a análise científica e psicanalítica sobre o as mudanças de sentidos nas figuras maternas e paternas dadas as novas configurações familiares e mudanças sociais atualmente são vastas, o que favorece a pesquisa sobre o tema. Para além de um papel sexual, a paternidade e a maternidade devem ser pensadas e estudadas numa perspectiva que abranja as contradições do ser, a diversidade sexual, a busca pela equidade de gênero e as tensões sobre as várias formas de ser, sentir e pensar de homens, mulheres – e de

outras identidades de gênero para além desse par, a que devemos reconhecer e dar visibilidade – numa tessitura social complexa, tanto a nível psicológico quanto social.

Nesse contexto, surgem novas perguntas oriundas da reflexão trazida por nós aqui, que pode nortear futuras pesquisas dentro dessa temática, no sentido de promover maior debate e conhecimento a paternidade, bem como de outras temáticas a ela ligadas, como maternidade, a feminilidade, a masculinidade e a construção de identidades e papéis de gênero nas novas conjunturas e demandas sociais.

Assim sendo, podemos visualizar que o patriarcado passou por processos de mudanças desde as últimas revoluções citadas na pesquisa. No governo Bolsonaro tivemos um movimento forte aliado as ideias do patriarcado no slogan pátria, deus e famílias, colocando essas discussões em evidência ganhando apoiadores com pensamentos conservadores que anulam configurações familiares que não fazem parte da lógica patriarcal. Como a paternidade e maternidade são performadas em configurações familiares diversas, como as monoparentais e as homoafetivas? Como as relações de poder e a dominação masculina ainda subjuga mulheres e outras minorias sociais, apesar de todas as conquistas sociais desses grupos? Como a padronização de corpos ainda é um modo de nutrir e estabelecer padrões tradicionais de papéis de gênero e como isso influi na psique de homens e mulheres?

Sabemos que a cultura está em constante transformação, ao mesmo tempo em que se tenta manter valores e tradições, sendo realmente um desafio a inclusão de grupos historicamente apagados e marginalizados, como é o caso das mulheres. De toda forma, e acima de tudo, as paternidades, as masculinidades, as identidades e papéis de gênero devem ser sempre pensados no plural, dada a multiplicidade de modelos existentes na nossa cultura, respeitando a diversidade e guiando-nos sempre pela busca da equidade de gêneros.

Reiteramos a necessidade de enfrentamento constante ao machismo normalizado na nossa sociedade e internalizado na nossa psique, abrindo mão de privilégios – no caso de grupos favorecidos pelas dinâmicas de poder entre diferentes grupos, como é o caso dos homens cisgêneros brancos, heterossexuais e cristãos –, para que todos os grupos sejam assistidos em seus direitos fundamentais básicos, visibilizados, ouvidos e participantes ativos politicamente.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, José Luís Ferreira. **As vicissitudes da clínica psicanalítica com crianças no século XXI: considerações técnicas no contexto brasileiro**. 2012. Tese de Livredocência, - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.
- ALMEIDA, Angela Maria Menezes de. Feminilidade: caminho de subjetivação. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte , n. 38, p. 29-44, dez. 2012 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372012000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372012000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 27 jul. 2023.
- AMÂNCIO, Lígia. **Masculino e feminino: a construção social da diferença**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- ANDRADE, Raylla; COSTA, Nina; ROSSETTI-FERREIRA, Maria. Significações de Paternidade Adotiva: um estudo de caso. **Paidéia**, n. 16, p. 241-252, 2006.
- AQUINO, Ruth. **Pais e filhos na era do DNA**. Revista Época, Rio de Janeiro, 27 nov. 2006.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1986.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BALANCHO, Maria Leonor Janeiro Segurado de Falé. **O novo papel do pai na educação dos filhos**, Tese (Mestrado em Psicologia Educacional) - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2001
- BAUER, Carlos. **Breve História da Mulher no Mundo Ocidental**. São Paulo: Edições Pulsar, 2001.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo – a experiência vivida**; tradução de Sérgio Millet. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BEIRAS, Adriano. **A negociação de sentidos sobre masculinidades e paternidades em contextos populares de Florianópolis**. 2007. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90787>. Acesso em: 05 maio 2023.
- BOLLE DE BAL, Marcel. Da revolta contra os pais à revolta dos pais. In: ARAÚJO, José Newton Garcia. SOUKI, Lea Guimarães; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (Org.). **Figura paterna e ordem social: tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas**. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2002, p. 41-57.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Edições 70, 2011.

BRADFORD, K. P., & HAWKINS, A. J. **Learning competent fathering: A longitudinal analysis of marital intimacy and fathering**. *Fathering: A Journal of Theory, Research, and Practice About Men As Fathers*, n.4(3), 2006, p.215-234.

BRASILEIRO, R. F., JABLONSKI, B. B., & FERES-CARNEIRO, T. **Papéis de gênero, transição para a paternidade e a questão da tradicionalização**. *Psico*, 2002, n.32(2), p.289-310.

BRUCHINI, M. C. A., & RIDENTI, S. **Família, casa e trabalho**. *Cadernos de Pesquisa*, n.88, 1994, p.30-36.

BUSTOS, Dalmiro. **Manual para um hombre perdido: ek hombre del siglo XXI y su identidade**. Buenos Aires: Letra Viva, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. vol. II. "O poder da Identidade"**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CLÍMACO, Danilo de Assis. **Tráfico de Mulheres e Negócios de Homens: Leituras Feministas e Anticoloniais sobre os Homens, as Masculinidades e/ou o Masculino**. Tese (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CONNEL, Robert W.; **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1. Jan./abr. 2013.

CORDEIRO, Mário, **Vou ser pai: o guia de gravidez para os homens que as mulheres também deveriam ler**. Lisboa: Editorial, 2013.

CORNEAU, Guy. **Pai ausente filho carente**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COSTA, N. R. A., & ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Tornar-se pai em um processo de adoção tardia**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, n.20(3), 2007, p.425-434.

DELPHY, Christine. **Patriarcado. Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUPUIS, Jacques. **Em nome do Pai: uma história da paternidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1989.

FARIA, Durval . **O pai possível: conflitos da paternidade contemporânea**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2003

FEIN, R. (1978). **Research on fathering: social policy and emergent perspective.** Journal of Social Issues, v.34, n.1, 1978, p.122-135.

FELZENSZEWALB, Miriam. **Paternogênese: os efeitos da exclusão do pai no desenvolvimento da personalidade e na dinâmica familiar.** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Programa do Instituto de Medicina Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FLESLER, Alba. **A psicanálise de crianças e o lugar dos pais.** Tradução: Eliana Aguiar; revisão técnica: Teresinha Costa. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino et al. **Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor.** Rev. Saúde Pública, v.43, n.1, 2009, p.85-90.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 2: estudos sobre a histeria (1893-1895).** São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905).** São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923) / Sigmund Freud; tradução Paulo César de Souza — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.**

FULLER, Norma. (Org.). **Significados y prácticas de paternidad entre varones urbanos del Perú.** In: *Paternidades en América Latina.* Lima/Peru: Pontificia Universidad Católica Del Perú, 2000, p. 35-89.

GALVÃO, Edna Maria. **Paternidades no século XXI: aspectos históricos, contribuições da educação e da psicanálise.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

GIDDES, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Romeu. **Sexualidade masculina, gênero e saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

HIRATA, Helena. **Cuidado em domicílio na França e no Brasil.** In: ABREU, ALICE; HIRATA, Helena; Lombardi, Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil: perspectivas interseccionais.* São Paulo: Boitempo, 2016.

HURSTEL, Françoise. **As novas fronteiras da paternidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do registro civil 2016**. Dados sobre o crescimento consecutivo do número de divórcios. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do registro civil 2021**. Dados sobre o crescimento consecutivo do número de divórcios. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

JULÉMONT, Ghislaine, “**Men and families. Men’s changing family roles in Europe**”, COFACE; Belgian Institute for Gender Equality; European Community. 2006. Disponível em: [https://igvm-iefh.belgium.be/sites/default/files/downloads/men\\_%20and\\_families.pdf](https://igvm-iefh.belgium.be/sites/default/files/downloads/men_%20and_families.pdf). Acesso em: 01 maio 2023

JULÉMONT, Ghislaine. “**Men and families. Men’s changing family roles in Europe**”, COFACE; Belgian, 2006.

KAUFMAN, Michael. **Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres**, 1995. Disponível em: <https://www.michaelkaufman.com/wp-content/uploads/2008/12/los-hombres-el-feminismo-y-las-experiencias-contradictorias-del-poder-entre-los-hombres.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.

KEIJZER, Benno de. **Paternidades y transición de género**. In: FULLER, Norma. *Paternidades en America Latina*. Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Peru, 2000. p. 215-240.

LERNER, Gerda, 1920 – 2013. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LESKINEN, M.: “**Educación una clave hacia la igualdad**”, *Revista Observatorio Social*, núm. 5, 2004.

LEWI-STRAUSS, C. **Prefacé**. In *Histoire de la famille*. (pp. 10). Paris: GLF, 1994.

LLAMB, M. E., & TAMIS-LEMONDA, C. S. **The Role of the Father: An introduction**. In *The Role of the Father in Child Development*, (pp. 01-31). New Jersey: John Wiley & Sons, 2003.

MARCONI, M. A.; LARKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARINHO, Sofia. **Paternidades de hoje: significados, práticas e negociação da parentalidade na conjugalidade e na residência alternada**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de

Lisboa, 2011.

MATOS, Marlise. **A democracia não deveria parar na porta de casa: criação dos índices de tradicionalismo e destradicionalização de gênero no Brasil.** In: Araújo, Clara; Scalon, Celi (org). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MODAK, Marianne; PALAZZO, Clothilde. **Les pères se mettent en quatre! Responsabilités quotidiennes et modèles de paternité.** Lausanne: EESP, 2002.

MORAES, M. L. Q. **A nova família e a ordem jurídica.** Caderno Pagu, n.37, 407-425, 2011.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MUSSKOPF, A.S. **Quando Sexo, Gênero e Sexualidade se Encontram.** Revista da Unisinos, 2008.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLAVARRÍA, José. **Ser padre en Santiago de Chile.** In: FULLER Norma. *Paternidades en America Latina*. Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Peru, 2000, p. 129-173.

OLIVEIRA, André Luiz de; TRINDADE, Ellika. Apontamentos acerca da subjetividade e dos processos de subjetivação no mundo contemporâneo e suas repercussões na clínica psicoterápica. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 7, n. 1, p. 30-38, jun. 2015. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2015000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2015000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 23 jul. 2023.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2004.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **Elogio da diferença.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PARENTE, José Inácio. **Pai Presente.** Rio de Janeiro: Interior Produções Ltda, 2006.

PARSONS, Talcott, “**Family structure and the socialization of the child**”, em T. Parsons e R. F. Bales (orgs.), *Family, Socialization and the Interaction Process*, Londres, Routledge, 1956.

PATERMAN, Carole. **Le contrat sexuel.** Paris: La Découverte, 2010.

PARENTE, José Inacio. **Os Filhos na Separação dos Pais**. Disponível em: <<http://www.pailegal.net/guarda-compartilhada/mais-a-fundo/analises/83-os-filhos-na-separacao-dos-pais-psico-social>> . Acesso em: 06 de maio de 2023.

PEREIRA, Ana Isabel. et al. **Promoção da parentalidade positiva intervenções psicológicas com pais de crianças e adolescentes**, 1. ed. Lisboa: Coisas de Ler Edições, 2015.

PERUCCHI, J., & BEIRÃO, A. M. **Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família**. *Psicologia Clínica*, v.19, n.2, 2007, p.57-69.

PICCININI, C. A. et al. **Expectativas e sentimentos de pais em relação ao bebê durante a gestação**. *Estudos de Psicologia*, v.26, n.3, 2009, p.373-382

PICCININI, C. A. et al. **Entrevista com o casal sobre a experiência de parentalidade**. Instrumento não publicado, 1995.

PINTO, C. **Dossiê Feminismo, História e Poder**. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 8, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRADO, Juliana de Castro. **Paternidade: um estudo psicanalítico sobre pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro**. 2014. 140 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, São Paulo , 2014.

RAMIRES, V. R. **O Exercício da Paternidade Hoje**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família**. Em M. C. B. Carvalho, (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, EDUC, 1995.

ROTUNDO, E.A. **American Fatherhood: a historical perspective**. *American Behavioral Scientist*. v.29, n.1, 1985, p.7-25.

ROUDINESCO, E. **A família em Desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

RUFFINO, R. **Latência e transmissão: uma abordagem psicanalítica da eficácia do ato educativo na infância – entendido como tarefa e dívida paterna – para a constituição do sujeito e para a maximização do êxito do trabalho da adolescência**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 – (Coleção Brasil Urgente).

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**, Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SARTIR, C. **Família e Individualidade : Um problema moderno**. Em M. C. B. Carvalho, (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, EDUC, 1995.

SCAGLIA, A. P. **Experiência paterna em diferentes configurações familiares e o desenvolvimento do self infantil**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica**. In: Educação e Realidade. V. 15, n.2, jul/dez. 1990. Tradução da versão em francês. p. 71 a 99.

SEIDLER, Victor. **Identidades, famílias y poder**. *La Ventana*, Mexico, v.3, n.22, p. 91-109, 2005.

SILVA, F. C. F. DA .; MACEDO, M. M. K.. A escuta do masculino na clínica psicanalítica contemporânea: singularidades de um padecer. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 2, p. 205–218, abr. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200009>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUZA, R.M. **Paternidade em transformação: o pai singular e sua família**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOUZA, R. M. ; FARIA, D. L. . **O homem e a transformação da paternidade**. In: **Congresso Internacional Pesquisando a Família**, 2002, Florianópolis. Livro de Resumos, 2002. v. 1. p. 94-94.

SZYMANSKI, H. **Teoria e teorias da família**. Em M. C. B. Carvalho, (Org). A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

TOSCANO, Moema. **Introdução a sociologia educacional**. Petrópolis: Vozes, 1987.

Gênero patriarcado violência. / Heleieth Lara Bongiovani Saffi oti.-- 2.ed.—São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

UNBEHAUM, Sandra G. **A desigualdade de Gênero nas Relações Parentais: o exemplo da custódia dos filhos**. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito (Org.). Homens e masculinidades: outras palavras. São Paulo: ECOS/ Ed. 34, 1998, 304 p.

VIEIRA, R. S. **Homoparentalidade: estudo psicanalítico sobre papéis e funções parentais em casais homossexuais com filhos**. Tese(Dissertação de Mestrado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2011.

WALL, Karin. et al. **A vida Familiar no Masculino. Negociando velhas e novas masculinidade**, Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2010.

WELZER-LANG, Daniel. **Nous, les mecs: essai sur le trouble actuel des hommes**. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2013.